



# Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Proc. nº 7173/15

LEI Nº 5.316 DE 18 DE JUNHO DE 2015

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PAULO NUNES PINHEIRO, Prefeito Municipal de São Caetano do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 69 e artigos 171 a 182, todos da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

- Artigo 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com duração de dez anos, na forma contida no Anexo I desta Lei.
- Artigo 2º - O Plano Municipal de Educação foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, com participação da sociedade, através do Conselho Municipal de Educação, e, em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais.
- Artigo 3º - O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade do que dispõe o artigo 214 da Constituição Federal, bem como o inciso XI do artigo 69 e artigos 171 a 182 da Lei Orgânica do Município, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de São Paulo, como também a Lei Orgânica do Município.
- Artigo 4º - O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município, com suas respectivas diretrizes, objetivos, metas e ações, conforme documento anexo.
- Artigo 5º - Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Fórum Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, avaliar a execução do PME, estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas.
- Artigo 6º - O Fórum Municipal de Educação será convocado anualmente para o acompanhamento da execução das metas e ações previstas no Anexo I desta Lei, emitindo parecer sobre a situação encontrada.
- § 1º - O Fórum Municipal de Educação de que trata o *caput* desse artigo será constituído por representantes da sociedade civil, do Poder Executivo e dos demais órgãos do poder público ligados à educação que atuam no município, e sua composição e o mecanismo de eleição dos representantes deverão ser normatizados em Lei específica.
- § 2º - O Fórum Municipal de Educação será convocado, no mínimo, a cada cinco anos a partir da aprovação desta Lei, com o objetivo de avaliar, rever e adequar as metas contidas no Anexo I desta Lei.



# Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

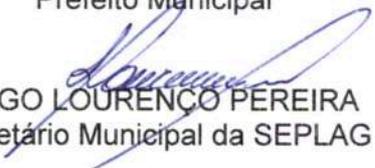
Proc. nº 7173/15 – II Vol.

- fls. 02 -

- Artigo 7º - O Conselho Municipal de Educação deverá acompanhar as ações do Poder Executivo tendo em vista o cumprimento dos objetivos, metas e ações desta Lei, emitindo pareceres, orientações e regulamentações necessárias à concretização do PME.
- Artigo 8º - O Executivo Municipal, por suas unidades de Educação e de Comunicação, dará ampla divulgação do conteúdo do PME junto ao pessoal docente e discente do setor no município e a toda a população.
- Artigo 9º - A Secretaria Municipal de Educação (com o apoio do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação) diligenciará para que as medidas associadas e complementares às constantes no PME sejam adotadas pelos demais setores e unidades da administração.
- Artigo 10 - O Município de São Caetano do Sul incluirá, nos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais, dotações destinadas a viabilizar a execução desta Lei.
- Artigo 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, e de outros recursos captados no decorrer da execução do plano.
- Artigo 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 18 de junho de 2015, 138º da fundação da cidade e 67º de sua emancipação Político-Administrativa.

  
PAULO NUNES PINHEIRO  
Prefeito Municipal

  
DIEGO LOURENÇO PEREIRA  
Secretário Municipal da SEPLAG

Publicada na Seção de Documentação e Estatística, na mesma data.

  
CILENE FELIPPE  
Diretora do D.A.R.H.

OBSERVAÇÃO: Esta Lei bem como seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site da Prefeitura Municipal [www.saocaetanodosul.sp.gov.br](http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br), no link Consulta Legislação, no Deptº de Administração e Recursos Humanos - DARH e afixado no local de costume para todas as pessoas interessadas em fazer consulta de forma gratuita.



**SÃO CAETANO DO SUL**  
PREFEITURA DA CIDADE

# Plano Municipal de Educação

2015 - 2024

Secretaria Municipal  
da Educação

Maio - 2015

Prefeito

**Dr. Paulo Nunes Pinheiro**

Secretária Municipal de Educação

**Profa. Ivone Braido Voltarelli**

Diretora de Educação

**Profa. Janice Paulino Cesar**

Diretora do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação Dra Zilda  
Arns

**Profa. Maria Terezinha Dario Fiorotti**

Presidente do Conselho Municipal de Educação

**Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia**

**Comissão Municipal de Educação responsável pela elaboração do Plano  
Municipal de Educação**

**Prof. Me. Fabiano Augusto João**

(Representante dos profissionais da Educação)

**Profa. Renata Hioni**

(Representante da Secretaria de Educação)

**Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia**

(Presidente do Conselho Municipal de Educação)

## **Membros dos Grupos**

Adriana Cristina da Silva

Adriana Maria Putini Assi

Alba Valéria Birais Gonçalves

Alessandra de O. Holitiz

Alessandra de Siqueira

Alessandra Umbelino da Silva

Alexandra de Jesus Auger

Aline Ferreira de Jesus Guilherme

Aline Pereira da Silva

Ana Adelina de Souza Andrade

Ana Candida T. Laranja

Ana Carolina Gomes

Ana Paula Breves Conti

Ana Paula L. Braz

Anderson Secco

André Félix Marques da Silva

Andréa M. Castillo

Andreia de Bonis Cirilo

Andréia Soares da Silva

Antonieta de Simone

Ariane Fabíola Tomazelli

Arlete Maria Feres Garcia

Aucerina R. Santana

Barbara Falcão

Bianca Hidalgo F. Rodrigues

Camila Juncansen

Carina Sousa Elias

Carla Amanda Mº Mazzatto

Célia Regina Monteiro

Cilene Pascotto Garroti

Cilene Sanches do Nascimento

Claudia A. O. Werneck Regina

Claudia Zucatelli

Daniela Lopes Bitiano Santos

Daniela Rebusini Bottecchia

Daniele Lio Ogido Galasse

Daniella S. de Matos

Danielly Ribeiro dos Santos

Débora B de L Castro

Débora do Nascimento Fadu

Débora Paula de Oliveira

Deise Lima de Freitas

Denise Salete Ferreira da Silva

Dione Cristina da Silva

Edimara Gomes Barbav

Edna Florido G. Calhado

Edna Maria Honório da Silva

Eduardo Gomes Nogueira

Eduardo Ruiz Maldonab

Eduardo Saes da Silva

Elaine Xavier Beccatti

Elandra

Eliana R. Palomares

Eloisa C. Acerlo

Elvira Mara B. E. Laios

Emilia Bueno de Camargo

Enzo Marchetti Thomasi

Érica A. G. Faustino

Erika Fernandes R. de Souza

Erika Romanholo Silva Lemos

Eunice Braidó

Evanise Juarez

Evelyze Chang Araújo

Eviléia B. de Camargo

Fabiano Augusto João

Fábio Toro

Fani Castrillo Suarez

Fátima Regina Patoleia

Fernanda Mantovanini

Flavio Roberto Spina

GabrielleFreitas de Oliveira

Geisa V. Lopes

Germana M. da S. Coelho

Gisele M. Bastos

Gisele Manini dos Santos

Helena Ramos Lombardi

Hélida P. Thomazini

Henrique Balaguer Simões

Henrique Lima da Silva

Iara de Fátima da Silva

Ideli Bordignon H. Rica

Isabel Cristina R. Campanella

Izilda M. L. dos Santos

Janete Solanas

Janice Paulino Cesar

João Domingos de Oliveira Filho

José Aparecido da Silva Oliveira

José Roberto Torelli

Juliana Braz da S. Cabral de Lima

Juliana Brunhara Rodrigues

Juliana R. Marconi Moraes

Keli Patricia Luca

Kelly C. M. Manzini

Laura Regina de Santana

Leandro Prearo

Leandro S. da Silva Soares

Leide Daiana A. Feitosa

Lilian Fernandes Córnea

Lincoln Eduardo Paiva

Lourdes Lopes Rodrigues

Lucia Cristina Rosário Dal'mas

Luiz Antonio Franco de Cruz

Luiz Gomes de Sousa

Magali de Cássia Rosolen

Mara Aparecida B. Laze

Marcelo Candido Ferreira

Márcia K. de Souza

Marcia Mosca Vieira

Marcia R. Pan Zuelutto

Marcilene de S. Salazar

Marcio Carvalho

Marco Antonio Antonelli

Marco Antonio Beltrame

Marco Antonio Felix

Marcos da Conceição

Maria Ap. Moraes

Maria Aparecida dos Reis

Maria Cristina Padial

Maria Cristina Pires de Brum

Maria das Dores S. Gonçalves

Maria de Fátima S. Dias

Maria do Carmo Romeiro

Maria Inês Martins de Lima

Maria Isabel P. Pinelli

Maria José C. suárez

Maria Lúcia C. Custodio

Maria Madalena C. J. da Silva

Maria Rosa Dias Salles

Maria Salomé Simonete Paiva

Maria Teresinha D Fiorotti

Mariana T. G. Guirao

Marilena Duarte da Silva

Marli Garcia Sobrinho

Meire Bacci Candido

Michele P. Moraes

Michelle Deranian

Mirthes Ribeiro Lozano

Mônica Abbud Gaspari Augusto

Mônica P. de Souza

Monise Ramiris

Natalia S. Fortunato

Neide Solidade Igual

Neiderama de Oliveira de Oliveira Lima

Neiderames C. da Silva Sales

Noeli Vitali de Martin

Pamela de Lima Ferreira

Patricia Pimenta Prado

Patrícia R. F. Moro

Patricia Santos de Carvalho

Paula Regiane Bertocco

Paulo Cesar de Menezes

Paulo Sérgio Garcia

Priscila Leone Colli

Priscila Matiello

Rafael Gesuele

Rafael Moura do Nascimento

Rafael Simão da Silva

Raquel Maria Putini

Regina Pereira da Graça

Regina S. Macchi Rompinelli

Renata Hioni

Renata Maria Sobral

Renata O. Montagneri

Ricardo Baraldi

Ricardo Reche

Rita de Cássia Escanho Silva

Roberta Guedes Montenegro Lona

Romana Gesuele

Ronaldo Rodrigues da Silva

Rosa Maria N. T. Ikenori

Rosana Custódio Zacarias

Roseli Oliveira Furlan

Rosemeire Engi

Sandra Martins

Sara Pereira da Silva

Sarah Paiva de Farias

Sarita Raquel

Sérgio Oliveira dos Santos

Shirlei Berghi Matheos

Shirley Cristina de B. Siste

Shirley M. R. Padovan

Sibele Lopes de Almeida

Silvana Ieda Beraldo de Matos

Silvia C. Carniel

Silvia Nunes da Costa Tamassia

Silvia Regina Galesi

Simone Aparecida Trimont

Simone Cano Gona

Simone Martins de Souza

Simone Q. Cuppone

Solange Aparecida Almeida

Solange T. C. Keller

Sonia R. Rodrigues Garcia

Sueli D. V. Calabro

Suzete Teresinha Moreira

Tatiana Pajuelo de Oliveira

Tatiane Michele G. Tamagnini

Thaís Baterta Bezerra

Valdirene Rodrigues Costa

Valéria da Silva

Valmir Duarte Cesta

Vanessa Ap. Alves Santos

Vanessa C Rodrigues da Costa

Vera Lúcia C. B. de Oliveira

Vilson Antonio Debiazi

Viviane Bezerra da Silva

## Listas de Tabelas

Tabela 01: Gasto no orçamento do município em 2014.....	44
Tabela 02: Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso GERAL.....	60
Tabela 03: Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA.....	61
Tabela 04: Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA.....	61
Tabela 05: Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso GERAL.....	62
Tabela 06: Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA.....	62
Tabela 07: Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA.....	63
Tabela 08: Indicador de Acesso de População Carente. ....	63
Tabela 09: Indicadores de Infraestrutura: 1. Água Filtrada - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	64
Tabela 10: Indicadores de Infraestrutura: 2. Sanitário p/ Ed. Infantil - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	64
Tabela 11: Indicadores de Infraestrutura: 3. Cozinha - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	65
Tabela 12: Indicadores de Infraestrutura: 3. Cozinha - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	65
Tabela 13: Indicadores de Infraestrutura: 5. Energia Elétrica Rede Pública - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	66
Tabela 14: Indicadores de Infraestrutura: 6. TV - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	66
Tabela 15: Indicadores de Infraestrutura: 7. DVD - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	67
Tabela 16: Indicadores de Infraestrutura: 7. DVD - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	67
Tabela 17: Indicadores de Infraestrutura: 9. Computadores p/ Uso de Alunos - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	68
Tabela 18: Indicadores de Infraestrutura: 10. Impressora - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	68
Tabela 19: Indicadores de Infraestrutura: 11. Sala de Atendimento Especial - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	69
Tabela 20: Indicadores de Infraestrutura: 12. Internet Banda Larga- Ed. Infantil - Rede Municipal.....	69
Tabela 21: Indicadores de Infraestrutura: 13. Sala dos Professores - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	70
Tabela 22: Indicadores de Infraestrutura: 14. Parque Infantil - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	70
Tabela 23: Indicadores de Infraestrutura: 15. Laboratório de Informática - Ed. Infantil- Rede Municipal..	71
Tabela 24: Indicadores de Infraestrutura: 16. Copiadora - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	71
Tabela 25: Indicadores de Infraestrutura: 17. Biblioteca - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	72
Tabela 26: Indicadores de Infraestrutura: 18. Quadra Esportiva - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	72
Tabela 27: Indicadores de Infraestrutura: 19. Sanitário p/ Deficiente Físico - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	73
Tabela 28: Indicadores de Infraestrutura: 20. Dependências p/ Deficientes Físicos - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	73
Tabela 29: Indicadores de Infraestrutura: 21. Laboratório de Ciências - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	74
Tabela 30: Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil – GERAL.....	74
Tabela 31: Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil – PÚBLICA.....	77
Tabela 32: Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil – MUNICIPAL.....	80

Tabela 33: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 1. TV - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	83
Tabela 34: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 2. DVD - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	83
Tabela 35: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 3. Computadores p/ Uso de Alunos - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	84
Tabela 36: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 4. Impressora - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	84
Tabela 37: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 5. Internet Banda Larga- Ed. Infantil - Rede Municipal.....	85
Tabela 38: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 6. Laboratório de Informática - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	85
Tabela 39: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 7. Antena Parabólica - Ed. Infantil - Rede Municipal	86
Tabela 40: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 8. Laboratório de Ciências - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	86
Tabela 41: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 9. Retroprojeto - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	87
Tabela 42: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 10. Aparelho de Som - Ed. Infantil - Rede Municipal..	87
Tabela 43: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 11. Projetor Multimídia - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	88
Tabela 44: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 12. Máquina Fotográfica - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	88
Tabela 45: Indicadores de Acessibilidade: Sala de Atendimento Especial - Ed. Infantil - Rede Municipal.	89
Tabela 46: Indicadores de Acessibilidade: 2. Sanitário p/ Deficiente Físico - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	89
Tabela 47: Indicadores de Acessibilidade: 3. Dependências p/ Deficientes Físicos - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	90
Tabela 48: Indicadores de Acessibilidade: 4. Atendimento Educacional Especializado - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	90
Tabela 49: Indicadores de Acessibilidade: 5. Materiais Específicos p/ atendimento à diversidade sociocultural - Ed. Infantil - Rede Municipal	91
Tabela 50: ndicadores de Acessibilidade: 6. Ensino no Sistema Braile - Ed. Infantil - Rede Municipal	91
Tabela 51: Indicadores de Acessibilidade: 7. Estratégia p/ o desenvolvimento de processos mentais - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	92
Tabela 52: Indicadores de Acessibilidade: 8. Ensino c/ Uso de Recursos Ópticos e Não Ópticos - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	92
Tabela 53: Indicadores de Acessibilidade: 9. Técnicas de Orientação e Mobilidade - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	93
Tabela 54: Indicadores de Acessibilidade: 10. Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	93
Tabela 55: Indicadores de Acessibilidade: 11. Ensino do Uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	94
Tabela 56: Indicadores de Acessibilidade: 12. Ensino do Uso do Soroban - Ed. Infantil - Rede Municipal	94
Tabela 57: Indicadores de Acessibilidade: 13. Estratégias p/ Autonomia no Ambiente Escolar - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	95
Tabela 58: Indicadores de Acessibilidade: 14. Ensino da Usabilidade e da Funcionalidade da Informática Acessível - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	95

Tabela 59: Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo - Ed. Infantil – GERAL.....	96
Tabela 60: Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo – EI. Rede PÚBLICA.....	96
Tabela 61: Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do EI com ensino superior completo – EI. Rede Municipal.....	97
Tabela 62: Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo - EI Rede PRIVADA.....	97
Tabela 63: Indicador de Oferta em Instituições Benéficas de Assistência Social - Ens. Infantil.....	98
Tabela 64: Indicador de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e da permanência na Ed. Infantil (transferência de renda).....	98
Tabela 65: Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund.....	107
Tabela 66: Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund.....	107
Tabela 67: Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund.....	108
Tabela 68: Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund. Anos Iniciais.....	108
Tabela 69: Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund. Anos Iniciais.....	109
Tabela 70: Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund. Anos Iniciais. ....	109
Tabela 71: Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund. Anos Finais.....	110
Tabela 72: Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund. Anos Finais. ....	110
.....	
Tabela 73: Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund. Anos Finais. ....	111
Tabela 74: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Geral.....	111
Tabela 75: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Pública.....	112
Tabela 76: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Estadual.....	112
Tabela 77: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Municipal....	113
Tabela 78: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Privada. ....	113
Tabela 79: Indicador de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e da permanência na Ens. Fund - GERAL - (Recorte para beneficiários de transferência de renda).....	114
Tabela 80: INDICADOR Indicadores de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Médio. ....	122
Tabela 81: Indicadores de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Médio.....	122
Tabela 82: Indicadores de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Médio.....	123
Tabela 83: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com deficiência, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Geral.....	129
Tabela 84: Indicadores Gerais Proporção de Estudantes com deficiência (4 e 17 anos), matriculados no Ensino Regular - Pública.....	129
Tabela 85: Indicadores Gerais: Proporção de Estudantes com deficiência, 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular – Privada.....	130
Tabela 86: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular – Geral.....	130

Tabela 87: Indicadores - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular – Pública.....	131
Tabela 88: Indicadores - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular – Privada.....	131
Tabela 89: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular – Geral.....	132
Tabela 90: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular – Pública.....	132
Tabela 91: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular – Privada.....	133
Tabela 92: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Inf. – Municipal.....	147
Tabela 93: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL – Municipal.....	147
Tabela 94: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL – Estadual.....	148
Tabela 95: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL – Público.....	148
Tabela 96: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. – Municipal.....	149
Tabela 97: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. – Estadual.....	149
Tabela 98: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. – Público.....	150
Tabela 99: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. – Municipal.....	150
Tabela 100: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. – Estadual.....	151
Tabela 101: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. – Público.....	151
Tabela 102: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Médio – Municipal...	152
Tabela 103: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Médio – Estadual.....	152
Tabela 104: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Médio – Público.....	152
Tabela 105: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Médio – Público.....	153
Tabela 106: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL..	154
Tabela 107: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL – Estadual.....	154
Tabela 108: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL – Público.....	155
Tabela 109: Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. – Municipal.....	155
Tabela 110: Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. – Estadual.....	156

Tabela 111: Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Público.....	156
Tabela 112: Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Municipal.....	157
Tabela 113: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Estadual.....	157
Tabela 114: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Público.....	158
Tabela 115: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio - Municipal.....	158
Tabela 116: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio - Estadual.....	159
Tabela 117: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio – Público.....	159
Tabela 118: Distribuição dos alunos por níveis de proficiência (Desejado e Suficiente) - Ens. Fund. - Municipal.....	169
Tabela 119: Distribuição dos alunos por níveis de proficiência (Desejado e Suficiente) - Ens. Fund. - Estadual.....	170
Tabela 120: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ed. Infantil - Rede Municipal.....	171
Tabela 121: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - GERAL - Rede Municipal.....	171
Tabela 122: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - GERAL - Rede Estadual.....	172
Tabela 123: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Iniciais - Rede Municipal.....	172
Tabela 124: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Iniciais - Rede Estadual.....	173
Tabela 125: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Finais - Rede Municipal.....	173
Tabela 126: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Finais - Rede Estadual.....	174
Tabela 127: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Médio - Rede Municipal.....	174
Tabela 128: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Médio - Rede Estadual.....	175
Tabela 129: A. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Infantil – Municipal.....	175
Tabela 130: B. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund – Municipal.....	176
Tabela 131: C. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund – Estadual.....	176
Tabela 132: D. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund – Privada.....	177
Tabela 133: E. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio – Municipal.....	177
Tabela 134: F. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio – Estadual.....	178
Tabela 135: G. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio – Privada.....	178

Tabela 136: A. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Infantil – Municipal.....	179
Tabela 137: B. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. – Municipal.....	179
Tabela 138: C. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. – Estadual.....	180
Tabela 139: D. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. – Privada.....	180
Tabela 140: E. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio. – Municipal.....	181
Tabela 141: F. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio – Estadual.....	181
Tabela 142: G. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio – Privada.....	182
Tabela 143: A. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Infantil - Municipal.....	182
Tabela 144: B. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. – Municipal.....	183
Tabela 145: C. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. – Estadual.....	183
Tabela 146: D. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. – Privada.....	184
Tabela 147: E. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio – Municipal.....	184
Tabela 148: F. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio – Estadual.....	185
Tabela 149: G. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio – Privada.....	185
Tabela 150: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Infantil - Municipal.....	186
Tabela 151: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Municipal.....	186
Tabela 152: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Estadual.....	187
Tabela 153: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Privada.....	187
Tabela 154: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Municipal.....	188
Tabela 155: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Estadual.....	188
Tabela 156: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Privada .....	189
Tabela 157: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Infantil - Municipal.....	189
Tabela 158: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Municipal.....	190
Tabela 159: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Estadual.....	190
Tabela 160: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Privada.....	191
Tabela 161: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Municipal.....	191
Tabela 162: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Estadual.....	192
Tabela 163: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Privada.....	192

Tabela 164: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Infantil - Municipal.....	193
Tabela 165: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Municipal.....	193
Tabela 166: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Estadual.....	194
Tabela 167: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Privada.....	194
Tabela 168: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Municipal.....	195
Tabela 169: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Estadual	195
Tabela 170: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Privada	196
Tabela 171: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Infantil - Municipal	196
Tabela 172: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Municipal.....	197
Tabela 173: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Estadual.....	197
Tabela 174: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Privada.....	198
Tabela 175: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Municipal..	198
Tabela 176: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Estadual....	199
Tabela 177: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Privada.....	199
Tabela 178: A. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Infantil - Municipal.....	200
Tabela 179: B. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Municipal.....	200
Tabela 180: C. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Estadual.....	201
Tabela 181: D. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Privada.....	201
Tabela 182: Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Municipal.....	202
Tabela 183: F. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Estadual.....	202
Tabela 184: G. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Privada.....	203
Tabela 185: A. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Infantil - Municipal.....	203
Tabela 186: B. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Municipal.....	204
Tabela 187: C. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Estadual.....	204
Tabela 188: D. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Privada.....	205
Tabela 189: E. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio. - Municipal.....	205
Tabela 190: F. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Estadual.....	206
Tabela 191: G. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Privada.....	206
Tabela 192: A. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Infantil - Municipal.....	207
Tabela 193: B. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Municipa.....	207
Tabela 194: C. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Estadual.....	208
Tabela 195: D. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Privada.....	208
Tabela 196: E. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Municipal.....	209
Tabela 197: F. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Estadual.....	209
Tabela 198: G. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Privada.....	210

Tabela 199: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Infantil - Municipal.....	210
Tabela 200: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Municipal.....	211
Tabela 201: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Estadual.....	211
Tabela 202: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Privada.....	212
Tabela 203: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Municipal.....	212
Tabela 204: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Estadual.....	213
Tabela 205: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Privada.....	213
Tabela 206: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Infantil - Municipal.....	214
Tabela 207: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Municipal.....	214
Tabela 208: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Estadual.....	215
Tabela 209: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Privada.....	215
Tabela 210: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Municipal.....	216
Tabela 211: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Estadual.....	216
Tabela 212: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Privada.....	217
Tabela 213: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Infantil - Municipal.....	217
Tabela 214: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Municipal.....	218
Tabela 215: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Estadual.....	218
Tabela 216: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Privada.....	219
Tabela 217: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Municipal.....	219
Tabela 218: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. – Estadual.	220
Tabela 219: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio – Privada.	220
Tabela 220: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Infantil – Municipal	221
Tabela 221: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Municipal.....	221

Tabela 222: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Estadual.....	222
Tabela 223: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Privada.....	222
Tabela 224: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio – Municipal..	223
Tabela 225: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. – Estadual....	223
Tabela 226: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio – Privada.....	224
Tabela 227: Distribuição de indivíduos na faixa de 18 a 29 anos segundo os anos de estudo.....	227
Tabela 228: Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos (média, mediana, desvio-padrão, quartis) .....	229
Tabela 229: Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos - 25% mais pobres e 25% mais ricos (média, mediana, desvio-padrão, quartis).....	232
Tabela 230: Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos - segundo raça (média, mediana, desvio-padrão, quartis).....	235
Tabela 231: Proporção das matrículas no EJA na forma integrada à educação profissional sobre o total de matrículas.....	248
Tabela 232: Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal.....	254
Tabela 233: Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal.....	254
Tabela 234: Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal.....	255
Tabela 235: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL.....	265
Tabela 236: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA.....	265
Tabela 237: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL.....	266
Tabela 238: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL.....	266
Tabela 239: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA.....	267
Tabela 240: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL.....	267
Tabela 241: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL.....	268
Tabela 242: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA.....	268
Tabela 243: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL.....	269
Tabela 244: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL.....	269
Tabela 245: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação -	270

PRIVADA.....	
Tabela 246: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL.....	270
Tabela 247: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Mestrado - PRIVADA.....	271
Tabela 248: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL.....	271
Tabela 249: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - ESTADUAL.....	272
Tabela 250: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - PRIVADA.....	272
Tabela 251: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL.....	273
Tabela 252: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - ESTADUAL.....	273
Tabela 253: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - PRIVADA.....	274
Tabela 254: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado – MUNICIPAL.....	274
Tabela 255: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado – ESTADUAL.....	275
Tabela 256: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado – PRIVADA.....	275
Tabela 257: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL.....	276
Tabela 258: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Doutorado - PRIVADA.....	276
Tabela 259: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL.....	277
Tabela 260: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - ESTADUAL.....	277
Tabela 261: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - PRIVADA.....	278
Tabela 262: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL.....	278
Tabela 263: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado - ESTADUAL.....	279
Tabela 264: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado – PRIVADA.....	279
Tabela 265: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado – MUNICIPAL.....	280
Tabela 266: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado – ESTADUAL.....	280
Tabela 267: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado – PRIVADA.....	281

## SUMÁRIO

Apresentação.....	28
Introdução.....	31
A cidade de São Caetano do Sul em história.....	37
Caracterização Geográfica, Demográfica, Socioeconômica e Cultural.....	41
O Plano Municipal da cidade de São Caetano do Sul.....	40
Educação Básica: dimensões legais.....	48
Educação Infantil.....	51
A história da Educação Infantil, na cidade de São Caetano do Sul.....	55
Ensino Fundamental.....	99
Ensino Médio.....	115
Educação Especial.....	124
Alfabetização das crianças.....	139
Educação Integral.....	141
Ideb.....	160
Elevação da Escolaridade da população de 18 a 29 anos.....	225
Elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos.....	238
Educação de Jovens e Adultos.....	240
Educação Profissional Técnica.....	249
Educação Superior.....	256
Educação Superior – Pós- graduação.....	258
Ampliação de matrículas na pós-graduação.....	259
Formação dos profissionais da educação.....	261
Pós-graduação.....	263
Valorização dos profissionais do magistério.....	282
Gestão Democrática.....	284
Investimento público em educação.....	289
Anexos.....	290

## **Apresentação**

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe as bases que orientam a nação brasileira em termos dos princípios da cidadania, dos valores sociais do trabalho e das questões políticas. Sobre essas bases estão assentadas as metas do Brasil e o projeto de Educação.

O projeto de Educação almeja, entre outras coisas, a construção de uma sociedade livre, fundamentada na justiça e na solidariedade, no desenvolvimento social e econômico, na redução das desigualdades sociais, na erradicação de qualquer tipo de preconceitos e de discriminação, na paz, na garantia dos direitos humanos e na harmonia do meio ambiente.

Nesse processo, os pilares que sustentam o projeto nacional de Educação

[...] responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os estudantes de um ensino ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e aos direitos;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extraescolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (DCNEB, 2013, p.17).

A Educação é um direito humano, individual, coletivo, social e universal que permite à pessoa ter acesso a outros direitos e a viver e conviver na sociedade, transformando-a. É preciso então que o Brasil, os estados e os municípios atuem, entre outras coisas, nas questões de universalização do atendimento escolar, na superação das desigualdades educacionais, na formação para o trabalho e para a cidadania, na valorização dos profissionais da educação e na melhoria da qualidade da educação.

No sentido de atuar nestas demandas, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, reúne um conjunto de metas em nível nacional e articula com os

estados e municípios a construção de seus planos, considerando as exigências e as realidades locais. Ou seja, trata-se da elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

O município de São Caetano do Sul, considerando a importante tarefa, deu início a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME). A organização e elaboração do PME de São Caetano do Sul teve a coordenação de uma comissão de pessoas da Secretaria de Educação (SEEDUC) da cidade e do Conselho Municipal de Educação (COMED), ressaltando que o COMED tem representatividade de vários setores da sociedade.

A comissão atuou em diversas esferas e iniciativas. A primeira ação realizada foi a análise do Plano Municipal anterior, Lei n. 4.187, 14 de novembro de 2003, com o intuito de compreender os cenários relacionados ao campo educacional. A esta iniciativa, outras sucederam, como a criação de um Fórum Municipal de Educação, discutindo com os participantes as Leis, exigências e textos do PNE; a investigação dos dados e informações relacionadas à oferta e à demanda educacional na cidade; à formação de metas, de estratégias e de indicadores para a Educação do município, considerando os dados locais; à avaliação dos investimentos e análise da coerência do conjunto das metas e sua ligação com outras dos estados e do país; o estabelecimento de um cronograma de trabalho no ano de 2014.

Após a elaboração e divulgação do cronograma, outras iniciativas foram tomadas pela equipe de coordenação e organização. Entre elas, a sensibilização da comunidade educativa e da sociedade; o diagnóstico da oferta (minicenso), tanto municipal como estadual; o diagnóstico da oferta federal, de instituições sem fins lucrativos e da esfera privada com fins lucrativos; um diagnóstico de recursos humanos e financeiros.

Ao longo das discussões e debates, metas, estratégias e ações foram estabelecidas por meio de processos coletivos e transparentes com a participação de vários setores da sociedade. A partir da criação das metas e estratégias, a redação do Projeto de Lei do PME foi realizada e enviada para a Câmara Municipal.

A elaboração do PME contou, além de representação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, com representantes da Câmara dos Vereadores; das

Secretarias de Finanças e Administração; dos Sindicatos de trabalhadores da educação; Diretores de escolas; pais e alunos; líderes religiosos; movimentos sociais e associações de bairro.

## **Introdução**

A atual Constituição Federal, instituindo o marco jurídico-institucional, no Art. 206, inciso VII, determinou a “garantia de padrão de qualidade” para a Educação. As modificações na ordem jurídico-institucional completaram-se com a aprovação de outros instrumentos legais que impactaram a Educação brasileira. Nesse processo, destacam-se: 1) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996 – LDBEN/96), em seu artigo terceiro, inciso IX, que propôs a “garantia de padrão de qualidade” como princípio do ensino e definiu, no Art. 4º, inciso IX, “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Outros artigos desta legislação também fizeram referência à qualidade (70º, 71º, 72º, 74º e 75º). 2) A Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) com o objetivo de redistribuição dos recursos vinculados à Educação, visando cumprir o princípio constitucional da equalização do financiamento. 3) A Lei nº 10.172, de 2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE), determinando novos caminhos para as políticas e ações do governo e fixando objetivos e metas para a Educação brasileira por um período de dez anos (chamada “Década da Educação”). 4) A Lei nº 11.494, de 2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). 5) A Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que ampliou o ensino obrigatório dos quatro aos 17 anos de idade. 6) O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, instituindo aos estados e municípios o prazo de um ano para que esses entes realizem também seus planos (Plano Municipal de Educação).

O Plano Municipal de Educação teve sua origem no Plano Nacional de Educação (2000-2011). Seu objetivo é compor a gestão pública no federalismo brasileiro que, desde a Constituição, promulgada em 1988, tem os municípios como entes federados e autônomos.

O Plano Nacional de Educação, como ideia filosófica e ideológica, teve início com o chamado movimento renovador acontecido nas décadas de 1920 e 1930. Tal movimento abrigou as primeiras discussões e debates sobre a criação de uma política nacional de Educação que não ficasse associada aos limites das gestões e dos governos, evidentemente,

pelas fragilidades que tais situações impõem. Em 1932, um grupo de educadores da elite intelectual brasileira publicou um manifesto para a população e para o governo, que ficaria conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação". Tal movimento tinha como intuito a reconstrução educacional por meio de um plano para todo o Brasil.

As ideias contidas no documento motivaram a inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 1934. Tal artigo (Art. 150) indicava que a competência era da União para a fixação de um plano de Educação de alcance nacional, indicando que era preciso “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País”.

Esta tarefa, por meio do Art.152, havia sido designada ao Conselho Nacional de Educação, para que este órgão organizasse em forma da lei o Plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo.

Na década de 1960, em 1962, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Educação, criado no período que vigorava a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024, de 1961. Tal Plano, no entanto, não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas sim como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura e com a aprovação do Conselho Federal de Educação.

Esse plano reunia um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas em um prazo de oito anos, sofrendo, em 1965, alterações com a introdução de normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. No ano de 1966, o projeto foi novamente alterado, trazendo, desta feita, importantes mudanças na questão da distribuição dos recursos federais, o que favoreceu a implantação de escolas voltadas para o trabalho e para resolver a questão do analfabetismo no país.

A Constituição Federal de 1988 trouxe novamente a ideia de um plano nacional de longo prazo, traduzido em uma legislação para estabilizar as iniciativas e ações governamentais na área de Educação. O art. 214 tornou o PNE obrigatório e decenal, destacando articulações colaborativas entre os entes federados na organização de metas e estratégias

para, entre outras coisas, a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do País.

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em 2000 e vigorou até 9 de janeiro de 2011, prevendo, entre outras coisas, a elaboração de planos decenais dos estados, Distrito Federal e municípios. O PNE de 2011/2020 tem raízes na Conferência Nacional de Educação (Conae/2010), sugerindo a criação e a revisão dos planos municipais e estaduais, considerando a participação social.

O PME, de construção coletiva, define a política de Educação no município por dez anos. Ele deve envolver, entre muitos setores da comunidade local, o Fórum Municipal de Educação, outros segmentos da sociedade, os líderes da cidade, além do Conselho Municipal de Educação (CME).

O PNE traz 20 metas para serem discutidas pelos municípios e reestruturadas, ampliadas ou reduzidas, dependendo de suas características e peculiaridades locais:

**Meta 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

---

**Meta 2:** Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

---

**Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

---

**Meta 4:** Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

---

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os sete anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do plano e, até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano.

---

**Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

---

**Meta 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais, de acordo com o Ideb.

---

**Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE.)

---

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

---

**Meta 11:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas.

---

**Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

---

**Meta 13:** Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício, no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

---

**Meta 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

---

**Meta 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação.

---

**Meta 16:** Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu* em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

---

**Meta 17:** Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

---

**Meta 18:** Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

---

**Meta 19:** Garantir, em leis específicas aprovadas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior pública, informada pela prevalência de decisões colegiadas nos órgãos dos sistemas de ensino e nas instituições de educação, e a forma de acesso às funções de direção que conjuguem mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica, observada a autonomia federativa e das universidades.

---

**Meta 20:** Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.

---

## **A cidade de São Caetano do Sul em história**

A história da cidade de São Caetano do Sul<sup>1</sup> se inicia propriamente no ano de 1861, quando o capitão Duarte Machado fez a doação aos padres beneditinos de um sítio que possuía no Tijucucú (lugar de "solo barrento" em tupi-guarani). Um pouco mais tarde, 1871, o bandeirante Fernão Dias Paes Leme comprou, em um leilão, um sítio vizinho e fez também a doação aos padres, formando, desta forma, a fazenda São Caetano. No início eram explorados alguns tipos de plantações e a confecção de tijolos em uma olaria.

O desenvolvimento da cidade está atrelado à construção da estrada de ferro São Paulo, *Railway Company*, e a imigração europeia. No ano de 1877, data da fundação da cidade, chega a São Caetano do Sul um grupo de 28 famílias (Antonio Gallo, Antonio Martorelli, Antonio Garbelotto, Caetano Garbelotto, Celeste Pantallo, Domenico Bottan, Domenico Perin, Eliseo Leoni, Emílio Rossi, Francesco Bortolini, Francesco Fiorotti, Francesco De Martini, Filippo Roveri, Giácomo Dalcin, Giovanni Moretti, Giuseppe Braido, Giovanni Perucchi, Giovanni De Nardi, Giovanni Thomé, Giuseppe De Savi, Giuseppe Salla, Luigi D'Agostini, Modesto Castelotti, Natale Furlan, Pietro Pessotti, Paolo Martorelli, Pasquale Cavanna e Tommaso Thomé) para se instalar e trabalhar.

Um pouco depois, outro grupo de imigrantes, da Província de Mântua, também chegou ao município (Luigi Baraldi, Francesco Coppini, Isacco Coppini, Giovanni Braido, Giuseppe Carnevalle, Giuseppe Ferrari, Dionisio Madella, Luciani Gennari, Giovanni Vicentini, Francesco Modesto, Eugenio Modesto e Domenico Vicentini).

A história mostra que os trabalhadores foram se interessando pela várzea compreendida entre os rios Tamandateí e Meninos, pois o local era rico em argila, material utilizado na fabricação de tijolos. Surgiram, em meados do século XVIII, fábricas que se dedicaram à fabricação de telhas, tijolos e louças, seguindo a tradição dos antigos monges beneditinos.

---

<sup>1</sup> Texto elaborado a partir de documentos da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul (<http://www.fpm.org.br/>).

Em 1889, moravam em São Caetano do Sul 322 pessoas, distribuídas em 92 lotes de terra, além de outros imigrantes que aguardavam a distribuição de novos lotes a serem cultivados. Tal situação sugere grande atividade e progresso existente na cidade de São Caetano naquela época.

Em 1901, o território que até então pertencia ao Município de São Paulo foi anexado ao recém-criado Município de São Bernardo do Campo. Em 1905, a cidade tornava-se Distrito Fiscal.

Relatos da Fundação Pró-memória mostram que

A fixação das primeiras indústrias coincidiu com a ascensão a Distrito de Paz, em 1916. Em 1924, o arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, dava ao núcleo a sua primeira paróquia e seu primeiro vigário. A vila transformava-se em cidade. A Indústria Pamplona foi a primeira fábrica instalada, vindo a seguir a fábrica de Formicida Paulista, de Serafim Constantino. A primeira sociedade de caráter social e filantrópico foi a Sociedade Beneficente Príncipe di Napoli, em 1891; a segunda, a União Operária Internacional de São Caetano. (Fundação Pró-memória, s/d).

Por volta da década de 1930, São Caetano começava sua empreitada pela autonomia da cidade que seria alcançada em 1949. Dados da mesma fundação, em relação à autonomia, relatam que

A primeira manifestação pela autonomia deu-se em 1928, liderada pelo engenheiro Armando de Arruda Pereira. O São Caetano Jornal foi criado para divulgar a ideia emancipacionista, convocando os moradores do distrito de São Caetano para votar em seus próprios candidatos a vereador e Juiz de Paz nas eleições daquele ano. Os resultados não foram os esperados: em 15 de janeiro de 1929, o coronel Saladino Cardoso Franco era reeleito, pela sexta vez, prefeito do Município de São Bernardo, e São Caetano continuaria a ser um de seus distritos. O movimento, portanto, foi malsucedido. Na década de 40, o sonho da emancipação voltou a empolgar os sulsancaetanenses, dando origem à segunda tentativa de obter a autonomia. O Jornal de São Caetano e a Sociedade Amigos de São Caetano lideraram o movimento em 1947. A Assembleia Legislativa do Estado recebeu abaixo-assinado com 5.197 assinaturas solicitando a realização de um plebiscito; a reivindicação foi atendida e a consulta popular foi realizada em 24 de outubro de 1948. Foram apurados 8.463 votos a favor da autonomia de São Caetano, e 1.029 votos contrários.

A autonomia do município seria efetivada pelo governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, em primeiro de janeiro de 1949. No mês seguinte, aconteceria a primeira eleição para os cargos públicos. O primeiro prefeito escolhido pelos cidadãos da

cidade foi o Sr. Ângelo Raphael Pellegrino, tomando posse no dia 3 de abril de 1949. Em 30 de dezembro de 1953, foi criada a Comarca, instalada no dia 3 de abril de 1955.

A autonomia do município pode ser considerada uma das razões que vem conduzindo a cidade a grande crescimento e desenvolvimento. Inicialmente ligado às indústrias, atualmente São Caetano do Sul vem mudando o seu perfil econômico para o setor de serviços. No entanto, ainda abriga uma das maiores indústrias automobilísticas do mundo: a General Motors do Brasil.

Apesar de sua modernidade, a cidade conserva sua história e abriga vários sítios históricos, entre eles:

- O Palacete de Nardi, onde está instalado o Museu Histórico Municipal. Construído em 1892 por Celeste de Nardi (imigrante italiano). O Museu tem um acervo de objetos e utensílios doados pela comunidade. A partir desse, é possível recontar a história do desenvolvimento da cidade desde o tempo dos imigrantes, das olarias, da industrialização, da autonomia político-administrativa até os dias atuais.
- O complexo industrial das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, de 1913. Por mais de 60 anos, a indústria Matarazzo esteve na cidade produzindo produtos químicos, visco-seda e cerâmica.
- A igreja Matriz Velha, que tem origem na fundação da capela dedicada ao santo São Caetano, entre os anos de 1717 e 1720, neste mesmo local. O atual templo foi construído a partir de 1883 pelos imigrantes italianos.
- O cinema Central situado na Rua Perrella, sendo o primeiro da cidade. O primeiro filme exibido foi Argila Humana, de Milton Sills.
- A Estação Ferroviária inaugurada em primeiro de maio de 1883 e sendo ampliada em 1896.
- O viaduto dos Autonomistas foi inaugurado em 28 de julho de 1954, sendo o primeiro da região do ABC a cruzar o leito da Estrada de Ferro. Foi denominado viaduto dos Autonomistas pela lei 398, de 10 de dezembro de 1953. O viaduto possui 254 metros de comprimento, largura de 15 metros e altura livre máxima sobre os dormentes da linha férrea de 7,05 metros.

Por fim, em 23 de agosto de 1955, foi instituído, pela Lei municipal n. 549, o hino de São Caetano do Sul:

Autores: JOSÉ DE ALMEIDA FILHO E ROBERTO MANZO

São Caetano, pequeno gigante,  
Sob um céu estrelado e de anil,  
És cidade, trabalho, és progresso,  
És infante do nosso Brasil.

Do passado nos resta lembrança  
De heróis que souberam te erguer,  
Para frente, para frente,  
São Caetano, tu tens que crescer.

Do triângulo, joia rara,  
Dá exemplo de teu vigor  
E tua luta não para,  
É grande o teu valor. (Bis)

Mais e mais chaminés se levantam,  
E apitos fazem-se ouvir,  
O trabalho é tua glória,  
De grandeza será teu porvir.

No futuro serás monumento  
E o Brasil saberá te eleger,  
Para frente, para frente,  
São Caetano, tu tens que crescer.

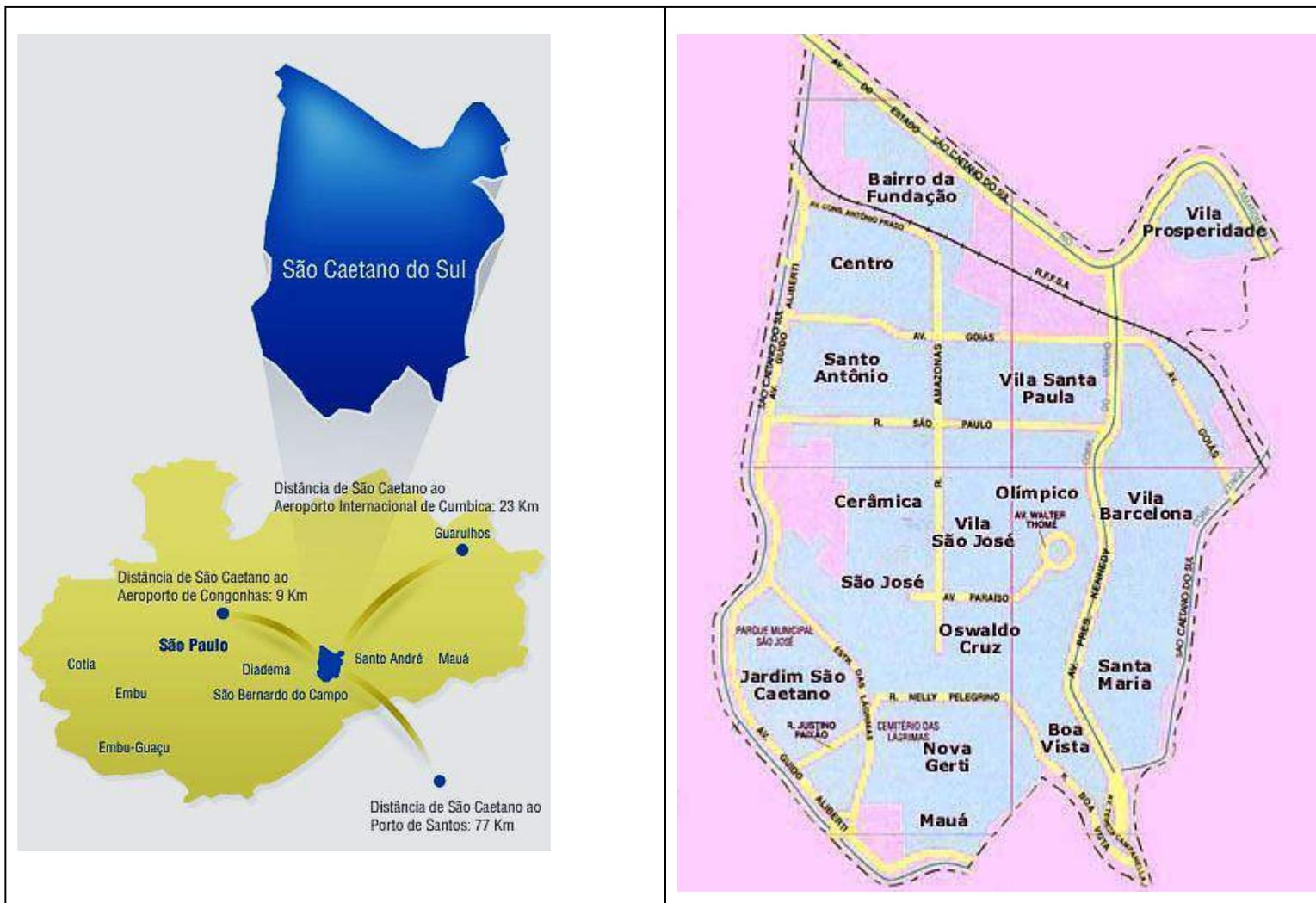
Do triângulo, joia rara, (...)

## **Caracterização Geográfica, Demográfica, Socioeconômica e Cultural**

A cidade de São Caetano do Sul é um pequeno município brasileiro, situado no estado de São Paulo, mais precisamente na região do grande ABC Paulista. Tem raízes na Itália, ostentadas nos nomes das ruas, das praças, das cantinas, das padarias e das lojas e sua fundação data de 28 de julho de 1877 e emancipado em 24 de outubro de 1948.

São Caetano do Sul tem limites ao norte com São Paulo (SP), ao sul com Santo André (SA) e São Bernardo do Campo (SBC), a leste com Santo André e a oeste com São Paulo e São Bernardo do Campo. A distância até a capital (São Paulo) é de 12 quilômetros. Sua localização no mapa mundi: latitude 23° 37'30" e longitude 46° 31'45".

A cidade tem rios que fazem divisa com outros municípios: Rio Tamanduateí (divisa com SP), Rio dos Meninos (divisa com SP e SBC), Córrego de Utinga (divisa com SA), Córrego das Grotas (divisa com SA) e Córrego do Moinho (dentro da cidade).



Localização da cidade de São Caetano do Sul

Com uma população de aproximadamente 150.000 munícipes (IBGE, 2010) e uma densidade demográfica de 9.342 habitantes/quilômetro quadrado, a cidade tem uma área total de 15,3 km<sup>2</sup> e está situada a uma altitude de 744 metros. Em 2013, confirmou sua liderança em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com um índice de 0,862 (em uma escala que vai de 0 a 1). Em 2002, São Caetano já era considerado o primeiro município do Brasil em tal *ranking*.

A cidade tem 100% de suas 600 ruas pavimentadas, todo seu esgoto (100%) é tratado e há abastecimento de água em suas residências. O município tem também a primeira colocação na dimensão longevidade (expectativa de vida, ao nascer, de 78,2 anos), investindo fortemente em todos os setores, incluindo a atenção com a terceira idade.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), apontou, em 2009, São Caetano do Sul como o município mais desenvolvido do país. O município obteve a nota 0,9524 (escala em que 1 é o maior índice possível). Isso mostra que a cidade é a melhor entre os mais de 5.500 municípios brasileiros para se viver.

Em 2009, foi apontada com o menor índice de mortalidade infantil no Estado de São Paulo. A média era de 4,1 óbitos de crianças menores de um ano para cada mil bebês nascidos vivos. Tal índice pode ser comparado ao de países desenvolvidos, como Alemanha, Áustria, Bélgica e Dinamarca, sendo menor do que o dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

Em São Caetano do Sul, a Educação recebe investimentos de ordem superior a 25% da arrecadação total. Possui, em sua estrutura, todas as crianças do ensino infantil matriculadas na rede municipal de ensino. Tinha um índice de analfabetismo de 0,07% e foi eleita, em 2009, o município líder em escolaridade entre todos os 645 municípios do Estado de São Paulo pela Fundação Seade.

Com uma renda familiar *per capita* de R\$ 2.349 (USCS, 2014), com 73,4% de cidadãos com acesso à internet no domicílio e com as pessoas em média tendo 11 anos de estudo, São Caetano dispõe de 27,8% postos de trabalho na indústria, 17,5% no comércio e 54,7% nos

serviços (RAIS, 2013). Suas classes de consumo estão assim distribuídas: 8,3% na classe A, 60,8% na B, 29,4 na C e 1,5% na D e E (USCS, 2014).

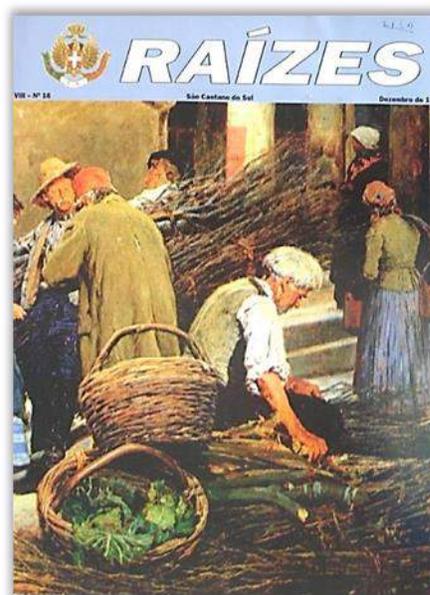
A Tabela a seguir sintetiza os gastos no orçamento do município:

Tabela 01: Gasto no orçamento do município em 2014.

Alimentação	18,98 %
Higiene e Limpeza	6,85 %
Transporte	8,12 %
Educação	5,01 %
Habitação/IPTU	16,30 %
Habitação (Comunicação)	4,46 %
Saúde	8,70 %
Saúde (medicamentos, internação)	4,81 %
Vestuário	1,74 %
Lazer	1,82 %
Comprometimento total da renda familiar	62,06 %

Fonte: USCS, 2014

São Caetano tem uma história associada à Itália, assim como parte de sua cultura:



## **O Plano Municipal da cidade de São Caetano do Sul**

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação, com vigência de 10 (dez) anos, os estados e os municípios tiveram também de publicar seus planos articulados com o PNE, contando para tal com o prazo de um ano. Neste sentido, a cidade de São Caetano do Sul mobilizou vários setores da sociedade e da Educação (Ver ANEXOS) para, em conjunto, elaborar seu Plano Municipal de Educação (PME). No entanto, é necessário inicialmente considerar que o PME do município não é um plano de governo, articulado para quatro anos, mas um Plano do Município, contando com dez anos de duração e institucionalizado por meio da legislação local (Lei Municipal), articulada a uma legislação estadual e nacional.

É preciso considerar também que não se trata de um projeto ou da soma de projetos da educação escolar da rede de ensino, mas de um conjunto de ações, englobando as esferas administrativas atuantes no município: Secretaria Municipal de Educação; Conselho Municipal de Educação; Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Administração; Sindicatos de trabalhadores da educação; Associações comerciais, industriais e agrícolas; Diretores de escolas municipais, estaduais e privadas, Pais e estudantes das escolas; Gestores de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Gestores de Universidades Estaduais e Federais; Proprietários e trabalhadores em meios de comunicação; Religiosos de Igrejas majoritárias no município; Movimentos sociais, associações de bairro

*O Plano Municipal de Educação da cidade de São Caetano do Sul é uma política educacional. Trata-se de um conjunto de reflexões, motivações, intenções e ações, construídas de forma coletiva e com responsabilidade compartilhada, que trazem respostas às demandas reais da Educação no município, centradas em estratégias de curto, médio e longo prazo.*

A partir de uma extensa análise da realidade local e do planejamento, procurou-se compreender o contexto e encontrar os fatores que estavam isolados e desconectados para conectá-los. Os fatores e as informações relevantes para a elaboração do planejamento são tributários da cultura da cidade, da Educação, das escolas e das pessoas. As informações

coletadas foram analisadas e criticadas e possibilitaram a construção do sentido a partir das diretrizes do PNE.

O texto do PME, articulado com o PNE, traz, portanto, reflexões, evidências e ações no sentido de: erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar; superar as desigualdades educacionais; melhorar a qualidade da educação; formar para o trabalho e para a cidadania; promover o princípio da gestão democrática da educação pública; promover as questões humanística, científica, cultural e tecnológica do país; estabelecer metas de aplicação de recursos públicos em educação; valorizar os profissionais da educação; promover os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PME da cidade de São Caetano do Sul visa assegurar a gestão democrática do ensino público, garantindo a participação dos diferentes segmentos da sociedade. Para tal, os princípios norteadores estavam atrelados ao planejamento, à participação coletiva, à responsabilidade social e educacional, à colaboração, ao compromisso, à autonomia e à transparência. Baseado nestes fundamentos, o Plano foi elaborado para aprovação e implantação.

## **Educação Básica: dimensões legais**

A Constituição Federal Brasileira (Art. 1), 1988, traz os fundamentos que guiam o país em termos dos princípios da cidadania, dos valores sociais do trabalho e das questões políticas. Sobre tais fundamentos estão assentadas as metas da nação brasileira e o projeto de educação. Busca-se, entre outras coisas, a construção de uma sociedade livre, baseada na justiça e na solidariedade, no desenvolvimento social e econômico, na redução das desigualdades sociais, na erradicação de qualquer tipo de preconceitos e de discriminação, na paz, na garantia dos direitos humanos e na harmonia do meio ambiente.

Nesse processo, os pilares que sustentam o projeto nacional de educação

[...] responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os estudantes de um ensino ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e aos direitos;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (DCNEB, 2013, p.17).

A Educação Básica no Brasil, obrigatória e gratuita para todos os cidadãos brasileiros dos quatro aos 17 anos de idade (Emenda Constitucional n. 59/2009), deverá, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), ser implantada progressivamente até o ano de 2016. É considerada o percurso para assegurar a todos os brasileiros uma formação indispensável

para a interpretação do mundo e o convívio social, para o exercício da cidadania e para a obtenção de meios que propiciem a progressão no trabalho e em estudos posteriores.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica salientam que ela

[...] é um direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivoemocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. Da aquisição plena desse direito depende a possibilidade de exercitar todos os demais direitos, definidos na Constituição, no ECA, na legislação ordinária e nas inúmeras disposições legais que consagram as prerrogativas do cidadão brasileiro. Somente um ser educado terá condição efetiva de participação social, ciente e consciente de seus direitos e deveres civis, sociais, políticos, econômicos e éticos. (DCNEB, 2013, p. 17).

A escola de EB é caracterizada por um espaço coletivo de convívio para as crianças e jovens, um lugar de socialização. Local onde as trocas e o cuidado devem ser privilegiados para garantir o bem-estar de todos. Caracteriza-se por um lugar onde se aprende a ser, a conviver, a valorizar a diversidade cultural e a construir a identidade pessoal. Essa escola atua, entre outras coisas, na construção de uma cultura de direitos humanos para preparar cidadãos plenos

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. (DCNEB, 2013, p. 25).

A escola é também um local que deve integrar as tecnologias digitais, pois as tecnologias da informação e comunicação, de acordo com as DCNEB (2013),

[...] constituem uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens. Como qualquer ferramenta, devem ser usadas e adaptadas para servir a fins educacionais e como tecnologia assistiva; desenvolvidas de forma a possibilitar que a interatividade virtual se desenvolva de modo mais intenso, inclusive na produção de linguagens. Assim, a infraestrutura tecnológica, como apoio pedagógico às atividades escolares, deve também garantir acesso dos estudantes à biblioteca, ao rádio, à televisão, à internet aberta às possibilidades da convergência digital. (p. 25).

A Educação brasileira esta dividida em Educação Básica (Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental (EF), Ensino Médio (EM) e Educação Superior. Tem por finalidade (Art. 22) “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, podendo ser organizada (Art. 23) em “séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”.

## Educação Infantil

A criança inicia suas primeiras experiências na escola de Educação Infantil (EI), que é a primeira etapa da Educação Básica (EB). É nesta fase que a escola e o professor inter-relacionam os conhecimentos trazidos pela criança com outros já acumulados pelo patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, entre outros. Tal situação tem o objetivo de permitir e de gerar o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos, associados às intervenções dos pais e da comunidade.

Na EI, a criança está no centro do processo educativo e tem direito ao cuidado e à educação, à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Em relação a isto, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010, p. 19-20), sinalizam que a EI deve favorecer

“A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo; A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança; A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização; O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade; O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades; Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição; A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América.”

No mesmo sentido, as diretrizes sustentam:

“O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.” (p. 21).

## Os objetivos da Educação Infantil visam

“[...] promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade, garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças.” (DCNEB, 2013, p. 88).

Tais objetivos visam garantir a igualdade de oportunidades às crianças de diferentes cores, classes sociais, assim como o convívio social e o direito à aprendizagem. Foi a partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 20 de Novembro de 1959, que o acesso das crianças às creches e pré-escolas deixa de ser visto como um “favor” e se torna um direito individual de todas as crianças.

A constituição de 1988, em seu Art. 205, mostra que a “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Art. 208, inciso IV, definiu que é dever do Estado garantir a Educação Infantil gratuita em creches e pré-escolas, dos quatro aos 17 anos de idade (Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

O estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 53, ainda assegura o direito da criança e do adolescente à educação, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Assim, hoje em dia, toda criança tem igualdade de condições de acesso à escola, permanência, qualidade de aprendizagem, sucesso, o direito de ser respeitada, entre outros.

A EI, que busca promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, em seu Art. 30, afirma que ela será oferecida em creches para crianças até três anos de idade e pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e é de responsabilidade dos municípios, LDBEN/96, em seu artigo 11, inciso V.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEB, 2013, p.97) articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, o planejamento, a execução e a avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Essas diretrizes orientam a formulação de políticas que incluem a formação de profissionais da educação, além do trabalho de planejamento, do desenvolvimento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) realizado pelas escolas. As creches e pré-escolas são estabelecimentos que zelam e educam, sem o foco e o caráter meramente assistencialistas, crianças de 0 a 5 anos.

As escolas de EI estão submetidas

“aos mecanismos de credenciamento, reconhecimento e supervisão do sistema de ensino em que se acham integradas (Lei nº 9.394/96, art. 9º, inciso IX, art.10, inciso IV e art.11, inciso IV), assim como o controle social. Sua forma e organização é variada, podendo constituir unidade independente ou integrar instituição que cuida da Educação Básica, atender faixas etárias diversas nos termos da Lei nº 9.394/96, em jornada integral de, no mínimo, 7 horas diárias, ou parcial de, no mínimo, 4 horas, seguindo o proposto na Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), sempre no período diurno, devendo o poder público oferecer vagas próximo à residência das crianças (Lei nº 8.069/90, art. 53). Independentemente das nomenclaturas diversas que adotam (Centros de Educação Infantil, Escolas de Educação Infantil, Núcleo Integrado de Educação Infantil, Unidade de Educação Infantil, etc.), a estrutura e funcionamento do atendimento deve garantir que essas unidades sejam espaço de educação coletiva”. (DCNEB, 2013, p. 84)

A Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a LDBEN/96 em seu Art. 6, prevê como dever dos pais ou responsáveis matricular crianças a partir de 4 anos de idade na EI. No Art. 31 da mesma Lei, a EI deve ter:

- I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Desta forma, a EI atua com objetivos claros, carga horária definida, dias letivos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e jornada de tempo que pode ser parcial ou integral. Além disso, há o controle frequência e formas organizadas de avaliação que garantam intervenções para a evolução da criança.

## **A história da Educação Infantil, na cidade de São Caetano do Sul<sup>2</sup>**

A história da EI, na cidade de São Caetano do Sul, iniciou-se no final da década de 1920. Em 1929, o padre Alexandre Grigolli, vigário de uma das igrejas de São Caetano, convidou religiosas, denominadas irmãs da Providência, que viviam na cidade de Tietê, interior de São Paulo, para trabalhar em sua paróquia, organizando trabalhos com crianças pequenas. Tal convite e ações deram início ao primeiro trabalho de EI na cidade.

Essa iniciativa, porém, foi interrompida e somente cerca de dois anos depois, com o auxílio direto das Irmãs da Providência radicadas na Itália, o projeto teve continuidade. Finalmente, no dia primeiro de julho de 1930, começou a funcionar o primeiro Jardim da Infância de São Caetano do Sul. Com mais de 50 crianças em suas dependências, divididas em duas classes, tiveram início as aulas. O local que abrigou a primeira experiência de EI adotou o nome de Santo Antônio. Foi o começo da atual escola Externato Santo Antônio.

Após a emancipação da cidade, que ocorreu em 1949, o exemplo dos religiosos foi seguido pelos prefeitos da cidade. A primeira administração do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino, no intuito de criar uma escola, desapropriou um terreno na Rua Maranhão para a construção de um prédio destinado à criação de um Jardim da Infância. O terceiro prefeito da cidade, Oswaldo Samuel Massei, criou o Parque Infantil Modelo (hoje a Escola Municipal de Educação Infantil Primeiro de Maio).

A orientação pedagógica das Escolas Municipais de EI passou por diversos processos, visando sempre melhorar o atendimento às crianças. Várias equipes de formação foram criadas para orientar e capacitar as professoras e supervisionar as escolas de 1977 a 1996.

A primeira assessoria que acompanhou algumas escolas da rede foi dirigida pela professora Maria da Glória Seber. A partir disso, foi formado um Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), visando à multiplicação dessas orientações. Em 1998, teve início o programa de formação continuada na rede com a assessoria da Escola da Vila, da cidade de São Paulo. Em 2003, os trabalhos passaram a ser coordenados pelo grupo de Didática, Informação, Cultura e Arte (DICA).

---

<sup>2</sup> Texto retirado do currículo da Educação Infantil de São Caetano do Sul.

Em 2009, foi inaugurado o Centro de Formação dos Profissionais da Educação, com a equipe do DICA, que acabou sendo incorporada pela prefeitura. Paralelamente, o Programa Mesa Educadora para a Primeira Infância, desde 2008, começou a atuar na formação integrada de todos os profissionais da EI. Por fim, em 2013, foi criado um grupo de Professoras de Apoio Pedagógico que, entre outras tarefas, procuram alinhar as compreensões sobre a EI por meio de orientações realizadas nas escolas, desenvolvendo processos de reflexão com as professoras. Tal processo, de formação em serviço, visa contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Atualmente (2013), a EI conta com 5.721 alunos<sup>3</sup> de quatro meses a cinco anos, distribuídos nas 39 pré-escolas e em três creches conveniadas. Esses estudantes participam de jornada de meio período e de período integral.

As escolas Municipais em São Caetano do Sul que ministram EI denominam-se:

- ✓ Escola Municipal Integrada ou EMI, quando período integral;
- ✓ Escola Municipal de Educação Infantil ou EMEI, quando compartilhada em meio período e período integral.

O trabalho com as crianças da EI está assim organizado:

- ✓ Berçário menor: atende bebês de 4 a 11 meses completos.
- ✓ Berçário maior: atende bebês de 12 a 16 meses completos.
- ✓ Grupo 1: atende crianças de 16 a 24 meses.
- ✓ Grupo 2: atende crianças de dois anos.
- ✓ Grupo 3: atende crianças de três anos.
- ✓ Grupo 4: atende crianças de quatro anos.
- ✓ Grupo 5: atende crianças de cinco anos.

---

<sup>3</sup> Número atualizado em agosto de 2013.

## **Meta 1 – Plano Municipal de Educação**

**Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.**

1.1) Definir, em regime de colaboração, com a União e o Estado de São Paulo, as metas da expansão da educação infantil segundo o padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2) Garantir e manter que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3(três) anos oriundas do quinto quartil de renda familiar *per capita* mais elevado e as do quinto de renda familiar *per capita* mais baixo.

1.3) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com a rede privada, levantamento da demanda por creche para a população de até 3(três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

1.4) Estabelecer, no segundo ano de vigência deste PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches e pré-escola.

1.5) Manter e ampliar, em regime de colaboração com profissionais da educação e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.

1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de

aferir a infraestrutura física e o quadro pessoal às condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.7) Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública.

1.8) Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

1.9) Garantir a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisas e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a efetivar a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade.

1.10) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(às) alunos(as) em processo de avaliação por equipe multidisciplinar ou com: deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.11) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3(três) anos de idade.

1.12) Preservar as especificidades da educação infantil, garantindo o atendimento da criança de 0(zero) a 5(cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6(seis) anos de idade ao ensino fundamental.

1.13) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência

de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.14) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3(três) anos.

1.15) Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.16) Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

**Tabela 02: Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso GERAL**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1A</b>
<b>Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso GERAL</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (0-3)</b>	<b>População na Faixa Etária (0-3)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	12285	33650	36,51%
São Bernardo do Campo	17338	41595	41,68%
São Caetano do Sul	3653	6093	59,95%
<b>ABC</b>	<b>33276</b>	<b>81338</b>	40,91%
Diadema	6245	24108	25,90%
Mauá	5843	23641	24,72%
Ribeirão Pires	2376	5765	41,21%
Rio Grande da Serra	435	2603	16,71%
<b>GABC</b>	<b>48175</b>	<b>137455</b>	35,05%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>879483</b>	<b>2289398</b>	38,42%
<b>Brasil</b>	<b>2737245</b>	<b>12035305</b>	22,74%
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESC/SEADE</b>	<b>IBGE/SEADE</b>	
<b>ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	

Tabela 03: Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1B</b>
<b>Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (0-3)</b>	<b>População na Faixa Etária (0-3)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	4976	33650	14,79%
São Bernardo do Campo	12113	41595	29,12%
São Caetano do Sul	2860	6093	46,94%
<b>ABC</b>	<b>19949</b>	<b>81338</b>	24,53%
Diadema	2929	24108	12,15%
Mauá	3966	23641	16,78%
Ribeirão Pires	1985	5765	34,43%
Rio Grande da Serra	367	2603	14,10%
<b>GABC</b>	<b>29196</b>	<b>137455</b>	21,24%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>468341</b>	<b>2289398</b>	20,46%
<b>Brasil</b>	<b>1731572</b>	<b>12035305</b>	14,39%

Tabela 04: Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1C</b>
<b>Indicadores de acesso (0 - 3 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (0-3)</b>	<b>População na Faixa Etária (0-3)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	7309	33650	21,72%
São Bernardo do Campo	5225	41595	12,56%
São Caetano do Sul	793	6093	13,01%
<b>ABC</b>	<b>13327</b>	<b>81338</b>	16,38%
Diadema	3316	24108	13,75%
Mauá	1877	23641	7,94%
Ribeirão Pires	391	5765	6,78%
Rio Grande da Serra	68	2603	2,61%
<b>GABC</b>	<b>18979</b>	<b>137455</b>	13,81%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>411142</b>	<b>2289398</b>	17,96%
<b>Brasil</b>	<b>1005673</b>	<b>12035305</b>	8,36%

**Tabela 05: Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso GERAL**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2A</b>
<b>Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso GERAL</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (4-5)</b>	<b>População na Faixa Etária (4-5)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	15445	15692	98,43%
São Bernardo do Campo	20103	19584	102,65%
São Caetano do Sul	3127	2796	111,84%
<b>ABC</b>	<b>38675</b>	<b>38072</b>	101,58%
Diadema	10812	11057	97,78%
Mauá	9594	11463	83,70%
Ribeirão Pires	2689	2755	97,60%
Rio Grande da Serra	1072	1315	81,52%
<b>GABC</b>	<b>62842</b>	<b>64662</b>	97,19%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1054926</b>	<b>1076877</b>	97,96%
<b>Brasil</b>	<b>4870332</b>	<b>6268537</b>	77,69%
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESC/SEADE -2013</b>	<b>IBGE/SEADE - 2013</b>	

**Tabela 06: Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2B</b>
<b>Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (4-5)</b>	<b>População na Faixa Etária (4-5)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	8727	15692	55,61%
São Bernardo do Campo	17381	19584	88,75%
São Caetano do Sul	2291	2796	81,94%
<b>ABC</b>	<b>28399</b>	<b>38072</b>	74,59%
Diadema	8482	11057	76,71%
Mauá	7915	11463	69,05%
Ribeirão Pires	2142	2755	77,75%
Rio Grande da Serra	947	1315	72,02%
<b>GABC</b>	<b>47885</b>	<b>64662</b>	74,05%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>829861</b>	<b>1076877</b>	77,06%
<b>Brasil</b>	<b>3645572</b>	<b>6268537</b>	58,16%
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESC/SEADE -2013</b>	<b>IBGE/SEADE - 2013</b>	

**Tabela 07: Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2C</b>
<b>Indicadores de acesso (4 - 5 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (4-5)</b>	<b>População na Faixa Etária (4-5)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	6718	15692	42,81%
São Bernardo do Campo	2722	19584	13,90%
São Caetano do Sul	836	2796	29,90%
<b>ABC</b>	<b>10276</b>	<b>38072</b>	<b>26,99%</b>
Diadema	2330	11057	21,07%
Mauá	1679	11463	14,65%
Ribeirão Pires	547	2755	19,85%
Rio Grande da Serra	125	1315	9,51%
<b>GABC</b>	<b>14957</b>	<b>64662</b>	<b>23,13%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>225065</b>	<b>1076877</b>	<b>20,90%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1224760</b>	<b>6268537</b>	<b>19,54%</b>

**Tabela 08: Indicador de Acesso de População Carente.**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3</b>
<b>Indicador de Acesso de População Carente: diferença entre a proporção de acesso de crianças de até 3 anos oriundas do quinto da renda familiar per capita mais elevado e a do quinto de renda familiar per capita mais baixo</b>			
	<b>Prop 20% + Pobres que estudam</b>	<b>Prop 20% + Ricos que estudam</b>	<b>Diferença em Pts Percent. Entres os 20% mais ricos/pobres que estudam</b>
Santo André	0,305084746	0,611111111	30,60263653
São Bernardo do Campo	0,351351351	0,678571429	32,72200772
São Caetano do Sul	0,425	0,25	-17,50000000
<b>ABC</b>	<b>0,352601156</b>	<b>0,592592593</b>	<b>23,99914365</b>
Diadema	0,19047619	0,285714286	9,52380952
Mauá	0,25862069	0,2	-5,86206897
Ribeirão Pires	0,25	0,375	12,50000000
Rio Grande da Serra	0,186046512	0,333333333	14,72868217
<b>GABC</b>	<b>0,267605634</b>	<b>0,472972973</b>	<b>20,53673392</b>
<b>FONTE</b>	<b>Pesquisa Socioeconômica INPES-USCS</b>		<b>Pesquisa Socioeconômica INPES-USCS</b>
<b>ANO</b>	<b>2010/11/12/13</b>		<b>2010/11/12/13</b>

**Tabela 09: Indicadores de Infraestrutura: 1. Água Filtrada - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>4</b>
<b>Indicadores de Infraestrutura: 1. Água Filtrada - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Água Filtrada</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	108	110	98,18%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>228</b>	<b>230</b>	<b>99,13%</b>
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>349</b>	<b>352</b>	<b>99,15%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8223</b>	<b>8396</b>	<b>97,94%</b>
<b>Brasil</b>	<b>75062</b>	<b>85869</b>	<b>87,41%</b>
FONTE	Censo Escola - 2013	Censo Escola -2013	

**Tabela 10: Indicadores de Infraestrutura: 2. Sanitário p/ Ed. Infantil - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>Indicadores de Infraestrutura: 2. Sanitário p/ Ed. Infantil - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Sanitário p/ Ed. Inf.</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	52	82	63,41%
São Bernardo do Campo	86	110	78,18%
São Caetano do Sul	28	38	73,68%
<b>ABC</b>	<b>166</b>	<b>230</b>	<b>72,17%</b>
Diadema	19	45	42,22%
Mauá	22	37	59,46%
Ribeirão Pires	14	29	48,28%
Rio Grande da Serra	4	11	36,36%
<b>GABC</b>	<b>225</b>	<b>352</b>	<b>63,92%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3329</b>	<b>8396</b>	<b>39,65%</b>
<b>Brasil</b>	<b>22898</b>	<b>85869</b>	<b>26,67%</b>

Tabela 11: Indicadores de Infraestrutura: 3. Cozinha - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 3. Cozinha - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Cozinha</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	37	38	97,37%
<b>ABC</b>	<b>229</b>	<b>230</b>	<b>99,57%</b>
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>351</b>	<b>352</b>	<b>99,72%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8230</b>	<b>8396</b>	<b>98,02%</b>
<b>Brasil</b>	<b>80183</b>	<b>85869</b>	<b>93,38%</b>

Tabela 12: Indicadores de Infraestrutura: 3. Cozinha - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 4. Rede de Esgoto Pública - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Rede Esgoto Pub</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	81	82	98,78%
São Bernardo do Campo	104	110	94,55%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>223</b>	<b>230</b>	<b>96,96%</b>
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>344</b>	<b>352</b>	<b>97,73%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7492</b>	<b>8396</b>	<b>89,23%</b>
<b>Brasil</b>	<b>26016</b>	<b>85869</b>	<b>30,30%</b>

Tabela 13: Indicadores de Infraestrutura: 5. Energia Elétrica Rede Pública - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 5. Energia Elétrica Rede Pública - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ EE - Rede Pública</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	<b>100,00%</b>
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>352</b>	<b>352</b>	<b>100,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8385</b>	<b>8396</b>	99,87%
<b>Brasil</b>	<b>79182</b>	<b>85869</b>	92,21%

Tabela 14: Indicadores de Infraestrutura: 6. TV - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 6. TV - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ TV</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	108	110	98,18%
São Caetano do Sul	36	38	94,74%
<b>ABC</b>	<b>226</b>	<b>230</b>	<b>98,26%</b>
Diadema	43	45	95,56%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	27	29	93,10%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>344</b>	<b>352</b>	<b>97,73%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8102</b>	<b>8396</b>	96,50%
<b>Brasil</b>	<b>60076</b>	<b>85869</b>	69,96%

Tabela 15: Indicadores de Infraestrutura: 7. DVD - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 7. DVD - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ DVD</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	106	110	96,36%
São Caetano do Sul	35	38	92,11%
<b>ABC</b>	<b>223</b>	<b>230</b>	<b>96,96%</b>
Diadema	43	45	95,56%
Mauá	36	37	97,30%
Ribeirão Pires	27	29	93,10%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>340</b>	<b>352</b>	<b>96,59%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8006</b>	<b>8396</b>	<b>95,35%</b>
<b>Brasil</b>	<b>57661</b>	<b>85869</b>	<b>67,15%</b>

Tabela 16: Indicadores de Infraestrutura: 7. DVD - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 8. Sala de Diretoria - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Sala de Diretoria</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	102	110	92,73%
São Caetano do Sul	37	38	97,37%
<b>ABC</b>	<b>221</b>	<b>230</b>	<b>96,09%</b>
Diadema	40	45	88,89%
Mauá	27	37	72,97%
Ribeirão Pires	26	29	89,66%
Rio Grande da Serra	5	11	45,45%
<b>GABC</b>	<b>319</b>	<b>352</b>	<b>90,63%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>6316</b>	<b>8396</b>	<b>75,23%</b>
<b>Brasil</b>	<b>45622</b>	<b>85869</b>	<b>53,13%</b>

Tabela 17: Indicadores de Infraestrutura: 9. Computadores p/ Uso de Alunos - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 9. Computadores p/ Uso de Alunos - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ computadores p/ uso de alunos</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	76	82	92,68%
São Bernardo do Campo	57	110	51,82%
São Caetano do Sul	29	38	76,32%
<b>ABC</b>	<b>162</b>	<b>230</b>	<b>70,43%</b>
Diadema	17	45	37,78%
Mauá	34	37	91,89%
Ribeirão Pires	20	29	68,97%
Rio Grande da Serra	4	11	36,36%
<b>GABC</b>	<b>237</b>	<b>352</b>	<b>67,33%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3588</b>	<b>8396</b>	<b>42,73%</b>

Tabela 18: Indicadores de Infraestrutura: 10. Impressora - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 10. Impressora - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Impressora</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	36	38	94,74%
<b>ABC</b>	<b>228</b>	<b>230</b>	<b>99,13%</b>
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	26	29	89,66%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>346</b>	<b>352</b>	<b>98,30%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7436</b>	<b>8396</b>	<b>88,57%</b>
<b>Brasil</b>	<b>49198</b>	<b>85869</b>	<b>57,29%</b>

Tabela 19: Indicadores de Infraestrutura: 11. Sala de Atendimento Especial - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 11. Sala de Atendimento Especial - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Sala de Atendimento Especial</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	7	82	8,54%
São Bernardo do Campo	11	110	10,00%
São Caetano do Sul	2	38	5,26%
<b>ABC</b>	<b>20</b>	<b>230</b>	<b>8,70%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	9	37	24,32%
Ribeirão Pires	10	29	34,48%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>39</b>	<b>352</b>	<b>11,08%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>731</b>	<b>8396</b>	<b>8,71%</b>
<b>Brasil</b>	<b>7791</b>	<b>85869</b>	<b>9,07%</b>

Tabela 20: Indicadores de Infraestrutura: 12. Internet Banda Larga- Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 12. Internet Banda Larga- Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Internet Banda Larga</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	72	82	87,80%
São Bernardo do Campo	100	110	90,91%
São Caetano do Sul	30	38	78,95%
<b>ABC</b>	<b>202</b>	<b>230</b>	<b>87,83%</b>
Diadema	42	45	93,33%
Mauá	33	37	89,19%
Ribeirão Pires	21	29	72,41%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>308</b>	<b>352</b>	<b>87,50%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>6769</b>	<b>8396</b>	<b>80,62%</b>
<b>Brasil</b>	<b>32173</b>	<b>85869</b>	<b>37,47%</b>

Tabela 21: Indicadores de Infraestrutura: 13. Sala dos Professores - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 13. Sala dos Professores - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Sala dos Professores</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	81	82	98,78%
São Bernardo do Campo	80	110	72,73%
São Caetano do Sul	20	38	52,63%
<b>ABC</b>	<b>181</b>	<b>230</b>	<b>78,70%</b>
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	29	37	78,38%
Ribeirão Pires	20	29	68,97%
Rio Grande da Serra	2	11	18,18%
<b>GABC</b>	<b>276</b>	<b>352</b>	<b>78,41%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5003</b>	<b>8396</b>	<b>59,59%</b>
<b>Brasil</b>	<b>30597</b>	<b>85869</b>	<b>35,63%</b>

Tabela 22: Indicadores de Infraestrutura: 14. Parque Infantil - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 14. Parque Infantil - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Parque Infantil</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	74	82	90,24%
São Bernardo do Campo	95	110	86,36%
São Caetano do Sul	35	38	92,11%
<b>ABC</b>	<b>204</b>	<b>230</b>	<b>88,70%</b>
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	26	37	70,27%
Ribeirão Pires	20	29	68,97%
Rio Grande da Serra	4	11	36,36%
<b>GABC</b>	<b>298</b>	<b>352</b>	<b>84,66%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5397</b>	<b>8396</b>	<b>64,28%</b>
<b>Brasil</b>	<b>22851</b>	<b>85869</b>	<b>26,61%</b>

Tabela 23: Indicadores de Infraestrutura: 15. Laboratório de Informática - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 15. Laboratório de Informática - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Lab Informática</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	74	82	90,24%
São Bernardo do Campo	17	110	15,45%
São Caetano do Sul	6	38	15,79%
<b>ABC</b>	<b>97</b>	<b>230</b>	<b>42,17%</b>
Diadema	8	45	17,78%
Mauá	34	37	91,89%
Ribeirão Pires	9	29	31,03%
Rio Grande da Serra	2	11	18,18%
<b>GABC</b>	<b>150</b>	<b>352</b>	<b>42,61%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2162</b>	<b>8396</b>	<b>25,75%</b>
<b>Brasil</b>	<b>24473</b>	<b>85869</b>	<b>28,50%</b>

Tabela 24: Indicadores de Infraestrutura: 16. Copiadora - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 16. Copiadora - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Copiadora</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	80	82	97,56%
São Bernardo do Campo	73	110	66,36%
São Caetano do Sul	21	38	55,26%
<b>ABC</b>	<b>174</b>	<b>230</b>	<b>75,65%</b>
Diadema	10	45	22,22%
Mauá	12	37	32,43%
Ribeirão Pires	21	29	72,41%
Rio Grande da Serra	2	11	18,18%
<b>GABC</b>	<b>219</b>	<b>352</b>	<b>62,22%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4509</b>	<b>8396</b>	<b>53,70%</b>
<b>Brasil</b>	<b>27888</b>	<b>85869</b>	<b>32,48%</b>

Tabela 25: Indicadores de Infraestrutura: 17. Biblioteca - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 17. Biblioteca - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Biblioteca</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	35	82	42,68%
São Bernardo do Campo	75	110	68,18%
São Caetano do Sul	9	38	23,68%
<b>ABC</b>	<b>119</b>	<b>230</b>	<b>51,74%</b>
Diadema	18	45	40,00%
Mauá	7	37	18,92%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>144</b>	<b>352</b>	<b>40,91%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1011</b>	<b>8396</b>	<b>12,04%</b>
<b>Brasil</b>	<b>14693</b>	<b>85869</b>	<b>17,11%</b>

Tabela 26: Indicadores de Infraestrutura: 18. Quadra Esportiva - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 18. Quadra Esportiva - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Quadra Esportiva</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	50	82	60,98%
São Bernardo do Campo	44	110	40,00%
São Caetano do Sul	9	38	23,68%
<b>ABC</b>	<b>103</b>	<b>230</b>	<b>44,78%</b>
Diadema	8	45	17,78%
Mauá	15	37	40,54%
Ribeirão Pires	7	29	24,14%
Rio Grande da Serra	1	11	9,09%
<b>GABC</b>	<b>134</b>	<b>352</b>	<b>38,07%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1709</b>	<b>8396</b>	<b>20,35%</b>
<b>Brasil</b>	<b>12811</b>	<b>85869</b>	<b>14,92%</b>

Tabela 27: Indicadores de Infraestrutura: 19. Sanitário p/ Deficiente Físico - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 19. Sanitário p/ Deficiente Físico - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Sanitário p/ Deficiente Físico</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	49	82	59,76%
São Bernardo do Campo	77	110	70,00%
São Caetano do Sul	14	38	36,84%
<b>ABC</b>	<b>140</b>	<b>230</b>	<b>60,87%</b>
Diadema	23	45	51,11%
Mauá	12	37	32,43%
Ribeirão Pires	9	29	31,03%
Rio Grande da Serra	1	11	9,09%
<b>GABC</b>	<b>185</b>	<b>352</b>	<b>52,56%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2320</b>	<b>8396</b>	<b>27,63%</b>
<b>Brasil</b>	<b>14444</b>	<b>85869</b>	<b>16,82%</b>

Tabela 28: Indicadores de Infraestrutura: 20. Dependências p/ Deficientes Físicos - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 20. Dependências p/ Deficientes Físicos - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Dependências p/ Deficientes Físicos</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	33	82	40,24%
São Bernardo do Campo	37	110	33,64%
São Caetano do Sul	8	38	21,05%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>230</b>	<b>33,91%</b>
Diadema	6	45	13,33%
Mauá	6	37	16,22%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>90</b>	<b>352</b>	<b>25,57%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1032</b>	<b>8396</b>	<b>12,29%</b>
<b>Brasil</b>	<b>11579</b>	<b>85869</b>	<b>13,48%</b>

Tabela 29: Indicadores de Infraestrutura: 21. Laboratório de Ciências - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Infraestrutura: 21. Laboratório de Ciências - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Laboratório de Ciências</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2	82	2,44%
São Bernardo do Campo	1	110	0,91%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>230</b>	<b>1,30%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>352</b>	<b>0,85%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>57</b>	<b>8396</b>	<b>0,68%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1308</b>	<b>85869</b>	<b>1,52%</b>

Tabela 30: Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil - GERAL

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>5A</b>
<b>Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil - GERAL</b>			
	<b>Escala de Infraestrututra</b>	<b>Total escolas Ensino Infantil</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
<b>Santo André</b>			
1 - Elementar	25	286	8,74%
2 - Básica	57	286	19,93%
3 - Adequada	72	286	25,17%
4 - Avançada	132	286	46,15%
Média Nível	67%	Adequada	
<b>São Bernardo do Campo</b>			

1 - Elementar	12	197	6,09%
2 - Básica	40	197	20,30%
3 - Adequada	52	197	26,40%
4 - Avançada	93	197	47,21%
Média Nível	69%	Adequada	
<b>São Caetano do Sul</b>			
1 - Elementar	5	51	9,80%
2 - Básica	10	51	19,61%
3 - Adequada	19	51	37,25%
4 - Avançada	17	51	33,33%
Média Nível	65%	Adequada	
<b>ABC</b>			
<b>1 - Elementar</b>	<b>42</b>	<b>534</b>	<b>7,87%</b>
<b>2 - Básica</b>	<b>107</b>	<b>534</b>	<b>20,04%</b>
<b>3 - Adequada</b>	<b>143</b>	<b>534</b>	<b>26,78%</b>
<b>4 - Avançada</b>	<b>242</b>	<b>534</b>	<b>45,32%</b>
<b>Média Nível</b>	<b>68%</b>	<b>Adequada</b>	
<b>Diadema</b>			
1 - Elementar	13	94	13,83%
2 - Básica	21	94	22,34%
3 - Adequada	30	94	31,91%
4 - Avançada	30	94	31,91%
Média Nível	64%	Adequada	
<b>Mauá</b>			
1 - Elementar	17	93	18,28%
2 - Básica	27	93	29,03%
3 - Adequada	27	93	29,03%
4 - Avançada	22	93	23,66%
Média Nível	61%	Adequada	
<b>Ribeirão Pires</b>			
1 - Elementar	6	43	13,95%

2 - Básica	10	43	23,26%
3 - Adequada	16	43	37,21%
4 - Avançada	11	43	25,58%
Média Nível	62%	Adequada	
<b>Rio Grande da Serra</b>			
1 - Elementar	8	13	61,54%
2 - Básica	3	13	23,08%
3 - Adequada	2	13	15,38%
4 - Avançada	0	13	0,00%
Média Nível	48%	Elementar	
<b>GABC</b>			
1 - Elementar	86	777	11,07%
2 - Básica	168	777	21,62%
3 - Adequada	218	777	28,06%
4 - Avançada	305	777	39,25%
Média Nível	66%	Adequada	
<b>Estado de São Paulo</b>			
1 - Elementar	4341	16143	26,89%
2 - Básica	4013	16143	24,86%
3 - Adequada	3591	16143	22,24%
4 - Avançada	4198	16143	26,01%
Média Nível	59%	Básica	
<b>Brasil</b>			
1 - Elementar	62520	116718	53,57%
2 - Básica	16987	116718	14,55%
3 - Adequada	14651	116718	12,55%
4 - Avançada	22560	116718	19,33%
Média Nível	47%	Elementar	
<b>FONTE</b>	<b>Censo Escola</b>	<b>Censo Escola</b>	
<b>ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	

**Tabela 31: Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil - PÚBLICA**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>5B</b>
<b>Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil - PÚBLICA</b>			
	<b>Escala de Infraestrututra</b>	<b>Total escolas Ensino Infantil</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
<b>Santo André</b>			
1 - Elementar	0	82	0,00%
2 - Básica	2	82	2,44%
3 - Adequada	7	82	8,54%
4 - Avançada	73	82	89,02%
Média Nível	77,8165%	Avançada	
<b>São Bernardo do Campo</b>			
1 - Elementar	2	110	1,82%
2 - Básica	23	110	20,91%
3 - Adequada	31	110	28,18%
4 - Avançada	54	110	49,09%
Média Nível	69,7403%	Adequada	
<b>São Caetano do Sul</b>			
1 - Elementar	3	38	7,89%
2 - Básica	10	38	26,32%
3 - Adequada	16	38	42,11%
4 - Avançada	9	38	23,68%
Média Nível	63,4085%	Adequada	
<b>ABC</b>			
1 - Elementar	<b>5</b>	<b>230</b>	<b>2,17%</b>
2 - Básica	<b>35</b>	<b>230</b>	<b>15,22%</b>

3 - Adequada	<b>54</b>	<b>230</b>	<b>23,48%</b>
4 - Avançada	<b>136</b>	<b>230</b>	<b>59,13%</b>
Média Nível	<b>71,5735%</b>	<b>Avançada</b>	
<b>Diadema</b>			
1 - Elementar	4	45	8,89%
2 - Básica	12	45	26,67%
3 - Adequada	19	45	42,22%
4 - Avançada	10	45	22,22%
Média Nível	62,2222%	Adequada	
<b>Mauá</b>			
1 - Elementar	2	37	5,41%
2 - Básica	7	37	18,92%
3 - Adequada	15	37	40,54%
4 - Avançada	13	37	35,14%
Média Nível	67,4389%	Adequada	
<b>Ribeirão Pires</b>			
1 - Elementar	4	29	13,79%
2 - Básica	6	29	20,69%
3 - Adequada	13	29	44,83%
4 - Avançada	6	29	20,69%
Média Nível	61,2479%	Adequada	
<b>Rio Grande da Serra</b>			
1 - Elementar	6	11	54,55%
2 - Básica	3	11	27,27%
3 - Adequada	2	11	18,18%
4 - Avançada	0	11	0,00%
Média Nível	48,0519%	Elementar	

<b>GABC</b>			
1 - Elementar	<b>21</b>	<b>352</b>	<b>5,97%</b>
2 - Básica	<b>63</b>	<b>352</b>	<b>17,90%</b>
3 - Adequada	<b>103</b>	<b>352</b>	<b>29,26%</b>
4 - Avançada	<b>165</b>	<b>352</b>	<b>46,88%</b>
Média Nível	<b>68,3577%</b>	<b>Adequada</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>			
1 - Elementar	<b>2730</b>	<b>8396</b>	<b>32,52%</b>
2 - Básica	<b>2168</b>	<b>8396</b>	<b>25,82%</b>
3 - Adequada	<b>1924</b>	<b>8396</b>	<b>22,92%</b>
4 - Avançada	<b>1574</b>	<b>8396</b>	<b>18,75%</b>
Média Nível	<b>56,1560%</b>	<b>Básica</b>	
<b>Brasil</b>			
1 - Elementar	<b>56543</b>	<b>85869</b>	<b>65,85%</b>
2 - Básica	<b>10945</b>	<b>85869</b>	<b>12,75%</b>
3 - Adequada	<b>8324</b>	<b>85869</b>	<b>9,69%</b>
4 - Avançada	<b>10057</b>	<b>85869</b>	<b>11,71%</b>
Média Nível	<b>40,0062%</b>	<b>Elementar</b>	
<b>FONTE</b>	<b>Censo Escola</b>	<b>Censo Escola</b>	
<b>ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	

**Tabela 32: Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>5C</b>
<b>Indicador de Infraestrutura: Proporção das escolas de educação infantil na escala de infraestrutura proposta por Soares Neto et al (2013). - Ed. Infantil - MUNICIPAL</b>			
	<b>Escala de Infraestrututra</b>	<b>Total escolas Ensino Infantil</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
<b>Santo André</b>			
1 - Elementar	0	82	0,00%
2 - Básica	2	82	2,44%
3 - Adequada	7	82	8,54%
4 - Avançada	73	82	89,02%
Média Nível	77,8165%	Avançada	
<b>São Bernardo do Campo</b>			
1 - Elementar	2	110	1,82%
2 - Básica	23	110	20,91%
3 - Adequada	31	110	28,18%
4 - Avançada	54	110	49,09%
Média Nível	69,7403%	Adequada	
<b>São Caetano do Sul</b>			
1 - Elementar	3	38	7,89%
2 - Básica	10	38	26,32%
3 - Adequada	16	38	42,11%
4 - Avançada	9	38	23,68%
Média Nível	63,4085%	Adequada	

<b>ABC</b>			
1 - Elementar	5	230	2,17%
2 - Básica	35	230	15,22%
3 - Adequada	54	230	23,48%
4 - Avançada	136	230	59,13%
Média Nível	71,5735%	Avançada	
<b>Diadema</b>			
1 - Elementar	4	45	8,89%
2 - Básica	12	45	26,67%
3 - Adequada	19	45	42,22%
4 - Avançada	10	45	22,22%
Média Nível	62,2222%	Adequada	
<b>Mauá</b>			
1 - Elementar	2	37	5,41%
2 - Básica	7	37	18,92%
3 - Adequada	15	37	40,54%
4 - Avançada	13	37	35,14%
Média Nível	67,4389%	Adequada	
<b>Ribeirão Pires</b>			
1 - Elementar	4	29	13,79%
2 - Básica	6	29	20,69%
3 - Adequada	13	29	44,83%
4 - Avançada	6	29	20,69%
Média Nível	61,2479%	Adequada	
<b>Rio Grande da Serra</b>			
1 - Elementar	6	11	54,55%
2 - Básica	3	11	27,27%
3 - Adequada	2	11	18,18%
4 - Avançada	0	11	0,00%
Média Nível	48,0519%	Elementar	

<b>GABC</b>			
1 - Elementar	21	352	5,97%
2 - Básica	63	352	17,90%
3 - Adequada	103	352	29,26%
4 - Avançada	165	352	46,88%
Média Nível	68,3577%	Adequada	
<b>Estado de São Paulo</b>			
1 - Elementar	2705	8352	32,39%
2 - Básica	2157	8352	25,83%
3 - Adequada	1919	8352	22,98%
4 - Avançada	1571	8352	18,81%
Média Nível	56,2283%	Básica	
<b>Brasil</b>			
1 - Elementar	56214	84800	66,29%
2 - Básica	10840	84800	12,78%
3 - Adequada	8205	84800	9,68%
4 - Avançada	9541	84800	11,25%
Média Nível	39,7443%	Elementar	
<b>FONTE</b>	<b>Censo Escola</b>	<b>Censo Escola</b>	
<b>ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	

Tabela 33: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 1. TV - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6</b>
<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 1. TV - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	Escolas c/ TV	Total Escolas	
	Numerador	Denominador	Indicador
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	108	110	98,18%
São Caetano do Sul	36	38	94,74%
<b>ABC</b>	<b>226</b>	<b>230</b>	<b>98,26%</b>
Diadema	43	45	95,56%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	27	29	93,10%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>344</b>	<b>352</b>	<b>97,73%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8102</b>	<b>8396</b>	<b>96,50%</b>
<b>Brasil</b>	<b>60076</b>	<b>85869</b>	<b>69,96%</b>
<b> FONTE</b>	<b> Censo Escola</b>	<b> Censo Escola</b>	
<b> ANO</b>	<b> 2013</b>	<b> 2013</b>	

Tabela 34: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 2. DVD - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 2. DVD - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	Escolas c/ DVD	Total Escolas	
	Numerador	Denominador	Indicador
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	106	110	96,36%
São Caetano do Sul	35	38	92,11%
<b>ABC</b>	<b>223</b>	<b>230</b>	<b>96,96%</b>
Diadema	43	45	95,56%
Mauá	36	37	97,30%
Ribeirão Pires	27	29	93,10%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>340</b>	<b>352</b>	<b>96,59%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8006</b>	<b>8396</b>	<b>95,35%</b>
<b>Brasil</b>	<b>57661</b>	<b>85869</b>	<b>67,15%</b>

Tabela 35: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 3. Computadores p/ Uso de Alunos - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 3. Computadores p/ Uso de Alunos - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ computadores p/ uso de alunos</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	76	82	92,68%
São Bernardo do Campo	57	110	51,82%
São Caetano do Sul	29	38	76,32%
<b>ABC</b>	<b>162</b>	<b>230</b>	<b>70,43%</b>
Diadema	17	45	37,78%
Mauá	34	37	91,89%
Ribeirão Pires	20	29	68,97%
Rio Grande da Serra	4	11	36,36%
<b>GABC</b>	<b>237</b>	<b>352</b>	<b>67,33%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3588</b>	<b>8396</b>	<b>42,73%</b>
<b>Brasil</b>	<b>32229</b>	<b>85869</b>	<b>37,53%</b>

Tabela 36: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 4. Impressora - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 4. Impressora - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Impressora</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	36	38	94,74%
<b>ABC</b>	<b>228</b>	<b>230</b>	<b>99,13%</b>
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	26	29	89,66%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>346</b>	<b>352</b>	<b>98,30%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7436</b>	<b>8396</b>	<b>88,57%</b>
<b>Brasil</b>	<b>49198</b>	<b>85869</b>	<b>57,29%</b>

Tabela 37: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 5. Internet Banda Larga- Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 5. Internet Banda Larga- Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Internet Banda Larga</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	72	82	87,80%
São Bernardo do Campo	100	110	90,91%
São Caetano do Sul	30	38	78,95%
<b>ABC</b>	<b>202</b>	<b>230</b>	<b>87,83%</b>
Diadema	42	45	93,33%
Mauá	33	37	89,19%
Ribeirão Pires	21	29	72,41%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>308</b>	<b>352</b>	<b>87,50%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>6769</b>	<b>8396</b>	<b>80,62%</b>
<b>Brasil</b>	<b>32173</b>	<b>85869</b>	<b>37,47%</b>

Tabela 38: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 6. Laboratório de Informática - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 6. Laboratório de Informática - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Lab Informática</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	74	82	90,24%
São Bernardo do Campo	17	110	15,45%
São Caetano do Sul	6	38	15,79%
<b>ABC</b>	<b>97</b>	<b>230</b>	<b>42,17%</b>
Diadema	8	45	17,78%
Mauá	34	37	91,89%
Ribeirão Pires	9	29	31,03%
Rio Grande da Serra	2	11	18,18%
<b>GABC</b>	<b>150</b>	<b>352</b>	<b>42,61%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2162</b>	<b>8396</b>	<b>25,75%</b>
<b>Brasil</b>	<b>24473</b>	<b>85869</b>	<b>28,50%</b>

Tabela 39: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 7. Antena Parabólica - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 7. Antena Parabólica - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Antena Parabólica</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	4	82	4,88%
São Bernardo do Campo	20	110	18,18%
São Caetano do Sul	1	38	2,63%
<b>ABC</b>	<b>25</b>	<b>230</b>	<b>10,87%</b>
Diadema	1	45	2,22%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	16	29	55,17%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>42</b>	<b>352</b>	<b>11,93%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1495</b>	<b>8396</b>	<b>17,81%</b>
<b>Brasil</b>	<b>15020</b>	<b>85869</b>	<b>17,49%</b>

Tabela 40: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 8. Laboratório de Ciências - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 8. Laboratório de Ciências - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Laboratório de Ciências</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2	82	2,44%
São Bernardo do Campo	1	110	0,91%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>230</b>	<b>1,30%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>352</b>	<b>0,85%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>57</b>	<b>8396</b>	<b>0,68%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1308</b>	<b>85869</b>	<b>1,52%</b>

**Tabela 41: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 9. Retroprojektor - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 9. Retroprojektor - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Retroprojektor</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	56	82	68,29%
São Bernardo do Campo	71	110	64,55%
São Caetano do Sul	32	38	84,21%
<b>ABC</b>	<b>159</b>	<b>230</b>	<b>69,13%</b>
Diadema	35	45	77,78%
Mauá	20	37	54,05%
Ribeirão Pires	6	29	20,69%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>220</b>	<b>352</b>	<b>62,50%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2936</b>	<b>8396</b>	<b>34,97%</b>
<b>Brasil</b>	<b>15644</b>	<b>85869</b>	<b>18,22%</b>

**Tabela 42: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 10. Aparelho de Som - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 10. Aparelho de Som - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Aparelho de Som</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	105	110	95,45%
São Caetano do Sul	37	38	97,37%
<b>ABC</b>	<b>224</b>	<b>230</b>	<b>97,39%</b>
Diadema	43	45	95,56%
Mauá	36	37	97,30%
Ribeirão Pires	24	29	82,76%
Rio Grande da Serra	9	11	81,82%
<b>GABC</b>	<b>336</b>	<b>352</b>	<b>95,45%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7441</b>	<b>8396</b>	<b>88,63%</b>
<b>Brasil</b>	<b>47012</b>	<b>85869</b>	<b>54,75%</b>

**Tabela 43: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 11. Projetor Multimídia - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 11. Projetor Multimídia - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Projetor Multimídia</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	68	82	82,93%
São Bernardo do Campo	107	110	97,27%
São Caetano do Sul	19	38	50,00%
<b>ABC</b>	<b>194</b>	<b>230</b>	<b>84,35%</b>
Diadema	32	45	71,11%
Mauá	31	37	83,78%
Ribeirão Pires	24	29	82,76%
Rio Grande da Serra	9	11	81,82%
<b>GABC</b>	<b>290</b>	<b>352</b>	<b>82,39%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4214</b>	<b>8396</b>	<b>50,19%</b>
<b>Brasil</b>	<b>24037</b>	<b>85869</b>	<b>27,99%</b>

**Tabela 44: Indicadores de Recursos Pedagógicos: 12. Máquina Fotográfica - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>Indicadores de Recursos Pedagógicos: 12. Máquina Fotográfica - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Máquina Fotográfica</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	79	82	96,34%
São Bernardo do Campo	104	110	94,55%
São Caetano do Sul	37	38	97,37%
<b>ABC</b>	<b>220</b>	<b>230</b>	<b>95,65%</b>
Diadema	41	45	91,11%
Mauá	35	37	94,59%
Ribeirão Pires	26	29	89,66%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>333</b>	<b>352</b>	<b>94,60%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>6427</b>	<b>8396</b>	<b>76,55%</b>
<b>Brasil</b>	<b>31633</b>	<b>85869</b>	<b>36,84%</b>

**Tabela 45: Indicadores de Acessibilidade: Sala de Atendimento Especial - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7</b>
<b>Indicadores de Acessibilidade: Sala de Atendimento Especial - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Sala de Atendimento Especial</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	7	82	8,54%
São Bernardo do Campo	11	110	10,00%
São Caetano do Sul	2	38	5,26%
<b>ABC</b>	<b>20</b>	<b>230</b>	<b>8,70%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	9	37	24,32%
Ribeirão Pires	10	29	34,48%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>39</b>	<b>352</b>	<b>11,08%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>731</b>	<b>8396</b>	<b>8,71%</b>
<b>Brasil</b>	<b>7791</b>	<b>85869</b>	<b>9,07%</b>
<b>FONTE</b>	<b>Censo Escola - 2013</b>	<b>Censo Escola -2013</b>	

**Tabela 46: Indicadores de Acessibilidade: 2. Sanitário p/ Deficiente Físico - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>Indicadores de Acessibilidade: 2. Sanitário p/ Deficiente Físico - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Sanitário p/ Deficiente Físico</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	49	82	59,76%
São Bernardo do Campo	77	110	70,00%
São Caetano do Sul	14	38	36,84%
<b>ABC</b>	<b>140</b>	<b>230</b>	<b>60,87%</b>
Diadema	23	45	51,11%
Mauá	12	37	32,43%
Ribeirão Pires	9	29	31,03%
Rio Grande da Serra	1	11	9,09%
<b>GABC</b>	<b>185</b>	<b>352</b>	<b>52,56%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2320</b>	<b>8396</b>	<b>27,63%</b>
<b>Brasil</b>	<b>14444</b>	<b>85869</b>	<b>16,82%</b>

Tabela 47: Indicadores de Acessibilidade: 3. Dependências p/ Deficientes Físicos - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 3. Dependências p/ Deficientes Físicos - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Dependências p/ Deficientes Físicos</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	33	82	40,24%
São Bernardo do Campo	37	110	33,64%
São Caetano do Sul	8	38	21,05%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>230</b>	<b>33,91%</b>
Diadema	6	45	13,33%
Mauá	6	37	16,22%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>90</b>	<b>352</b>	<b>25,57%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1032</b>	<b>8396</b>	<b>12,29%</b>
<b>Brasil</b>	<b>11579</b>	<b>85869</b>	<b>13,48%</b>

Tabela 48: Indicadores de Acessibilidade: 4. Atendimento Educacional Especializado - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 4. Atendimento Educacional Especializado - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Atendimento Educacional Especializado</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	7	82	8,54%
São Bernardo do Campo	10	110	9,09%
São Caetano do Sul	2	38	5,26%
<b>ABC</b>	<b>19</b>	<b>230</b>	<b>8,26%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	9	37	24,32%
Ribeirão Pires	10	29	34,48%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>38</b>	<b>352</b>	<b>10,80%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>687</b>	<b>8396</b>	<b>8,18%</b>
<b>Brasil</b>	<b>7111</b>	<b>85869</b>	<b>8,28%</b>

Tabela 49: Indicadores de Acessibilidade: 5. Materiais Específicos p/ atendimento à diversidade sociocultural - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 5. Materiais Específicos p/ atendimento à diversidade sociocultural - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Materiais Específicos p/ atendimento à diversidade sociocultural</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	1	82	1,22%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>1</b>	<b>230</b>	<b>0,43%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>1</b>	<b>352</b>	<b>0,28%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>10</b>	<b>8396</b>	0,12%
<b>Brasil</b>	<b>1706</b>	<b>85869</b>	1,99%

Tabela 50: ndicadores de Acessibilidade: 6. Ensino no Sistema Braille - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 6. Ensino no Sistema Braille - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Ensino no Sistema Braille</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	0,00%
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	0,00%

Tabela 51: Indicadores de Acessibilidade: 7. Estratégia p/ o desenvolvimento de processos mentais - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 7. Estratégia p/ o desenvolvimento de processos mentais - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Estratégia p/ o desenvolvimento de processos mentais</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	<b>0,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	<b>0,00%</b>

Tabela 52: Indicadores de Acessibilidade: 8. Ensino c/ Uso de Recursos Ópticos e Não Ópticos - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 8. Ensino c/ Uso de Recursos Ópticos e Não Ópticos - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Ensino c/ Uso de Recursos Ópticos e Não Ópticos</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	<b>0,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	<b>0,00%</b>

**Tabela 53: Indicadores de Acessibilidade: 9. Técnicas de Orientação e Mobilidade - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>Indicadores de Acessibilidade: 9. Técnicas de Orientação e Mobilidade - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Técnicas de Orientação e Mobilidade</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	<b>0,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	<b>0,00%</b>

**Tabela 54: Indicadores de Acessibilidade: 10. Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>Indicadores de Acessibilidade: 10. Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Ensino da Língua Brasileira de Sinais</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	<b>0,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	<b>0,00%</b>

Tabela 55: Indicadores de Acessibilidade: 11. Ensino do Uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 11. Ensino do Uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Ensino do Uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	<b>0,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	<b>0,00%</b>

Tabela 56: Indicadores de Acessibilidade: 12. Ensino do Uso do Soroban - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 12. Ensino do Uso do Soroban - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Ensino do Uso do Soroban</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	<b>0,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	<b>0,00%</b>

Tabela 57: Indicadores de Acessibilidade: 13. Estratégias p/ Autonomia no Ambiente Escolar - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 13. Estratégias p/ Autonomia no Ambiente Escolar - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Estratégias p/ Autonomia no Ambiente Escolar</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	<b>0,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	<b>0,00%</b>

Tabela 58: Indicadores de Acessibilidade: 14. Ensino da Usabilidade e da Funcionalidade da Informática Acessível - Ed. Infantil - Rede Municipal

<b>Indicadores de Acessibilidade: 14. Ensino da Usabilidade e da Funcionalidade da Informática Acessível - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ Ensino da Usabilidade e da Funcionalidade da Informática Acessível</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	82	0,00%
São Bernardo do Campo	0	110	0,00%
São Caetano do Sul	0	38	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	45	0,00%
Mauá	0	37	0,00%
Ribeirão Pires	0	29	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>352</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0</b>	<b>8431</b>	<b>0,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>86038</b>	<b>0,00%</b>

**Tabela 59: Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo - Ed. Infantil - GERAL**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8A</b>
<b>Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo - Ed. Infantil - GERAL</b>			
	Total docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo	Total docentes do Ensino Infantil	Fonte- Censo 2013.
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	1227	1699	72,22%
São Bernardo do Campo	1760	2089	84,25%
São Caetano do Sul	343	383	89,56%
<b>ABC</b>	<b>3330</b>	<b>4171</b>	<b>79,84%</b>
Diadema	995	1260	78,97%
Mauá	900	1075	83,72%
Ribeirão Pires	241	570	42,28%
Rio Grande da Serra	48	77	62,34%
<b>GABC</b>	<b>5514</b>	<b>7153</b>	<b>77,09%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>84713</b>	<b>113285</b>	<b>74,78%</b>
<b>Brasil</b>	<b>249820</b>	<b>441604</b>	<b>56,57%</b>

**Tabela 60: Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo – EI. Rede PÚBLICA**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8B</b>
<b>Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo – EI. Rede PÚBLICA</b>			
	Total docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo	Total docentes do Ensino Infantil	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	636	730	87,12%
São Bernardo do Campo	1339	1514	88,44%
São Caetano do Sul	252	270	93,33%
<b>ABC</b>	<b>2227</b>	<b>2514</b>	<b>88,58%</b>
Diadema	817	915	89,29%
Mauá	793	847	93,62%
Ribeirão Pires	213	506	42,09%
Rio Grande da Serra	46	73	63,01%
<b>GABC</b>	<b>4096</b>	<b>4855</b>	<b>84,37%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>57671</b>	<b>69117</b>	<b>83,44%</b>
<b>Brasil</b>	<b>188175</b>	<b>304524</b>	<b>61,79%</b>

**Tabela 61: Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do EI com ensino superior completo – EI. Rede Municipal**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8C</b>
<b>Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do EI com ensino superior completo – EI. Rede Municipal</b>			
	<b>Total docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo</b>	<b>Total docentes do Ensino Infantil</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	636	730	87,12%
São Bernardo do Campo	1339	1514	88,44%
São Caetano do Sul	252	270	93,33%
<b>ABC</b>	<b>2227</b>	<b>2514</b>	<b>88,58%</b>
Diadema	817	915	89,29%
Mauá	793	847	93,62%
Ribeirão Pires	213	506	42,09%
Rio Grande da Serra	46	73	63,01%
<b>GABC</b>	<b>4096</b>	<b>4855</b>	<b>84,37%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>57517</b>	<b>68880</b>	<b>83,50%</b>
<b>Brasil</b>	<b>185613</b>	<b>300996</b>	<b>61,67%</b>

**Tabela 62: Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo - EI Rede PRIVADA**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8D</b>
<b>Indicadores de Formação Superior: Proporção dos docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo - EI Rede PRIVADA</b>			
	<b>Total docentes do Ensino Infantil com ensino superior completo</b>	<b>Total docentes do Ensino Infantil</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	591	969	60,99%
São Bernardo do Campo	421	575	73,22%
São Caetano do Sul	91	113	80,53%
<b>ABC</b>	<b>1103</b>	<b>1657</b>	<b>66,57%</b>
Diadema	178	345	51,59%
Mauá	107	228	46,93%
Ribeirão Pires	28	64	43,75%
Rio Grande da Serra	2	4	50,00%
<b>GABC</b>	<b>1418</b>	<b>2298</b>	<b>61,71%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>27042</b>	<b>44168</b>	<b>61,23%</b>
<b>Brasil</b>	<b>61645</b>	<b>137080</b>	<b>44,97%</b>

**Tabela 63: Indicador de Oferta em Instituições Beneficentes de Assistência Social - Ens. Infantil**

<b>META</b>			<b>1</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>10</b>
<b>Indicador de Oferta em Instituições Beneficentes de Assistência Social - Ens. Infantil</b>			
	<b>Escolas Beneficentes de Assist Social</b>	<b>Total escolas Municipais - Ens Inf</b>	<b>Fonte: Censo escola – 2013.</b>
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	15	82	18,29%
São Bernardo do Campo	10	110	9,09%
São Caetano do Sul	2	38	5,26%
<b>ABC</b>	<b>27</b>	<b>230</b>	<b>11,74%</b>
Diadema	8	45	17,78%
Mauá	5	37	13,51%
Ribeirão Pires	2	29	6,90%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>42</b>	<b>352</b>	<b>11,93%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1773</b>	<b>8352</b>	<b>21,23%</b>
<b>Brasil</b>	<b>4049</b>	<b>84800</b>	<b>4,77%</b>

**Tabela 64: Indicador de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e da permanência na Ed. Infantil (transferência de renda)**

<b>Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e da permanência na Ed. Infantil (*0-6 anos) - (Recorte para beneficiários de transferência de renda)</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (0-6) Beneficiadas do PBF que estudam</b>	<b>População na Faixa Etária que recebe o PBF (0-6)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	3996	8996	44,42%
São Bernardo do Campo	3673	11784	31,17%
São Caetano do Sul	417	577	72,27%
<b>ABC</b>	<b>8086</b>	<b>21357</b>	<b>37,86%</b>
Diadema	3739	8911	41,96%
Mauá	1730	5489	31,52%
Ribeirão Pires	402	1492	26,94%
Rio Grande da Serra	378	1250	30,24%
<b>GABC</b>	<b>14335</b>	<b>38499</b>	<b>37,23%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>313213</b>	<b>802392</b>	<b>39,03%</b>
<b>Brasil</b>	<b>2266702</b>	<b>7372706</b>	<b>30,74%</b>
<b>FONTE</b>	<b>Tabulador de Informações do CadÚnico - TABCAD (MDS) - 2013</b>	<b>Tabulador de Informações do CadÚnico - TABCAD (MDS)</b>	

## **Ensino Fundamental**

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 3/2005, o Ensino Fundamental (EF) é caracterizado por nove anos, apresentando duas fases próprias: anos iniciais, com cinco anos de duração, geralmente para alunos de seis a 10 anos de idade; e anos finais, com quatro anos de duração (para jovens de 11 a 14 anos).

O Parecer CNE/CEB nº 6/200 mostrou que a ampliação do Ensino Fundamental a partir dos seis anos de idade implica em adequações para as escolas e para os professores, sobretudo na criação de um novo projeto político-pedagógico, com articulação com a Educação Infantil. Tal situação depende de um esforço coletivo distribuído entre gestores, professores e pais.

O EF procura prolongar a EI de forma que todos os componentes (físico, afetivo, psicológico, intelectual, social e cultural) sejam trabalhados na formação, associados às ações da família e da comunidade. O processo educativo com qualidade social acontecerá mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – foco central na alfabetização, ao longo dos três primeiros anos, conforme estabelece o Parecer CNE/CEB nº4/2008, de 20 de fevereiro de 2008, da lavra do conselheiro Murílio de Avellar Hingel, que apresenta orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos;
- III – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura dos direitos humanos e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- IV – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- V – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social. Como medidas de caráter operacional, impõe-se a adoção:
  - I – de programa de preparação dos profissionais da educação, particularmente dos gestores, técnicos e professores;
  - II – de trabalho pedagógico desenvolvido por equipes interdisciplinares e multiprofissionais;
  - III – de programas de incentivo ao compromisso dos profissionais da educação com os estudantes e com sua aprendizagem, de tal modo que se tornem sujeitos nesse processo;
  - IV – de projetos desenvolvidos em aliança com a comunidade, cujas atividades colaborem para a superação de conflitos nas escolas, orientados por objetivos claros e tangíveis, além de diferentes estratégias de intervenção;

V – de abertura de escolas além do horário regular de aulas, oferecendo aos estudantes local seguro para a prática de atividades esportivo-recreativas e socioculturais, além de reforço escolar;

VI – de espaços físicos da escola adequados aos diversos ambientes destinados às várias 39 atividades, entre elas a de experimentação e práticas botânicas;

VII – de acessibilidade arquitetônica, nos mobiliários, nos recursos didático-pedagógicos, nas comunicações e informações. Nessa perspectiva, no geral, é tarefa da escola, palco de interações, e, no particular, é responsabilidade do professor, apoiado pelos demais profissionais da educação, criar situações que provoquem nos estudantes a necessidade e o desejo de pesquisar e experimentar situações de aprendizagem como conquista individual e coletiva, a partir do contexto particular e local, em elo com o geral e transnacional.

O Ensino Fundamental é obrigatório para as crianças a partir dos seis anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer matrícula, conforme estabelecido pelo CNE no Parecer CNE/CEB, nº 22/2009, e Resolução CNE/CEB, nº 1/2010. Tratando-se da etapa intermediária da Educação Básica, o EF está voltado para formação de crianças e adolescentes e é considerado obrigatório e gratuito.

No Ensino Fundamental a oferta de vagas tem se mantido, apresentando um número de matrículas igual a 29.702.498 em 2012. Na distribuição das matrículas dos anos iniciais, a esfera municipal tem 68,2% do total, a estadual, 16,3%, e a privada atende 15,5%. Nos anos finais, a distribuição é invertida, ficando a rede estadual com 47,3% das matrículas, a rede municipal com 39,5% e a rede privada 13,1% (Inep, 2013).

A organização curricular do EF traz fundamentos e valores baseados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) de dezembro de 1996. Tem como princípios norteadores os:

- Éticos: de justiça, de solidariedade, de liberdade e de autonomia; de respeito à dignidade do indivíduo e de compromisso com a promoção do bem-estar, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.
- Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade em relação ao acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens

culturais e outros benefícios; de exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

- Estéticos: de cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; de enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias.

### **O currículo do Ensino Fundamental**

O currículo do EF é composto de uma base nacional comum, complementada no sistema de ensino por uma parte diversificada. Juntas, elas formam um projeto único e integrado. No currículo, os objetivos do ensino (a aprendizagem de leitura, escrita e cálculo, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade, entre outros) estão articulados com as questões de cidadania e com as áreas do conhecimento humano que se relacionam, entre outros temas, ao trabalho, à saúde, à vida familiar e social, à inclusão, ao meio ambiente, à ciência e tecnologia, à cultura, às problemáticas locais, à pluralidade cultural, à ética, à cultura da paz, etc.

A pluralidade cultural tem sentido como tema na escola, considerando que a sociedade brasileira é formada por diferentes etnias e que é necessário respeitar os diferentes grupos e culturas. Tal discussão é relevante no currículo, pois a superação da discriminação constitui algo presente na sociedade. Desta forma, a escola é um local de diálogo e de aprender a conviver.

Dentro ainda da pluralidade cultural no Brasil, está a cultura afro-brasileira que faz parte de nossa raiz histórica. No currículo, tal tema significa valorizar e enriquecer o patrimônio cultural das crianças. Em 2003, foi sancionada a Lei n. 10.639, de 09 de janeiro, que alterou a LDBEN/96, tornando obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira no

Ensino Fundamental e Médio. O Art. 26, inciso 2, mostra que os conteúdos relativos ao assunto “serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”.

Esta Legislação foi modificada pela Lei Federal n. 11.645, de 10 de março de 2008, e além da obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira, também inseriu o estudo da cultura indígena.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013), dentre muitas outras determinações, contemplam que

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente de Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares. (p. 485-486).

A perspectiva foi garantir que os alunos aprendam sobre o processo histórico que teve como característica a presença do negro e do índio no Brasil, sobre as causas que as determinam até hoje as suas condições de vida e trabalho, bem como a exclusão social de grande parte da população negra e indígena em nosso país.

E, por outro lado, garantir que os alunos aprendam sobre a dimensão e riqueza da contribuição trazida pela cultura e pelo povo africano para a formação da nossa identidade brasileira, para que possam, acima de tudo, desenvolver atitudes positivas e não discriminatórias em relação não apenas aos negros, mas a todas as pessoas, quaisquer que sejam as suas características.

A Ética é outro tema relacionado aos comportamentos das pessoas. Trata-se de um assunto com o intuito de auxiliar a formação cidadã do aluno. Discussões sobre o respeito mútuo, solidariedade e justiça, estão contempladas e são baseadas nos valores de igualdade e

equidade. No campo escolar, os temas podem ser tratados nas próprias relações entre as pessoas (alunos, professores, família, funcionários).

O tema Saúde está também contemplado nas orientações curriculares. Assuntos como a qualidade do ar que se respira na cidade, a questão do consumismo, da pobreza e da degradação social, são temas relevantes para a compreensão social do meio. Atitudes em relação à Saúde, favoráveis ou não, são formadas desde a infância. Desta forma, a escola tem um papel fundamental para o desenvolvimento de cidadãos saudáveis.

Outra questão importante é a temática relativa ao sexo. No currículo, tal assunto será tratado, entre outras coisas, com o objetivo de transmitir informações.

O tema meio ambiente, outra questão importante, envolve todas as coisas vivas e não vivas que ocorrem na Terra e que afetam os ecossistemas e a vida das pessoas. Trata-se de um conjunto de condições e infraestrutura de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em suas diversas formas. Tais questões serão tratadas no currículo, considerando que o ser humano faz parte desse meio e que as relações que são estabelecidas (sociais, econômicas e culturais) afetam o ambiente.

Tais temas foram tratados ainda de forma crítica, fazendo com que os alunos compreendam que muitas das ações e atividades humanas estão relacionadas ao desenvolvimento econômico e ao meio ambiente em que essas mesmas atividades precisam estar em equilíbrio, de tal modo que torna necessária a utilização dos recursos naturais de forma inteligente, ou seja, sustentável. A sustentabilidade também foi discutida para ser abordada no currículo.

O trânsito local também é um tema de relevância para os estudos no EF. A Educação para o trânsito é significativa nas escolas, enfatizando as regras e a segurança de motoristas e de pedestres.

Por fim, o tema Cultura da Paz, entre outras coisas, relaciona-se com a prevenção e a resolução de problemas e de conflitos por meio do diálogo, da negociação, da mediação, desprezando qualquer forma de violência. Tal cultura é assentada na tolerância, na reflexão, na discussão e na solidariedade, respeitando os direitos de todos os cidadãos.

A escola é um local privilegiado para que a cultura da paz seja desenvolvida entre alunos e professores, por meio de pequenas ações na forma de comunicação com os outros, no modo de lidar com os sentimentos, como a raiva, o egoísmo e a frustração e, sobretudo, na capacidade de valorização das diferenças.

O currículo do EF traz orientações claras e precisas em relação aos temas atuais e pertinentes, como a saúde, a vida familiar e social, a inclusão, o meio ambiente, o sexo, a ciência e a tecnologia, a cultura, as problemáticas locais, a pluralidade cultural, a ética e a cultura da paz.

## **Meta 2 – Plano Municipal de Educação**

**Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.**

2.1) A Secretaria Municipal da Educação deverá participar, em articulação e colaboração com o MEC e Estado de São Paulo, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, do processo de elaboração, precedida de consulta pública municipal, da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental.

2.2) Criar uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, o Estado de São Paulo e o Município, para a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base municipal comum curricular do ensino fundamental.

2.3) Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental.

2.3.1) Elaborar, até o 2º ano de vigência do PME, um documento oficial da Secretaria da Educação, para referendar o quadro de alunos por turma, em cada nível e modalidade de ensino.

2.4) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

- 2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.6) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial.
- 2.7) Disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo a adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
- 2.8) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.
- 2.9) Cabe ao poder público, representado pela Secretaria de Educação, em parceria com as unidades escolares, bem como com seus profissionais, criar programas que tenham como objetivo a ampliação da participação de pais no acompanhamento das atividades escolares dos(as) filhos(as) por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.
- 2.10) Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais, que se dedicam a atividades de caráter itinerante.
- 2.11) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos(às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.
- 2.12) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

Tabela 65: Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund.

<b>META</b>			<b>2</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1A</b>
<b>Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund.</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (6-14) no Ens. Fund</b>	<b>População na Faixa Etária (6-14)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	78390	75040	104,46%
São Bernardo do Campo	93177	92797	100,41%
São Caetano do Sul	16900	13464	125,52%
<b>ABC</b>	<b>188467</b>	<b>181301</b>	103,95%
Diadema	51524	52706	97,76%
Mauá	50592	56693	89,24%
Ribeirão Pires	14408	13836	104,13%
Rio Grande da Serra	4851	6610	73,39%
<b>GABC</b>	<b>309842</b>	<b>311146</b>	99,58%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4994016</b>	<b>5241356</b>	95,28%
<b>Brasil</b>	<b>22668928</b>	<b>30227810</b>	74,99%
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESC/SEADE - 2013</b>	<b>IBGE/SEADE</b>	

Tabela 66: Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund.

<b>META</b>			<b>2</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1B</b>
<b>Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund.</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (6-14) no Ens. Fund - rede pública</b>	<b>População na Faixa Etária (6-14)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	55120	75040	73,45%
São Bernardo do Campo	75082	92797	80,91%
São Caetano do Sul	11474	13464	85,22%
<b>ABC</b>	<b>141676</b>	<b>181301</b>	78,14%
Diadema	44728	52706	84,86%
Mauá	44055	56693	77,71%
Ribeirão Pires	12252	13836	88,55%
Rio Grande da Serra	4851	6610	73,39%
<b>GABC</b>	<b>247562</b>	<b>311146</b>	79,56%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4060897</b>	<b>5241356</b>	77,48%
<b>Brasil</b>	<b>18725789</b>	<b>30227810</b>	61,95%

Tabela 67: Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund.

			<b>META</b>	<b>2</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1C</b>
<b>Indicadores de acesso (6 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund.</b>				
	Crianças Matriculadas (6-14) no Ens. Fund - rede privada	População na Faixa Etária (6-14)		
	Numerador	Denominador	Indicador	
Santo André	23270	75040	31,01%	
São Bernardo do Campo	18095	92797	19,50%	
São Caetano do Sul	5426	13464	40,30%	
<b>ABC</b>	<b>46791</b>	<b>181301</b>	25,81%	
Diadema	6796	52706	12,89%	
Mauá	6537	56693	11,53%	
Ribeirão Pires	2156	13836	15,58%	
Rio Grande da Serra	0	6610	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>62280</b>	<b>311146</b>	20,02%	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>933119</b>	<b>5241356</b>	17,80%	
<b>Brasil</b>	<b>3943139</b>	<b>30227810</b>	13,04%	

Tabela 68: Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund. Anos Iniciais.

			<b>META</b>	<b>2</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1D</b>
<b>Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund. Anos Iniciais</b>				
	Crianças Matriculadas (6-10) no Ens. Fund. Anos iniciais	População na Faixa Etária (6-10)		
	Numerador	Denominador	Indicador	
Santo André	41772	39958	104,54%	
São Bernardo do Campo	47754	49661	96,16%	
São Caetano do Sul	8394	7116	117,96%	
<b>ABC</b>	<b>97920</b>	<b>96735</b>	101,22%	
Diadema	27079	28109	96,34%	
Mauá	26159	30015	87,15%	
Ribeirão Pires	7629	7272	104,91%	
Rio Grande da Serra	2411	3512	68,65%	
<b>GABC</b>	<b>161198</b>	<b>165643</b>	97,32%	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2631397</b>	<b>2781154</b>	94,62%	
<b>Brasil</b>	<b>12714011</b>	<b>16465266</b>	77,22%	

Tabela 69: Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund. Anos Iniciais.

<b>META 2 - INDICADOR</b>			<b>1E</b>
<b>Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund. Anos Iniciais</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (6-10) no Ens. Fund. Anos iniciais - rede pública</b>	<b>População na Faixa Etária (6-10)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	28818	39958	72,12%
São Bernardo do Campo	38581	49661	77,69%
São Caetano do Sul	5413	7116	76,07%
<b>ABC</b>	<b>72812</b>	<b>96735</b>	<b>75,27%</b>
Diadema	23366	28109	83,13%
Mauá	22563	30015	75,17%
Ribeirão Pires	6451	7272	88,71%
Rio Grande da Serra	2411	3512	68,65%
<b>GABC</b>	<b>127603</b>	<b>165643</b>	<b>77,03%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2110914</b>	<b>2781154</b>	<b>75,90%</b>
<b>Brasil</b>	<b>10362436</b>	<b>16465266</b>	<b>62,94%</b>

Tabela 70: Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund. Anos Iniciais.

<b>META 2 - INDICADOR</b>			<b>1F</b>
<b>Indicadores de acesso (6 - 10 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund. Anos Iniciais</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (6-10) no Ens. Fund. Anos iniciais - rede privada</b>	<b>População na Faixa Etária (6-10)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	12954	39958	32,42%
São Bernardo do Campo	9173	49661	18,47%
São Caetano do Sul	2981	7116	41,89%
<b>ABC</b>	<b>25108</b>	<b>96735</b>	<b>25,96%</b>
Diadema	3713	28109	13,21%
Mauá	3596	30015	11,98%
Ribeirão Pires	1178	7272	16,20%
Rio Grande da Serra	0	3512	0,00%
<b>GABC</b>	<b>33595</b>	<b>165643</b>	<b>20,28%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>520483</b>	<b>2781154</b>	<b>18,71%</b>
<b>Brasil</b>	<b>2351575</b>	<b>16465266</b>	<b>14,28%</b>

Tabela 71: Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund. Anos Finais.

<b>META</b>			<b>2</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1G</b>
<b>Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Fund. Anos Finais</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (11-14) no Ens. Fund. Anos Finais</b>	<b>População na Faixa Etária (11-14)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	36618	35082	104,38%
São Bernardo do Campo	45423	43136	105,30%
São Caetano do Sul	8506	6348	133,99%
<b>ABC</b>	<b>90547</b>	<b>84566</b>	107,07%
Diadema	24445	24597	99,38%
Mauá	24433	26678	91,58%
Ribeirão Pires	6779	6564	103,28%
Rio Grande da Serra	2440	3098	78,76%
<b>GABC</b>	<b>148644</b>	<b>145503</b>	102,16%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2362619</b>	<b>2460202</b>	96,03%
<b>Brasil</b>	<b>9954917</b>	<b>13762544</b>	72,33%

Tabela 72: Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund. Anos Finais.

<b>META</b>			<b>2</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1H</b>
<b>Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Fund. Anos Finais</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (11-14) no Ens. Fund. Anos Finais - rede pública</b>	<b>População na Faixa Etária (11-14)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	26302	35082	74,97%
São Bernardo do Campo	36501	43136	84,62%
São Caetano do Sul	6061	6348	95,48%
<b>ABC</b>	<b>68864</b>	<b>84566</b>	81,43%
Diadema	21362	24597	86,85%
Mauá	21492	26678	80,56%
Ribeirão Pires	5801	6564	88,38%
Rio Grande da Serra	2440	3098	78,76%
<b>GABC</b>	<b>119959</b>	<b>145503</b>	82,44%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1949983</b>	<b>2460202</b>	79,26%
<b>Brasil</b>	<b>8363353</b>	<b>13762544</b>	60,77%

Tabela 73: Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund. Anos Finais.

<b>META 2 - INDICADOR</b>			<b>II</b>
<b>Indicadores de acesso (11 - 14 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Fund. Anos Finais</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (11-14) no Ens. Fund. Anos Finais - rede privada</b>	<b>População na Faixa Etária (11-14)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	10316	35082	29,41%
São Bernardo do Campo	8922	43136	20,68%
São Caetano do Sul	2445	6348	38,52%
<b>ABC</b>	<b>21683</b>	<b>84566</b>	25,64%
Diadema	3083	24597	12,53%
Mauá	2941	26678	11,02%
Ribeirão Pires	978	6564	14,90%
Rio Grande da Serra	0	3098	0,00%
<b>GABC</b>	<b>28685</b>	<b>145503</b>	19,71%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>412636</b>	<b>2460202</b>	16,77%
<b>Brasil</b>	<b>1591564</b>	<b>13762544</b>	11,56%

<b>META 2 - INDICADOR</b>			<b>2A</b>
<b>Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Geral</b>			
	<b>Alunos Idade Recomendada</b>	<b>Total Alunos Matriculados</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	80916,485	85265	94,90%
São Bernardo do Campo	95800,1	102460	93,50%
São Caetano do Sul	17546,32	19939	88,00%
<b>ABC</b>	<b>194262,905</b>	<b>207664</b>	93,55%
Diadema	56109,007	59627	94,10%
Mauá	51988,056	54552	95,30%
Ribeirão Pires	14797,37	15430	95,90%
Rio Grande da Serra	4966,781	5267	94,30%
<b>GABC</b>	<b>322124,119</b>	<b>342540</b>	94,04%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5206891,536</b>	<b>5635164</b>	92,40%
<b>FONTE</b>	SEADE -2013	SEADE	

Tabela 74: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Geral.

**Tabela 75: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Pública.**

<b>META</b>			<b>6</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2B</b>
<b>Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Pública</b>			
	<b>Alunos Idade Recomendada</b>	<b>Total Alunos Matriculados</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	56662,264	60472	93,70%
São Bernardo do Campo	77024,75	83270	92,50%
São Caetano do Sul	11818,532	14003	84,40%
<b>ABC</b>	<b>145505,546</b>	<b>157745</b>	92,24%
Diadema	48965,746	52258	93,70%
Mauá	45175,247	47603	94,90%
Ribeirão Pires	12538,896	13116	95,60%
Rio Grande da Serra	4966,781	5267	94,30%
<b>GABC</b>	<b>257152,216</b>	<b>275989</b>	93,17%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4231605,21</b>	<b>4629765</b>	91,40%

**Tabela 76: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Estadual.**

<b>META</b>			<b>6</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2C</b>
<b>Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Estadual</b>			
	<b>Alunos Idade Recomendada</b>	<b>Total Alunos Matriculados</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	38882,74	41990	92,60%
São Bernardo do Campo	37753,32	42515	88,80%
São Caetano do Sul	2412,861	2783	86,70%
<b>ABC</b>	<b>79048,921</b>	<b>87288</b>	90,56%
Diadema	36354,35	39302	92,50%
Mauá	42125,161	44389	94,90%
Ribeirão Pires	9240,288	9696	95,30%
Rio Grande da Serra	4790,631	5091	94,10%
<b>GABC</b>	<b>171559,351</b>	<b>185766</b>	92,35%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2122774,29</b>	<b>2332719</b>	91,00%

**Tabela 77: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Municipal.**

<b>META</b>			<b>6</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2D</b>
<b>Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Municipal</b>			
	<b>Alunos Idade Recomendada</b>	<b>Total Alunos Matriculados</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	17779,684	18482	96,20%
São Bernardo do Campo	39287,82	40755	96,40%
São Caetano do Sul	9402,36	11220	83,80%
<b>ABC</b>	<b>66469,864</b>	<b>70457</b>	94,34%
Diadema	12632,1	12956	97,50%
Mauá	3053,3	3214	95,00%
Ribeirão Pires	3303,72	3420	96,60%
Rio Grande da Serra		176	0,00%
<b>GABC</b>	<b>85458,984</b>	<b>90223</b>	94,72%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2110810,664</b>	<b>2296856</b>	91,90%

**Tabela 78: Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Privada.**

<b>META</b>			<b>6</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2E</b>
<b>Indicadores de Aprovação na Idade Recomendada (Ensino Fundamental) - Rede Privada</b>			
	<b>Alunos Idade Recomendada</b>	<b>Total Alunos Matriculados</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	24222,761	24793	97,70%
São Bernardo do Campo	18767,82	19190	97,80%
São Caetano do Sul	5722,304	5936	96,40%
<b>ABC</b>	<b>48712,885</b>	<b>49919</b>	97,58%
Diadema	7155,299	7369	97,10%
Mauá	6782,224	6949	97,60%
Ribeirão Pires	2246,894	2314	97,10%
Rio Grande da Serra			#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>64897,302</b>	<b>66551</b>	97,52%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>977247,828</b>	<b>1005399</b>	97,20%

**Tabela 79: Indicador de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e da permanência na Ens. Fund - GERAL - (Recorte para beneficiários de transferência de renda).**

<b>META</b>			<b>2</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3</b>
<b>Indicador de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e da permanência na Ens. Fund - GERAL - (Recorte para beneficiários de transferência de renda)</b>			
	<b>Crianças Matriculadas Beneficiadas do PBF que estudam Ens fund</b>	<b>População na Faixa Etária que recebe o PBF Ens. Fund</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	14712	14715	99,98%
São Bernardo do Campo	15633	15642	99,94%
São Caetano do Sul	1037	1039	99,81%
<b>ABC</b>	<b>31382</b>	<b>31396</b>	<b>99,96%</b>
Diadema	13752	13762	99,93%
Mauá	9163	9179	99,83%
Ribeirão Pires	2697	2699	99,93%
Rio Grande da Serra	2234	2234	100,00%
<b>GABC</b>	<b>59228</b>	<b>59270</b>	<b>99,93%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1217179</b>	<b>1218285</b>	<b>99,91%</b>
<b>Brasil</b>	<b>11898192</b>	<b>11907371</b>	<b>99,92%</b>
<b>FONTE</b>	<b>Tabulador de Informações do CadÚnico - TABCAD (MDS)</b>	<b>Tabulador de Informações do CadÚnico - TABCAD (MDS)</b>	
<b>ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	

**\*Extraído dados primeiro ao nono ano do ens. Fund. E filtrado por faixa etária 7-15 anos.**

## **Ensino Médio**

Os objetivos, fundamentos e as finalidades que orientam o Ensino Médio estão relacionados com a preparação para a conclusão do processo formativo da Educação Básica (Art. 35 da LDB). Neste processo o Art. 35 prevê o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, em continuidade ao Ensino Fundamental, com os seguintes objetivos:

- I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria-prática, no ensino de cada disciplina.

Para contribuir com o rompimento entre o ensino acadêmico e o profissional, foram criadas, em 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, trazendo princípios estéticos, políticos e éticos, bem como incorporando as ideias sobre a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade.

Foram adotadas orientações curriculares baseadas nas competências e habilidades, envolvidas nos princípios pedagógicos da identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade e da contextualização. Há a criação de uma base nacional comum dividida em três áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Recentemente foi publicada a Resolução n. 2, de janeiro de 2013, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, complementando a LDBEN/96 e as diretrizes anteriores. Em seu Art. 2º, pode-se verificar que tais orientações se articulam com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e “reúnem princípios, fundamentos e procedimentos, para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio”.

O Art. 4º, da mesma legislação, mostra que as escolas devem estruturar seus projetos político-pedagógicos considerando as finalidades previstas na Lei nº 9.394/96 para a: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos já adquiridos para o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, o aprimoramento do educando como pessoa humana e o conhecimento fundamentos científico-tecnológicos.

Quanto às bases da oferta do Ensino Médio, o Art. 5º apregoa:

- I - formação integral do estudante;
  - II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
  - III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;
  - IV - sustentabilidade ambiental como meta universal;
  - V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
  - VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;
  - VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
  - VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.
- § 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.
- § 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.
- § 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.
- § 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Em relação à organização curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em seu Art. 7º, mostram que há uma base nacional comum e uma parte diversificada que formam um todo integrado, “de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais.”

O currículo está organizado em áreas de conhecimento, segundo o Art 8:

- I - Linguagens;

II - Matemática;

III - Ciências da Natureza;

IV - Ciências Humanas.

§ 1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

§ 2º A organização por áreas de conhecimento não dilui nem exclui componentes curriculares com especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados, mas implica no fortalecimento das relações entre eles e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores.

Os componentes obrigatórios do Ensino Médio são: língua portuguesa e matemática, conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil; o ensino da arte, da educação física, da história, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, da filosofia, da sociologia e de uma língua estrangeira moderna na parte diversificada.

A Língua Espanhola é de oferta obrigatória nas escolas e facultativa para o estudante (Lei nº 11.161/2005) e, além disso, com tratamento transversal, permeando todo o currículo. No âmbito dos demais componentes curriculares estão a educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009); a educação ambiental (Lei nº 9.795/99); a educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97); a educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009).

O currículo do Ensino Médio deve garantir ações que promovam:

a) a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes;

b) o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;

c) a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - organizar os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação de tal forma que ao final do Ensino Médio o estudante demonstre:

a) domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

b) conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

Para a elaboração da proposta curricular, as escolas, tendo em conta a seleção dos conhecimentos, das disciplinas, metodologias, tempos, espaços, devem considerar:

I - as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixo integrador entre os conhecimentos de distintas naturezas, contextualizando-os em sua dimensão histórica e em relação ao contexto social contemporâneo;

II - o trabalho como princípio educativo, para a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, desenvolvida e apropriada socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos;

III - a pesquisa como princípio pedagógico, possibilitando que o estudante possa ser protagonista na investigação e na busca de respostas em um processo autônomo de (re)construção de conhecimentos.

IV - os direitos humanos como princípio norteador, desenvolvendo-se sua educação de forma integrada, permeando todo o currículo, para promover o respeito a esses direitos e à convivência humana.

V - a sustentabilidade socioambiental como meta universal, desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente, e baseada na compreensão do necessário equilíbrio e respeito nas relações do ser humano com seu ambiente.

Em termo de dados, o Ensino Médio, em 2012, totalizou 8.376.852 matrículas, 0,3% menor do que em 2011. De mesma forma que nos anos anteriores, a oferta é maior na rede estadual, com 85% das matrículas. A rede privada atende 12,7% dos jovens e as redes federal e municipal, juntas, atendem pouco mais que 2%.

### **Meta 3 – Plano Municipal de Educação**

**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**

3.1) Institucionalizar programa municipal de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões, como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.1.2) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos nas áreas tecnológica e científica.

3.2) A Secretaria Municipal da Educação, em articulação e colaboração com o MEC, o Estado de São Paulo e ouvida a sociedade mediante audiência pública municipal, elaborará e encaminhará ao Conselho Municipal de Educação – COMED, até o 2º (segundo) ano de

vigência deste PME, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum.

3.3) Criar uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, o Estado de São Paulo e o Município, para a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base municipal comum curricular do ensino médio.

3.4) Garantir a ampliação de bens e espaços culturais, de forma regular, para a fruição e ampliação da prática desportiva e cultural, integrada ao currículo escolar.

3.5) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental e médio, por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar e estudos de recuperação.

3.6) Incentivar a participação ao ENEM e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica municipal, possibilitando a aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola.

3.7) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das pessoas com deficiência.

3.8) Criar, no organograma da Secretaria de Educação, um setor para estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos(as) jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

3.8.1) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

3.9) Fomentar programas de educação e de cultura para a população de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem.

3.10) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos(as) alunos(as).

3.11) Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e às filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

**Tabela 80: INDICADOR Indicadores de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Médio.**

<b>META 3 – Indicador de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso GERAL - Ens. Médio</b>			<b>1A</b>
	<b>Crianças Matriculadas (15-17) no Ens. Médio - População faixa de 15 a 17 anos</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	25486	28556	89,25%
São Bernardo do Campo	30642	35113	87,27%
São Caetano do Sul	6831	5252	130,06%
<b>ABC</b>	<b>62959</b>	<b>68921</b>	91,35%
Diadema	15482	19530	79,27%
Mauá	16156	21682	74,51%
Ribeirão Pires	4647	5323	87,30%
Rio Grande da Serra	1665	2450	67,96%
<b>GABC</b>	<b>100909</b>	<b>117906</b>	85,58%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1534003</b>	<b>1982020</b>	77,40%
<b>Brasil</b>	<b>5640315</b>	<b>10296897</b>	54,78%
<b>FONTE CENSO ESC/SEADE e IBGE: 2013</b>			

**Tabela 81: Indicadores de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Médio.**

<b>META 3 - INDICADOR</b>			<b>1B</b>
	<b>Indicadores de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso REDE PÚBLICA - Ens. Médio</b>		
	<b>Crianças Matriculadas (15-17) no Ens. Médio - rede pública – População faixa de 15 a 17 anos</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	19006	28556	66,56%
São Bernardo do Campo	25273	35113	71,98%
São Caetano do Sul	5116	5252	97,41%
<b>ABC</b>	<b>49395</b>	<b>68921</b>	71,67%
Diadema	14249	19530	72,96%
Mauá	14607	21682	67,37%
Ribeirão Pires	4086	5323	76,76%
Rio Grande da Serra	1665	2450	67,96%
<b>GABC</b>	<b>84002</b>	<b>117906</b>	71,24%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1288854</b>	<b>1982020</b>	65,03%
<b>Brasil</b>	<b>4734891</b>	<b>10296897</b>	45,98%

Tabela 82: Indicadores de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Médio.

<b>META</b>			<b>3</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1C</b>
<b>Indicadores de acesso (15 - 17 anos) - Relação Acesso REDE PRIVADA - Ens. Médio</b>			
	<b>Crianças Matriculadas (15-17) no Ens. Médio - rede privada</b>	<b>População na Faixa Etária (15-17)</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	6480	28556	22,69%
São Bernardo do Campo	5369	35113	15,29%
São Caetano do Sul	1715	5252	32,65%
<b>ABC</b>	<b>13564</b>	<b>68921</b>	19,68%
Diadema	1233	19530	6,31%
Mauá	1549	21682	7,14%
Ribeirão Pires	561	5323	10,54%
Rio Grande da Serra	0	2450	0,00%
<b>GABC</b>	<b>16907</b>	<b>117906</b>	14,34%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>245149</b>	<b>1982020</b>	12,37%
<b>Brasil</b>	<b>905424</b>	<b>10296897</b>	8,79%

## **Educação Especial**

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que permeia toda a Educação Básica. Os alunos desta modalidade são regularmente matriculados no ensino regular (Educação, Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e recebem, se necessário, uma complementação da escolarização no que foi denominado de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que são oferecidos no contraturno, como exige a legislação brasileira.

A Educação Inclusiva Brasileira tem seu fundamento na Constituição Federal de 1988, que determina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola para todas as crianças e jovens, com complementação da oferta de Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente no ensino regular.

No Brasil, a discriminação é fortemente combatida pelo Decreto Federal n. 3956/2001, que promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, e o Decreto Federal n. 6949/2009, que estabeleceu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD/ONU/2006.).

A Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96, e a Resolução CNE/CEB n. 02/2001, estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e abordam o trabalho, considerando uma diferenciação curricular para os alunos que são parte do público alvo da Educação Especial. Esta Resolução, em seu artigo terceiro afirma que:

O Art. 3º - Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

No entanto, é o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que introduziu várias mudanças conceituais e estruturais na organização do sistema educacional: transversalidade da educação especial

(da Educação Infantil ao Ensino Superior); atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação docente para o atendimento educacional especializado; participação da família e da comunidade; acessibilidade (urbanística, arquitetônica) nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação; articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

O AEE, uma das ações pedagógicas mais significativas na organização da escola, está baseado no Decreto Federal n. 7611/2011, que dispõe sobre a oferta deste atendimento e sobre a distribuição de recursos do FUNDEB relacionado à contagem de dupla matrícula dos alunos (matrícula concomitante no ensino regular e no AEE); Resolução CNE/CEB n. 04/2009 e Parecer CNE/CEB n. 13/2009, que estabelecem as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica.

No trabalho com essas crianças e jovens, o AEE tem como função identificar, elaborar e organizar materiais e recursos pedagógicos e de acessibilidade que suprimam as barreiras para participação dos estudantes, tendo em vista suas necessidades específicas. (BRASIL, 2008). Trata-se, então, de um apoio pedagógico que complementa e/ou suplementa a escolarização. As atividades realizadas são diferenciadas daquelas utilizadas na sala de aula, devendo-se ressaltar que o atendimento não é indicado para reforço escolar e para a realização das tarefas de casa.

A legislação avançou ainda vários sentidos. A educação de surdos foi parametrizada pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficial em todo o território brasileiro (Lei Federal n. 10.436/2002). O Decreto Federal n. 5626/2005 regulamentou a Lei de Libras e o artigo 18 da Lei Federal n. 10.098/2000 instituiu as questões da acessibilidade.

O documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva determina quem necessita das ações relacionadas à Educação Especial. Neste sentido, traz a deficiência, os transtornos globais do desenvolvimento e as altas habilidades/superdotação.

## **A deficiência física:**

As pessoas com deficiência são caracterizadas por impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial (surdez e deficiência visual). Tais impedimentos não permitem a participação plena e efetiva da criança na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Decreto Federal n. 6949/2009).

Recentemente, a Lei n. 12.764/2012 estabeleceu que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista passa a ser considerada pessoa com deficiência. Esta legislação instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista de acordo com os fundamentos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A deficiência física caracteriza-se por impedimentos nos movimentos e na coordenação de membros e/ou de cabeça, em que a pessoa necessitará de adaptações que garantam a acessibilidade motora, ou seja, o seu acesso a todos os espaços, serviços e instituições (BRASIL, 2012, p. 10).

As pessoas com deficiências físicas apresentam, por exemplo, diferentes modos de comunicação oral e escrita e de locomoção. Tais diferenças exigem que a escola e o professor utilizem materiais, recursos pedagógicos adaptados e estratégias diversificadas para atender esses alunos. Entre as deficiências físicas, está aquela decorrente da paralisia cerebral, que pode causar problemas de locomoção, movimento, utilização de algum membro ou a linguagem.

Outro tipo de deficiência é a Intelectual, outrora chamada de deficiência e, agora, compreendida como uma interação entre o funcionamento intelectual e as suas relações com o contexto social. Com tal definição, a limitação do indivíduo não é mais observada como sua exclusivamente (perspectiva quantitativa da inteligência), mas como limitações geradas pelo contexto social.

A Surdez caracteriza outra deficiência física e, de acordo com o Decreto Federal n. 5626/2005, a pessoa surda é aquela que, pela perda auditiva, tem sua compreensão e interação com o mundo obtidas por meio de experiências visuais, utilizando, sobretudo, a

Língua Brasileira de Sinais (Libras). A utilização deste código, Libras, deve ser reconhecida e aceita na escola e pelos professores.

A Deficiência Visual relaciona-se àquelas pessoas cegas e com baixa visão. Embora possam parecer semelhantes, são tipos de deficiências muito distintas e envolvem diferentes necessidades dos alunos. Segundo Sá, Campos e Silva (2007, p.15).

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta, de modo irremediável, a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdo-cegueira) ou a outras deficiências. Muitas vezes, a perda da visão ocasiona a extirpação do globo ocular e a consequente necessidade de uso de próteses oculares em um dos olhos ou em ambos. Se a falta da visão afetar apenas um dos olhos (visão monocular), o outro assumirá as funções visuais sem causar transtornos significativos no que diz respeito ao uso satisfatório e eficiente da visão.

Em relação à baixa visão, os mesmos autores afirmam que

A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral (p.16).

A baixa visão, então, pode ser traduzida em uma diminuição das informações recebidas pelas pessoas do meio ambiente. Tal situação dificulta a construção do conhecimento sobre o mundo exterior, ou seja, o conhecimento do ambiente fica limitado.

### **Transtornos Globais do Desenvolvimento**

Os alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), de acordo com orientações das políticas educacionais (BRASIL, 2008), são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação. Crianças e jovens que possuem um pequeno repertório de interesses, estereotipado e repetitivo. Tal situação caracteriza, por exemplo, estudantes com autismo ou psicose infantil (transtorno desintegrativo da infância).

Com instituição da Lei Federal n. 12.764/12, as crianças com transtorno do espectro autista passaram a ser consideradas como pessoas com deficiência. Neste sentido, o autismo apresenta situações desafiadoras para as escolas e para os professores, pois cada autista apresenta suas características, dependendo do nível de desenvolvimento, idade, etc.

Em relação às pessoas autistas, sugere-se atentar para as dificuldades na comunicação e/ou na interação social, resultando em prejuízos de ordem comportamental, comprometimentos na fala, movimentos corporais estereotipados, entre outros.

### **As altas habilidades e a superdotação**

Alunos com altas habilidades/superdotação, muitas vezes, são considerados indivíduos que possuem uma inteligência acima da média em todas as áreas. Por exemplo, são aqueles que tiram notas boas, apresentam bom comportamento e dedicação aos estudos. No entanto, isto não é válido para todos. Os alunos com altas habilidades/superdotação apresentam potencial elevado em qualquer uma das áreas, de forma isolada ou combinada. As áreas associam-se à: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, entre outras. O aluno com tais habilidades/superdotação pode não se destacar academicamente e apresentar um comportamento fora do padrão normal.

Este aluno está inserido no público alvo da Educação Especial, pois ele precisa de estratégias pedagógicas específicas. Portanto, muitas ações devem ser individualizadas para este grupo.

Tabela 83: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com deficiência, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Geral.

<b>META</b>			<b>4</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1A</b>
<b>Indicadores - Proporção de Estudantes com deficiência, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular Geral</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	1403	130523	1,07%
São Bernardo do Campo	1792	160983	1,11%
São Caetano do Sul	289	31171	0,93%
<b>ABC</b>	<b>3484</b>	<b>322677</b>	1,08%
Diadema	1234	88859	1,39%
Mauá	1068	82274	1,30%
Ribeirão Pires	379	23512	1,61%
Rio Grande da Serra	145	8099	1,79%
<b>GABC</b>	<b>6310</b>	<b>525421</b>	1,20%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>97864</b>	<b>8542991</b>	1,15%
<b>Brasil</b>	<b>480946</b>	<b>40273592</b>	1,19%
<b>Fonte: Censo aluno - 2013</b>			

Tabela 84: Indicadores Gerais Proporção de Estudantes com deficiência (4 e 17 anos), matriculados no Ensino Regular - Pública.

<b>META</b>			<b>4</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1B</b>
<b>Indicadores Gerais Proporção de Estudantes com deficiência (4 e 17 anos), matriculados no Ensino Regular - Pública</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	1249	89717	1,39%
São Bernardo do Campo	1701	131850	1,29%
São Caetano do Sul	250	22327	1,12%
<b>ABC</b>	<b>3200</b>	<b>243894</b>	1,31%
Diadema	1140	76225	1,50%
Mauá	1025	71367	1,44%
Ribeirão Pires	367	19955	1,84%
Rio Grande da Serra	145	7943	1,83%
<b>GABC</b>	<b>5877</b>	<b>419384</b>	1,40%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>91414</b>	<b>6924517</b>	1,32%
<b>Brasil</b>	<b>454809</b>	<b>33419830</b>	1,36%

**Tabela 85: Indicadores Gerais: Proporção de Estudantes com deficiência, 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular – Privada**

<b>META</b>			<b>4</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1C</b>
<b>Indicadores Gerais: Proporção de Estudantes com deficiência, 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Privada</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	154	40806	0,38%
São Bernardo do Campo	91	29133	0,31%
São Caetano do Sul	39	8844	0,44%
<b>ABC</b>	<b>284</b>	<b>78783</b>	0,36%
Diadema	94	12634	0,74%
Mauá	43	10907	0,39%
Ribeirão Pires	12	3557	0,34%
Rio Grande da Serra	0	156	0,00%
<b>GABC</b>	<b>433</b>	<b>106037</b>	0,41%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>6450</b>	<b>1618474</b>	0,40%
<b>Brasil</b>	<b>26137</b>	<b>6853762</b>	0,38%

**Tabela 86: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Geral**

<b>META</b>			<b>4</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2A</b>
<b>Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Geral</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	225	130523	0,17%
São Bernardo do Campo	268	160983	0,17%
São Caetano do Sul	126	31171	0,40%
<b>ABC</b>	<b>619</b>	<b>322677</b>	0,19%
Diadema	211	88859	0,24%
Mauá	142	82274	0,17%
Ribeirão Pires	34	23512	0,14%
Rio Grande da Serra	1	8099	0,01%
<b>GABC</b>	<b>1007</b>	<b>525421</b>	0,19%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>10435</b>	<b>8542991</b>	0,12%
<b>Brasil</b>	<b>54094</b>	<b>40273592</b>	0,13%
FONTE	CENSO ALUNO - 2013	CENSO ALUNO	

Tabela 87: Indicadores - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Pública

<b>META – 4: INDICADOR</b>			<b>2B</b>
<b>Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Pública</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	202	89717	0,23%
São Bernardo do Campo	235	131850	0,18%
São Caetano do Sul	80	22327	0,36%
<b>ABC</b>	<b>517</b>	<b>243894</b>	<b>0,21%</b>
Diadema	187	76225	0,25%
Mauá	129	71367	0,18%
Ribeirão Pires	30	19955	0,15%
Rio Grande da Serra	1	7943	0,01%
<b>GABC</b>	<b>864</b>	<b>419384</b>	<b>0,21%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8958</b>	<b>6924517</b>	<b>0,13%</b>
<b>Brasil</b>	<b>47533</b>	<b>33419830</b>	<b>0,14%</b>

Tabela 88: Indicadores - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Privada

<b>META 4 - INDICADOR</b>			<b>2C</b>
<b>Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com transtornos globais, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Privada</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	23	40806	0,06%
São Bernardo do Campo	33	29133	0,11%
São Caetano do Sul	46	8844	0,52%
<b>ABC</b>	<b>102</b>	<b>78783</b>	<b>0,13%</b>
Diadema	24	12634	0,19%
Mauá	13	10907	0,12%
Ribeirão Pires	4	3557	0,11%
Rio Grande da Serra	0	156	0,00%
<b>GABC</b>	<b>143</b>	<b>106037</b>	<b>0,13%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1477</b>	<b>1618474</b>	<b>0,09%</b>
<b>Brasil</b>	<b>6561</b>	<b>6853762</b>	<b>0,10%</b>

Tabela 89: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Geral

<b>META 4 - INDICADOR A</b>			
<b>Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Geral</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	12	130523	0,01%
São Bernardo do Campo	2	160983	0,00%
São Caetano do Sul	2	31171	0,01%
<b>ABC</b>	<b>16</b>	<b>322677</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	1	88859	0,00%
Mauá	15	82274	0,02%
Ribeirão Pires	2	23512	0,01%
Rio Grande da Serra	0	8099	0,00%
<b>GABC</b>	<b>34</b>	<b>525421</b>	<b>0,01%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2396</b>	<b>8542991</b>	<b>0,03%</b>
<b>Brasil</b>	<b>11288</b>	<b>40273592</b>	<b>0,03%</b>
FONTE	CENSO ALUNO -2013		

Tabela 90: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Pública

<b>META 4 - INDICADOR</b>			<b>3B</b>
<b>Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Pública</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	10	89717	0,01%
São Bernardo do Campo	2	131850	0,00%
São Caetano do Sul	2	22327	0,01%
<b>ABC</b>	<b>14</b>	<b>243894</b>	<b>0,01%</b>
Diadema	1	76225	0,00%
Mauá	14	71367	0,02%
Ribeirão Pires	2	19955	0,01%
Rio Grande da Serra	0	7943	0,00%
<b>GABC</b>	<b>31</b>	<b>419384</b>	<b>0,01%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2116</b>	<b>6924517</b>	<b>0,03%</b>
<b>Brasil</b>	<b>9873</b>	<b>33419830</b>	<b>0,03%</b>

Tabela 91: Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Privada

<b>META</b>			<b>4</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3C</b>
<b>Indicadores Gerais - Proporção de Estudantes com altas habilidades, entre 4 e 17 anos, matriculados no Ensino Regular - Privada</b>			
	<b>Estudantes com deficiência</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2	40806	0,00%
São Bernardo do Campo	0	29133	0,00%
São Caetano do Sul	0	8844	0,00%
<b>ABC</b>	<b>2</b>	<b>78783</b>	0,00%
Diadema	0	12634	0,00%
Mauá	1	10907	0,01%
Ribeirão Pires	0	3557	0,00%
Rio Grande da Serra	0	156	0,00%
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>106037</b>	0,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>280</b>	<b>1618474</b>	0,02%
<b>Brasil</b>	<b>1415</b>	<b>6853762</b>	0,02%

#### **Meta 4 – Plano Municipal de Educação**

**Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**

Obs. (nos termos do art. 208, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 24 da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto no. 6949, de 25 de julho de 2009, e nos termos do art. 8º. Do Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências).

4.1) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

4.2) Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.3) Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores(as), gestores, equipe multiprofissional e demais profissionais da educação, para o atendimento educacional especializado nas escolas.

4.4) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades ou superdotação, matriculados(as) na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvindo-se a família e o aluno.

4.5) Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos(as) professores(as) da educação básica com os(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

4.6) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação.

4.7) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(às) alunos(as) surdos(as) e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete anos), em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Artigos. 24 e 30 da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

4.8) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

4.11) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de alunos(as) com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.12) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos do espectro autista com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos do espectro

autista, altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores(as) bilíngues.

4.14) Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação de supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

4.15) Promover, por iniciativa da Secretaria da Educação, dos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

4.16) Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos(as) com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades ou superdotação.

4.17) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.

4.18) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.

4.19) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

4.20) Realizar estudos para implementação de programa, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de atendimento e acompanhamento aos(às) alunos(as) da educação básica municipal com problemas comportamentais graves e transtornos funcionais de aprendizagem articulado a secretarias de saúde, assistência social, família, esporte e cultura, educação e conselho tutelar no prazo de até 2 (dois anos) a partir da vigência deste PME.

## **Alfabetização das crianças**

### **Meta 5 – Plano Municipal de Educação**

#### **Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.**

5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, no sentido de sistematizar a leitura, a escrita e iniciação à produção de textos, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na educação infantil, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores(as) e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças até o final do 3º (terceiro) ano.

5.2) Instituir instrumentos de avaliação municipal periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos(as) os(as) alunos(as) até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

5.3) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.4) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.5) Promover e apoiar a alfabetização de crianças de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que respeitem os seus costumes e tradições.

5.6) Promover e estimular a formação inicial e continuada de educadores(as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu*, *lato sensu* e ações de formação continuada de educadores(as) para a alfabetização.

5.7) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal, com o apoio de professores(as) especializados(as).

## **Educação Integral**

Embora a base legal da Educação Integral (EI) tenha sido evidenciada indiretamente na Constituição Federal de 1988, foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) que ela ganhou corpo (ArT. 34)

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. § 1º. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei. § 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Art. 87º. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. § 5º. Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

A LDBEN prevê a ampliação do Ensino Fundamental para tempo integral, admite e valoriza as experiências extraescolares (Art. 3º, inciso X) que podem ser desenvolvidas com instituições parceiras da escola. Tais orientações legais indicam expectativas de ampliação da jornada escolar e o crescente movimento de participação de outras organizações presentes na comunidade e que atuem na interface educação/proteção social.

De acordo com o MEC (2009, p. 22)

A participação dessas organizações exige que suas ações e intervenções constituam-se como respostas a demandas diagnosticadas no âmbito da própria escola e, como tal, precisam estar impressas no seu projeto político-pedagógico. Caso contrário, o papel de tais organizações, quando muito, poderá restringir-se tão somente ao caráter da proteção social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Capítulo V, artigo 53, completa a questão da obrigatoriedade do acesso e da permanência na escola e reconhece que o desenvolvimento integral da criança e do adolescente requer uma forma específica de proteção, propondo um sistema articulado e integrado de atenção a esses alunos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, retomou a questão da valorização da Educação Integral como possibilidade de formação integral. O PNE avançou apresentando a EI em tempo integral como objetivo do Ensino Fundamental

e, também, da Educação Infantil. Também foi apresentada, como meta, a ampliação progressiva da jornada escolar para um período de, pelo menos, sete horas diárias, promovendo a participação das comunidades na gestão das escolas.

O MEC (2009, p. 22) reafirma que

[...] o PNE associa a progressiva ampliação do tempo escolar às “crianças das camadas sociais mais necessitadas”, às “crianças de idades menores, das famílias de renda mais baixa, quando os pais trabalham fora de casa”. Nesse sentido, o Plano valoriza a educação em tempo integral especialmente nos seus aspectos pertinentes à assistência social. Na verdade, tais expressões limitam o direito à educação em tempo integral às famílias de menor renda, contrariando, em certa medida, a Carta de 1988, cuja determinação é a de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Art. 5º). Tendo em vista que foram vetados todos os itens voltados para o financiamento das ações do PNE e, partindo da perspectiva de que o direito à educação, disposto no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, só se realiza de fato quando da sua associação a uma sólida estrutura de recursos, o Congresso Nacional, na última década, aprovou dois fundos direcionados ao financiamento da educação pública.

Aspectos da Educação Integral e ao tempo integral também estiveram presentes no FUNDEB e no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. O FUNDEB expandiu as possibilidades de oferta de EI quando diferenciou os coeficientes de remuneração das matrículas, não apenas por modalidade e nível da educação básica, mas pelo aumento da jornada escolar.

Além de considerar o tempo integral como possibilidade para toda a educação básica nacional, o FUNDEB associa maiores percentuais de distribuição de recursos, evidenciando uma tentativa de garantir o real direito à educação em tempo integral. Nesse sentido, o FUNDEB, ao conceder um maior aporte de recursos à educação em tempo integral, busca, entre outros aspectos, responder aos objetivos gerais do Ministério da Educação de estabelecimento de políticas públicas voltadas à universalização da educação com qualidade social. Atenta à diversidade de entendimentos que perpassa a educação em tempo integral, a Lei nº 11.494/2007, que instituiu o FUNDEB, determina que regulamento disporá sobre a educação básica em tempo integral e sobre os anos iniciais e finais do ensino fundamental (Art. 10, § 3º – grifo nosso), indicando que legislação decorrente deverá normatizar essa modalidade de educação. Nesse sentido, o Decreto nº 6.253/07, ao assumir o estabelecido no Plano Nacional de Educação, definiu que se considera “educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares” (Art. 4º). O ordenamento jurídico que trata da educação em tempo integral carece de maior detalhamento, com vistas a coibir possíveis tentativas de uso da verba pública para financiar ações voltadas à ampliação do tempo escolar que se distancie dos objetivos de formação integral, aqui debatidos. (MEC, 2009, p. 23).

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação estabelecido pelo Decreto n. 6.094, 24 de abril de 2007, visou conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, famílias e comunidade, com o intuito de garantir a qualidade da educação básica e da Educação Integral de Tempo Integral:

Nesse Plano, no seu Art. 2º, encontramos diretrizes voltadas para a ampliação do tempo escolar, enquanto possibilidade de combate à repetência pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial (Art. 2º, inciso IV). O Compromisso Todos pela Educação reitera a importância de que sejam aumentadas as possibilidades de permanência do aluno sob a responsabilidade da escola (Art. 2º, VII), buscando, com isso, tanto uma qualificação dos processos de ensino característicos da escolarização, quanto a participação do aluno em projetos socioculturais e ações educativas (Art. 2º, XXVII) que visem dar conta das múltiplas possibilidades e dimensões sociais do território e da cidade. Outro marco legal voltado para a implementação de ações direcionadas para a educação em tempo integral e que compõe as metas do PDE, constituísse no Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/07, que tem por objetivo fomentar a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades socioeducativas, no contraturno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola. (MEC, 2009, p. 23).

Na Educação Integral, a justificativa mais recorrente é referente à situação de pobreza e de exclusão que leva as pessoas à situação de risco social e pessoal, que pode acontecer nas ruas da cidade ou mesmo em casa. Neste sentido, a educação em tempo integral é uma alternativa de equidade e de proteção para os grupos mais desfavorecidos da população.

Na concepção de educação integral, a escola realiza uma ação de articulação e mediação dos espaços e dos tempos. É na escola que os alunos vão encontrar os novos desafios de aprendizagens e, ao mesmo tempo, terão vivências de convívio que são diferentes da escola regular.

Um desafio que se apresenta aos educadores relaciona-se com o fato de que eles terão de receber mais alunos em um mesmo momento e local. Tal situação pode ser um problema, mas pode ser também uma oportunidade para a realização de uma ação efetiva de aprendizagem. Assim, é preciso refletir sobre os objetivos da escola de período integral, a fim de potencializar seu uso para os jovens.

Por outro lado, a ampliação da jornada escolar não é um elemento para somente melhorar as taxas de aprendizagem ou proporcionar proteção à infância e à adolescência. Mas como enfatiza o documento “Percurso da Educação Integral em busca da qualidade e da equidade”, de 2013

Essa questão traz também para o centro das discussões a função da educação oferecida pela escola, a importância de o estudante ser conduzido por um educador especializado em outros momentos da jornada escolar, o que possibilitaria a ampliação das oportunidades de aprendizagem. O aumento da jornada implica ainda discutir o papel da convivência familiar e comunitária, ambas imprescindíveis para o pleno desenvolvimento do ser humano. O simples aumento do tempo na escola não garante processos de aprendizagem mais significativos, tampouco favorece o desenvolvimento de aspectos subjetivos e sociais dos indivíduos; assim, mais tempo em período escolar não quer dizer, necessariamente, mais aprendizagem, o que torna ainda mais importante a reflexão sobre as diferentes dimensões da educação integral. Porém, não há dúvida de que a ampliação do tempo é ação necessária ainda que não suficiente! E, ao falar em ampliação necessária do tempo, estamos falando numa ampliação qualificada do tempo no qual o estudante estará exposto a situações intencionais de aprendizagem. (p.18).

Discutir sobre a Educação Integral e sobre uma escola de tempo integral relaciona-se à elaboração de questões relevantes e atuais. Tal situação implica, entre outras coisas, um compromisso com a educação pública. E também um compromisso para além dos interesses políticos partidários. A questão maior é o desenvolvimento de uma escola pública que cumpra, de forma eficaz, com sua função social, formando cidadãos conscientes e partícipes de transformações sociais.

A Educação Integral, como direito de cidadania, pressupõe, entre outras coisas, a oferta de oportunidades educativas realizadas na escola e em suas redondezas, com o intuito de promover condições para o desenvolvimento pleno de todas as crianças.

A Educação Integral, legalmente amparada nas questões de proteção integral constantes nas leis da infância e adolescência, deve ser para todas as crianças, em especial, àquelas que se encontram em condições mais vulneráveis, que necessitam ter acesso às políticas públicas de qualidade. Neste sentido, o projeto da escola deve ser singular, observando todas as particularidades da redondeza da escola, os lugares, os códigos, as pessoas, proporcionando, desta forma, contribuição favorável para a melhoria na qualidade da educação.

## **Meta 6 – Plano Municipal de Educação**

**Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.**

6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais, esportivas e tecnológicas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores(as) em uma única escola.

6.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado, definido em lei complementar a ser implantado num prazo máximo de 5 (cinco) anos para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa municipal de ampliação e reestruturação das escolas públicas de tempo integral, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático, materiais adequados para as práticas culturais (dança, música, artes, brinquedoteca, etc.), esportivas e tecnológicas e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos(as) matriculados(as) nas escolas da rede pública de educação básica por meio de parcerias intersetoriais.

6.6) Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos(as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.7) Garantir a oferta da educação em tempo integral e oferecer para pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola, em outra escola ou em instituições especializadas.

6.8) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos(as) na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas culturais e tecnológicas.

6.9) Criar um documento, de responsabilidade da Secretaria da Educação, destinado a organização administrativa, pedagógica e cultural das escolas de tempo integral, no que diz respeito à(s) ao(s): equipe gestora, quadro de funcionários e suas atribuições, matriz curricular, alunos(as) por sala, espaço físico, organização das oficinas, materiais específicos para alunos(as) e professores(as).

**Tabela 92: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Inf. - Municipal**

<b>META – 6 - INDICADOR</b>			<b>1A</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Inf. - Municipal</b>			
	<b>Alunos - ens integral - Municipal</b>	<b>Total alunos - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2642	13703	19,28%
São Bernardo do Campo	6481	29494	21,97%
São Caetano do Sul	3546	5151	68,84%
<b>ABC</b>	<b>12669</b>	<b>48348</b>	<b>26,20%</b>
Diadema	3956	11411	34,67%
Mauá	2932	11881	24,68%
Ribeirão Pires	1897	4127	45,97%
Rio Grande da Serra	367	1314	27,93%
<b>GABC</b>	<b>21821</b>	<b>77081</b>	<b>28,31%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>464683</b>	<b>1296241</b>	<b>35,85%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1473142</b>	<b>5316464</b>	<b>27,71%</b>

Fonte: Censo Aluno – 2013.

**Tabela 93: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Municipal**

<b>META 6 - INDICADOR</b>			<b>1B</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Municipal</b>			
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	18482	0,00%
São Bernardo do Campo	2362	40755	5,80%
São Caetano do Sul	2109	11220	18,80%
<b>ABC</b>	<b>4471</b>	<b>70457</b>	<b>6,35%</b>
Diadema	3236	12956	24,98%
Mauá	1	3214	0,03%
Ribeirão Pires	0	3420	0,00%
Rio Grande da Serra	0	176	0,00%
<b>GABC</b>	<b>7708</b>	<b>90223</b>	<b>8,54%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>167820</b>	<b>2296856</b>	<b>7,31%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1681679</b>	<b>16154337</b>	<b>10,41%</b>

**Tabela 94: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Estadual**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1C</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Estadual</b>				
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos - Municipal</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	6325	41990	15,06%	
São Bernardo do Campo	1224	42515	2,88%	
São Caetano do Sul	0	2783	0,00%	
<b>ABC</b>	<b>7549</b>	<b>87288</b>	<b>8,65%</b>	
Diadema	36	39302	0,09%	
Mauá	988	44389	2,23%	
Ribeirão Pires	756	9696	7,80%	
Rio Grande da Serra	0	5091	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>9329</b>	<b>185766</b>	<b>5,02%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>97494</b>	<b>2332719</b>	<b>4,18%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>775933</b>	<b>8516086</b>	<b>9,11%</b>	

**Tabela 95: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Público**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1D</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Público</b>				
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos - Municipal</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	6325	60472	10,46%	
São Bernardo do Campo	3586	83270	4,31%	
São Caetano do Sul	2109	14003	15,06%	
<b>ABC</b>	<b>12020</b>	<b>157745</b>	<b>7,62%</b>	
Diadema	3272	52258	6,26%	
Mauá	989	47603	2,08%	
Ribeirão Pires	756	13116	5,76%	
Rio Grande da Serra	0	5267	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>17037</b>	<b>275989</b>	<b>6,17%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>265310</b>	<b>4629765</b>	<b>5,73%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>2458767</b>	<b>24694440</b>	<b>9,96%</b>	

**Tabela 96: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Municipal**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1E</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Municipal</b>				
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	0	18482	0,00%	
São Bernardo do Campo	2362	40755	5,80%	
São Caetano do Sul	1885	6463	29,17%	
<b>ABC</b>	<b>4247</b>	<b>65700</b>	<b>6,46%</b>	
Diadema	3236	12956	24,98%	
Mauá	1	2666	0,04%	
Ribeirão Pires	0	2557	0,00%	
Rio Grande da Serra	0	176	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>7484</b>	<b>84055</b>	<b>8,90%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>148297</b>	<b>1686347</b>	<b>8,79%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>1151178</b>	<b>10764674</b>	<b>10,69%</b>	

**Tabela 97: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Estadual**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1F</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Estadual</b>				
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	3104	11943	25,99%	
São Bernardo do Campo	0	5	0,00%	
São Caetano do Sul	0	0	#DIV/0!	
<b>ABC</b>	<b>3104</b>	<b>11948</b>	<b>25,98%</b>	
Diadema	0	13427	0,00%	
Mauá	687	20686	3,32%	
Ribeirão Pires	468	4117	11,37%	
Rio Grande da Serra	0	2303	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>4259</b>	<b>52481</b>	<b>8,12%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>33278</b>	<b>632891</b>	<b>5,26%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>266402</b>	<b>2416229</b>	<b>11,03%</b>	

**Tabela 98: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Público**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1G</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Público</b>				
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	3104	30425	10,20%	
São Bernardo do Campo	2362	40760	5,79%	
São Caetano do Sul	1885	6463	29,17%	
<b>ABC</b>	<b>7351</b>	<b>77648</b>	<b>9,47%</b>	
Diadema	3236	26383	12,27%	
Mauá	688	23352	2,95%	
Ribeirão Pires	468	6674	7,01%	
Rio Grande da Serra	0	2479	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>11743</b>	<b>136536</b>	<b>8,60%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>181571</b>	<b>2319428</b>	<b>7,83%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>1418034</b>	<b>13188037</b>	<b>10,75%</b>	

**Tabela 99: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Municipal**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1H</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Municipal</b>				
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos - Municipal</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	0	0	#DIV/0!	
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!	
São Caetano do Sul	224	4757	4,71%	
<b>ABC</b>	<b>224</b>	<b>4757</b>	<b>4,71%</b>	
Diadema	0	0	#DIV/0!	
Mauá	0	548	0,00%	
Ribeirão Pires	0	863	0,00%	
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!	
<b>GABC</b>	<b>224</b>	<b>6168</b>	<b>3,63%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>19523</b>	<b>610509</b>	<b>3,20%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>530501</b>	<b>5389663</b>	<b>9,84%</b>	

**Tabela 100: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Estadual**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1I</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Estadual</b>				
	Alunos - ens integral	Total alunos		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	3221	30047	10,72%	
São Bernardo do Campo	1224	42510	2,88%	
São Caetano do Sul	0	2783	0,00%	
<b>ABC</b>	<b>4445</b>	<b>75340</b>	5,90%	
Diadema	36	25875	0,14%	
Mauá	301	23703	1,27%	
Ribeirão Pires	288	5579	5,16%	
Rio Grande da Serra	0	2788	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>5070</b>	<b>133285</b>	3,80%	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>64216</b>	<b>1699828</b>	3,78%	
<b>Brasil</b>	<b>509531</b>	<b>6099857</b>	8,35%	

**Tabela 101: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Público**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>1J</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Público</b>				
	Alunos - ens integral	Total alunos		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	3221	30047	10,72%	
São Bernardo do Campo	1224	42510	2,88%	
São Caetano do Sul	224	7540	2,97%	
<b>ABC</b>	<b>4669</b>	<b>80097</b>	5,83%	
Diadema	36	25875	0,14%	
Mauá	301	24251	1,24%	
Ribeirão Pires	288	6442	4,47%	
Rio Grande da Serra	0	2788	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>5294</b>	<b>139453</b>	3,80%	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>83739</b>	<b>2310337</b>	3,62%	
<b>Brasil</b>	<b>1040733</b>	<b>11506403</b>	9,04%	

Tabela 102: Proporção de Alunos da Rede Pública cursando Ensino Integral - Ens. Médio - Municipal

<b>META</b>			<b>6</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1K</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública cursando Ensino Integral - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	0	1945	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>1945</b>	0,00%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>1945</b>	0,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>18</b>	<b>24470</b>	0,07%
<b>Brasil</b>	<b>1425</b>	<b>62629</b>	2,28%

\*ALUNOS CURSANDO ENSINO MÉDIO INTEGRADO TAMBÉM FORAM CONSIDERADOS NESTE INDICADOR

Tabela 103: Proporção de Alunos da Rede Pública cursando Ensino Integral - Ens. Médio - Estadual

<b>META 6 - INDICADOR</b>			<b>1L</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública cursando Ensino Integral - Ens. Médio - Estadual</b>			
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	582	23966	2,43%
São Bernardo do Campo	193	31249	0,62%
São Caetano do Sul	289	4736	6,10%
<b>ABC</b>	<b>1064</b>	<b>59951</b>	1,77%
Diadema	25	18769	0,13%
Mauá	0	17832	0,00%
Ribeirão Pires	76	4743	1,60%
Rio Grande da Serra	0	1975	0,00%
<b>GABC</b>	<b>1165</b>	<b>103270</b>	1,13%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>26349</b>	<b>1588185</b>	1,66%
<b>Brasil</b>	<b>296832</b>	<b>7046953</b>	4,21%

\*ALUNOS CURSANDO ENSINO MÉDIO INTEGRADO TAMBÉM FORAM CONSIDERADOS NESTE INDICADOR

Tabela 104: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Médio - Público

<b>META 6 - INDICADOR</b>			<b>1M</b>
<b>Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Médio - Público</b>			
	<b>Alunos - ens integral</b>	<b>Total alunos - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	582	23966	2,43%
São Bernardo do Campo	193	31249	0,62%
São Caetano do Sul	289	6681	4,33%
<b>ABC</b>	<b>1064</b>	<b>61896</b>	1,72%
Diadema	25	18769	0,13%
Mauá	0	17832	0,00%
Ribeirão Pires	76	4743	1,60%
Rio Grande da Serra	0	1975	0,00%
<b>GABC</b>	<b>1165</b>	<b>105215</b>	1,11%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>26863</b>	<b>1615634</b>	1,66%
<b>Brasil</b>	<b>338502</b>	<b>7247776</b>	4,67%

**\*ALUNOS CURSANDO ENSINO MÉDIO INTEGRADO TAMBÉM FORAM CONSIDERADOS NESTE INDICADOR**

Tabela 105: Proporção de Alunos da Rede Pública Cursando Ensino Integral - Ens. Médio - Público

<b>META 6 - INDICADOR</b>			<b>2A</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Inf. - Municipal</b>			
	<b>Escolas - ens integral - Municipal</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	31	82	37,80%
São Bernardo do Campo	65	110	59,09%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>134</b>	<b>230</b>	58,26%
Diadema	22	45	48,89%
Mauá	26	37	70,27%
Ribeirão Pires	17	29	58,62%
Rio Grande da Serra	8	11	72,73%
<b>GABC</b>	<b>207</b>	<b>352</b>	58,81%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4761</b>	<b>8352</b>	57,00%
<b>Brasil - Fonte: Censo aluno: 2013</b>	<b>18940</b>	<b>84797</b>	22,34%

**Tabela 106: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL**

<b>META 6 - INDICADOR</b>			<b>2B</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Municipal</b>			
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	51	0,00%
São Bernardo do Campo	30	72	41,67%
São Caetano do Sul	7	34	20,59%
<b>ABC</b>	<b>37</b>	<b>157</b>	<b>23,57%</b>
Diadema	16	27	59,26%
Mauá	1	17	5,88%
Ribeirão Pires	0	11	0,00%
Rio Grande da Serra	0	3	0,00%
<b>GABC</b>	<b>54</b>	<b>215</b>	<b>25,12%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2116</b>	<b>7390</b>	<b>28,63%</b>
<b>Brasil</b>	<b>25407</b>	<b>120666</b>	<b>21,06%</b>

**Tabela 107: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Estadual**

<b>META 6 - INDICADOR</b>			<b>2C</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Estadual</b>			
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	35	92	38,04%
São Bernardo do Campo	5	74	6,76%
São Caetano do Sul	0	10	0,00%
<b>ABC</b>	<b>40</b>	<b>176</b>	<b>22,73%</b>
Diadema	1	64	1,56%
Mauá	10	77	12,99%
Ribeirão Pires	5	39	12,82%
Rio Grande da Serra	0	21	0,00%
<b>GABC</b>	<b>56</b>	<b>377</b>	<b>14,85%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1079</b>	<b>5716</b>	<b>18,88%</b>
<b>Brasil</b>	<b>12045</b>	<b>34100</b>	<b>35,32%</b>

**Tabela 108: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Público**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>2D</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund GERAL - Público</b>				
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	21	143	14,69%	
São Bernardo do Campo	35	146	23,97%	
São Caetano do Sul	7	44	15,91%	
<b>ABC</b>	<b>63</b>	<b>333</b>	<b>18,92%</b>	
Diadema	17	91	18,68%	
Mauá	11	94	11,70%	
Ribeirão Pires	5	50	10,00%	
Rio Grande da Serra	0	24	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>96</b>	<b>592</b>	<b>16,22%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3195</b>	<b>13107</b>	<b>24,38%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>37467</b>	<b>154827</b>	<b>24,20%</b>	

**Tabela 109: Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Municipal**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>2E</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Municipal</b>				
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	0	51	0,00%	
São Bernardo do Campo	30	72	41,67%	
São Caetano do Sul	6	19	31,58%	
<b>ABC</b>	<b>36</b>	<b>142</b>	<b>25,35%</b>	
Diadema	16	27	59,26%	
Mauá	1	16	6,25%	
Ribeirão Pires	0	9	0,00%	
Rio Grande da Serra	0	3	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>53</b>	<b>197</b>	<b>26,90%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1720</b>	<b>5706</b>	<b>30,14%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>16959</b>	<b>90754</b>	<b>18,69%</b>	

**Tabela 110: Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Estadual**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>2F</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Estadual</b>				
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	24	34	70,59%	
São Bernardo do Campo	0	1	0,00%	
São Caetano do Sul	0	0	#DIV/0!	
<b>ABC</b>	<b>24</b>	<b>35</b>	<b>68,57%</b>	
Diadema	0	26	0,00%	
Mauá	6	40	15,00%	
Ribeirão Pires	3	19	15,79%	
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>33</b>	<b>131</b>	<b>25,19%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>346</b>	<b>1798</b>	<b>19,24%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>4598</b>	<b>13443</b>	<b>34,20%</b>	

**Tabela 111: Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Público**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>2G</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Iniciais. - Público</b>				
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	10	85	11,76%	
São Bernardo do Campo	30	73	41,10%	
São Caetano do Sul	6	19	31,58%	
<b>ABC</b>	<b>46</b>	<b>177</b>	<b>25,99%</b>	
Diadema	16	53	30,19%	
Mauá	7	56	12,50%	
Ribeirão Pires	3	28	10,71%	
Rio Grande da Serra	0	14	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>72</b>	<b>328</b>	<b>21,95%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2066</b>	<b>7505</b>	<b>27,53%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>21564</b>	<b>104221</b>	<b>20,69%</b>	

**Tabela 112: Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Municipal**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>2H</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública que oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Municipal</b>				
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	0	0	#DIV/0!	
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!	
São Caetano do Sul	1	15	6,67%	
<b>ABC</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	6,67%	
Diadema	0	0	#DIV/0!	
Mauá	0	1	0,00%	
Ribeirão Pires	0	2	0,00%	
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!	
<b>GABC</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	5,56%	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>396</b>	<b>1684</b>	23,52%	
<b>Brasil</b>	<b>8448</b>	<b>29912</b>	28,24%	

**Tabela 113: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Estadual**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>2I</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Estadual</b>				
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	11	58	18,97%	
São Bernardo do Campo	5	73	6,85%	
São Caetano do Sul	0	10	0,00%	
<b>ABC</b>	<b>16</b>	<b>141</b>	11,35%	
Diadema	1	38	2,63%	
Mauá	4	37	10,81%	
Ribeirão Pires	2	20	10,00%	
Rio Grande da Serra	0	10	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>23</b>	<b>246</b>	9,35%	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>733</b>	<b>3918</b>	18,71%	
<b>Brasil</b>	<b>7447</b>	<b>20657</b>	36,05%	

**Tabela 114: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Público**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>2J</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Fund Anos Finais. - Público</b>				
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	11	58	18,97%	
São Bernardo do Campo	5	73	6,85%	
São Caetano do Sul	1	25	4,00%	
<b>ABC</b>	<b>17</b>	<b>156</b>	<b>10,90%</b>	
Diadema	1	38	2,63%	
Mauá	4	38	10,53%	
Ribeirão Pires	2	22	9,09%	
Rio Grande da Serra	0	10	0,00%	
<b>GABC</b>	<b>24</b>	<b>264</b>	<b>9,09%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1129</b>	<b>5602</b>	<b>20,15%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>15903</b>	<b>50606</b>	<b>31,43%</b>	

**Tabela 115: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio - Municipal**

			<b>META</b>	<b>6</b>
			<b>INDICADOR</b>	<b>2K</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio - Municipal</b>				
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>		
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>	
Santo André	0	0	#DIV/0!	
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!	
São Caetano do Sul	0	3	0,00%	
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0,00%</b>	
Diadema	0	0	#DIV/0!	
Mauá	0	0	#DIV/0!	
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!	
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!	
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0,00%</b>	
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3</b>	<b>66</b>	<b>4,55%</b>	
<b>Brasil</b>	<b>29</b>	<b>341</b>	<b>8,50%</b>	

**\*ESCOLAS QUE OFERECEM ENSINO MÉDIO INTEGRADO TAMBÉM FORAM CONSIDERADAS NESTE INDICADOR**

Tabela 116: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio - Estadual

<b>META</b>			<b>6</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2L</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio - Estadual</b>			
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2	55	3,64%
São Bernardo do Campo	1	66	1,52%
São Caetano do Sul	1	11	9,09%
<b>ABC</b>	<b>4</b>	<b>132</b>	<b>3,03%</b>
Diadema	1	35	2,86%
Mauá	0	32	0,00%
Ribeirão Pires	1	16	6,25%
Rio Grande da Serra	0	9	0,00%
<b>GABC</b>	<b>6</b>	<b>224</b>	<b>2,68%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>275</b>	<b>3967</b>	<b>6,93%</b>
<b>Brasil</b>	<b>2902</b>	<b>17235</b>	<b>16,84%</b>

\*Escolas que oferecem ensino médio integrado também foram consideradas neste indicador

Tabela 117: Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio - Público

<b>META 6 - INDICADOR</b>			<b>2M</b>
<b>Proporção de Escolas da Rede Pública Que Oferecem Ensino Integral - Ens. Médio - Público</b>			
	<b>Escolas - ens integral</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2	55	3,64%
São Bernardo do Campo	1	66	1,52%
São Caetano do Sul	1	14	7,14%
<b>ABC</b>	<b>4</b>	<b>135</b>	<b>2,96%</b>
Diadema	1	35	2,86%
Mauá	0	32	0,00%
Ribeirão Pires	1	16	6,25%
Rio Grande da Serra	0	9	0,00%
<b>GABC</b>	<b>6</b>	<b>227</b>	<b>2,64%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>281</b>	<b>4047</b>	<b>6,94%</b>
<b>Brasil</b>	<b>3340</b>	<b>19400</b>	<b>17,22%</b>

\*Escolas que oferecem ensino médio integrado também foram consideradas neste indicador

## **Ideb**

O Censo da Educação Básica também sofreu alterações, passando a ser realizado também pelo aluno e não somente pela escola. Os dados do Censo e os resultados da Prova Brasil passaram a ser utilizados e formaram o indicador “Ideb” para a verificação da qualidade da educação básica.

O Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, mostra que:

Art.3o - A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Trata-se de um indicador do Ministério da Educação (MEC) que, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), acredita que um sistema educacional onde os estudantes fracassam sistematicamente e que uma grande parte abandona a escola antes de completar a Educação Básica não é um sistema desejável, mesmo que uma parcela dos jovens finalize a Educação Básica, atingindo altos desempenhos nos exames padronizados. Também não é desejável que todos os alunos finalizem o Ensino Fundamental, no período correto, mas com pouco aprendizado. Em um sistema de ensino ideal todos os alunos têm acesso à escola, não perdem tempo com repetências, não abandonam a escola e obtêm sucesso.

O IDEB procura ampliar as possibilidades de mobilização da sociedade em prol da Educação, pois o indicador é comparável nacionalmente por meio dos resultados que reúnem aprendizagem e fluxo. O equilíbrio dessas duas dimensões prevê que, se uma rede ou sistema de ensino contar com muitas retenções para obter resultados de melhor qualidade na Prova Brasil, o fluxo será afetado, indicando problemas de qualidade. Por outro lado, se a escola aprova o aluno sem este demonstrar conhecimento, o resultado da Prova Brasil indicará também a necessidade de melhoria do sistema. Trata-se de uma política pública que busca a qualidade da Educação. Uma ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação

estabelecendo, como meta para 2022, o IDEB do Brasil seja igual a 6,0 (Meta: média comparável num sistema educacional de qualidade e dos países desenvolvidos).

O IDEB, considerado mais do que simplesmente um indicador estatístico, é um condutor de políticas para a melhoria da qualidade da Educação, em nível nacional, estadual, municipal e das escolas. Ele possibilita a projeção de metas individuais intermediárias para as escolas, possibilitando a busca pela qualidade do ensino. Tais metas são os percursos estabelecidos de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tal situação significa avançar a média nacional de 3,8, em 2005, para um IDEB igual a 6,0, na primeira fase do Ensino Fundamental.

As metas são diferenciadas para cada rede de ensino e escolas e apresentadas bianualmente de 2007 a 2021. A ideia central é que cada estado, município e escola melhorem seus indicadores, contribuindo para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Mesmo para aqueles estabelecimentos de ensino que já atingiram a meta, está prevista a continuação da melhoria. Para aquelas redes e escolas que apresentaram problemas, é previsto apoio específico para reduzir as desigualdades.

O cálculo do IDEB é dado pela fórmula  $IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji}$ . Neste contexto,  $i$  representa o ano da prova e do Censo Escolar;  $N_{ji}$  é igual à média da proficiência em Português e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, de estudantes da unidade  $j$  e obtida em determinado ano da prova realizada ao final da etapa de ensino; e  $P_{ji}$  representa o indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ .

O indicador apresenta, como cita Ronca (2013), alguns pontos positivos à articulação entre os conceitos de fluxo e desempenho, favorecendo o entendimento da qualidade das escolas e dos sistemas e auxiliando gestores e professores na identificação de competências e dificuldades dos alunos nas disciplinas avaliadas, qual seja Português e Matemática. O IDEB auxilia também no diagnóstico, no monitoramento e no agrupamento de informações para a criação de políticas públicas, estabelecendo metas objetivas e individualizadas para

cada escola, sistema de ensino, município e estados brasileiros. Tal situação tem o objetivo, entre outros, de controlar e elaborar ações para combater o fracasso escolar.

## **Meta 7 – Plano Municipal de Educação**

**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:**

<b>IDEB</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
Anos iniciais do EF	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do EF	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

7.1) Manter as diretrizes municipais, em conjunto com os profissionais da educação, de modo a atender as necessidades presentes e alinhando-se continuamente às diretrizes nacionais, com direitos e objetivos de aprendizagem que privilegiem o desenvolvimento dos(as) estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

7.2) Ampliar os percentuais estabelecidos abaixo, assegurando que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos(as) alunos(as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos(as) os(as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3) Criar, no prazo de até 02(dois) anos, a contar da data da promulgação deste PME, um sistema de indicadores de qualidade da educação do município com base no perfil dos estudantes e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis e utilizados, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4) Induzir, no prazo de até 01(um) ano, a contar da data da promulgação deste PME, a criação do Projeto Político Pedagógico para cada escola, de forma democrática, com a participação da comunidade escolar, bem como acompanhar sua aplicabilidade e desenvolvimento durante o ano letivo. Sendo que:

a) este Projeto Político Pedagógico servirá de elemento norteador para o próximo ano letivo que se iniciará sendo revisto e replanejado com base em um processo de autoavaliação institucional realizado pela escola e promovido pelo município a fim de considerar e rever os encaminhamentos;

b) acompanhar e apoiar continuamente as escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, inclusive, utilizando a autoavaliação institucional realizada pela escola como um indicador que deverá ser analisado e utilizado pelo município na elaboração das políticas públicas.

7.5) Criar a Avaliação Municipal Interdisciplinar de forma a englobar todas as disciplinas que contemplam a matriz curricular nos anos finais do ensino fundamental, incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de

avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas, após o 2º (segundo) ano da vigência deste PME.

7.6) Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, de acordo com cada necessidade educativa especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, no prazo de 5 (cinco) anos.

7.7) Criar a Comissão Municipal de Professores em Exercício, no prazo de até 01 (um) ano a contar da data da promulgação deste PME, com o objetivo de avaliar e orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade esta diferença até o último ano de vigência deste PME.

7.8) Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos(as) estudantes, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.9) Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e incentivar práticas pedagógicas inovadoras, garantindo a formação dos profissionais que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e de propostas pedagógicas, com preferência para *softwares* livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, articular políticas de formação de professores.

7.10) Implantar capacitações na área de novas tecnologias educacionais para professores, incentivando o desenvolvimento educacional. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio como forma

de incentivar, promover e compartilhar práticas pedagógicas inovadoras, assegurando a melhoria do fluxo escolar, da aprendizagem, a diversidade de métodos e de propostas pedagógicas, com preferência para *softwares* livres e REA (Recursos Educacionais Abertos), bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.11) Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.12) Ampliar técnica e financeiramente o apoio à gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos financeiros com base em critérios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da proporcionalidade, a ampliação da transparência e o efetivo desenvolvimento da gestão democrática e autônoma.

7.13) Ampliar o suporte pedagógico para o(a) professor(a) de programas educativos e sociais à criança e ao adolescente, aprofundando ações que envolvam o atendimento ao aluno em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.14) Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica e complementares o acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água tratada, ao esgotamento sanitário e ao manejo dos resíduos sólidos com base em uma política sustentável, bem como garantir o acesso dos(as) alunos(as) aos espaços para a prática esportiva, aos bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências, em efetivo funcionamento, em cada edifício escolar, garantindo a acessibilidade de pessoas com dificuldades de locomoção da comunidade escolar e aos alunos com necessidades educativas especiais.

7.15) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa municipal de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.16) Instituir, no prazo de até 02 (dois) anos, a contar da data da promulgação, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade de ensino considerando-se:

a) a necessidade de prover com equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, complementares e autarquias, criando mecanismos para a implementação com condições funcionais, a implementação e a universalização de bibliotecas nas instituições educacionais com acesso a redes digitais, internet e recursos humanos capacitados para o trabalho tecnológico e pedagógico;

b) informatizar integralmente a gestão das escolas e da Secretaria de Educação, bem como manter programa municipal de formação inicial e continuada para o quadro técnico de funcionários.

7.17) Garantir políticas de combate à violência na escola criando, no prazo de até 01 (um) ano, a contar da data da promulgação deste PME, programas de capacitação de educadores(as) para a mediação de conflitos, capacitação de professores(as) e funcionários(as) da educação em práticas restaurativas, inserindo nas escolas estratégias, círculos restaurativos, envolvendo toda a comunidade escolar, desenvolvimento de ações destinadas à detecção dos sinais de suas causas e a adoção de providências adequadas para promover a construção da Cultura de Paz em um ambiente que estimule a igualdade, a convivência, o respeito e a autonomia, bem como práticas pedagógicas inovadoras pautadas no aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer, tornando o ambiente escolar um centro de aprendizagem qualitativa e integral da sociedade civil.

7.18) Criar programas educativos e sociais, no prazo de até 02 (dois) anos, a contar da data da promulgação deste PME, que implementem políticas de inclusão e permanência na escola para crianças e adolescentes que se encontram em regime de liberdade assistida, em situação de rua ou incapacidade de manter-se socioeconomicamente, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.19) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-brasileira e Indígena, implementando ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial que envolvam conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.20) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos(as) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, buscando:

a) criar programa de Difusão de Cultura, no prazo de até 02 (dois) anos, a contar da data da promulgação deste PME, mobilizando educadores(as), famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

b) promover a articulação de programas da área da educação, de âmbito municipal, com os de outras áreas (saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura e meio ambiente), possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

c) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos(as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.21) Criar, no prazo de até 03 (três) anos, a contar da data da promulgação deste PME, uma biblioteca em cada escola com todos os recursos, incluindo humanos, e um completo programa de gerenciamento e atualização do acervo para alunos(as), professores(as) e comunidade escolar, promovendo, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores(as) e a capacitação de professores(as), bibliotecários(as) e agentes da comunidade para atuar como mediadores(as) da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.22) Instituir, em articulação com o Estado de São Paulo, programa municipal de formação de professores(as) e estudantes, para promover e consolidar política de preservação da memória nacional, regional e municipal, criando estratégias articuladas com o currículo municipal e outros setores da sociedade civil.

7.23) Assegurar a regulação e a qualidade da oferta da educação infantil pela iniciativa privada, de forma a garantir o cumprimento da função social da educação.

7.24) Criar comissão, até 1 (um) ano após a vigência deste PME, para estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em comparativo com seu próprio desempenho no IDEB anterior, de modo a valorizar o sucesso dos(as) estudantes na aprendizagem escolar, o corpo docente, os(as) profissionais da educação, a direção e toda a comunidade escolar.

Tabela 118: Distribuição dos alunos por níveis de proficiência (Desejado e Suficiente) - Ens. Fund. - Municipal

<b>META</b>								<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>								<b>1</b>
<b>Distribuição dos alunos por níveis de proficiência (Desejado e Suficiente) - Ens. Fund. - Municipal</b>								
	<b>Anos Iniciais</b>				<b>Anos Finais</b>			
	<b>Português</b>		<b>Matemática</b>		<b>Português</b>		<b>Matemática</b>	
	<b>Nível Suficiente</b>	<b>Nível Desejado</b>						
Santo André	36%	17%	31%	12%	-	-	-	-
São Bernardo do Campo	35%	24%	35%	17%	-	-	-	-
São Caetano do Sul	37%	39%	43%	35%	49%	16%	39%	10%
<b>Média ABC</b>	<b>36%</b>	<b>27%</b>	<b>36%</b>	<b>21%</b>	<b>49%</b>	<b>16%</b>	<b>39%</b>	<b>10%</b>
Diadema	35%	21%	34%	16%	-	-	-	-
Mauá	18%	6%	13%	1%	17%	2%	5%	0%
Ribeirão Pires	41%	27%	40%	20%	39%	8%	30%	3%
Rio Grande da Serra	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Média GABC</b>	<b>33%</b>	<b>20%</b>	<b>31%</b>	<b>15%</b>	<b>35%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>4%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>33%</b>	<b>20%</b>	<b>32%</b>	<b>18%</b>	<b>25%</b>	<b>4%</b>	<b>13%</b>	<b>2%</b>
<b>Brasil</b>	<b>26%</b>	<b>12%</b>	<b>23%</b>	<b>9%</b>	<b>18%</b>	<b>3%</b>	<b>9%</b>	<b>1%</b>

Fonte: USCS, 2013

Tabela 119: Distribuição dos alunos por níveis de proficiência (Desejado e Suficiente) - Ens. Fund. - Estadual

<b>META</b>								<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>								<b>1</b>
<b>Distribuição dos alunos por níveis de proficiência (Desejado e Suficiente) - Ens. Fund. - Estadual</b>								
	<b>Anos Iniciais</b>				<b>Anos Finais</b>			
	<b>Português</b>		<b>Matemática</b>		<b>Português</b>		<b>Matemática</b>	
	<b>Nível Suficiente</b>	<b>Nível Desejado</b>						
Santo André	33%	22%	33%	20%	22%	4%	11%	1%
São Bernardo do Campo	-	-	-	-	26%	5%	13%	1%
São Caetano do Sul	-	-	-	-	34%	6%	17%	3%
<b>Média ABC</b>	<b>33%</b>	<b>22%</b>	<b>33%</b>	<b>20%</b>	<b>27%</b>	<b>5%</b>	<b>14%</b>	<b>2%</b>
Diadema	36%	25%	36%	21%	24%	4%	11%	1%
Mauá	35%	21%	31%	21%	22%	4%	10%	1%
Ribeirão Pires	37%	22%	35%	24%	27%	4%	13%	2%
Rio Grande da Serra	30%	13%	25%	10%	20%	2%	10%	0%
<b>Média GABC</b>	<b>34%</b>	<b>21%</b>	<b>32%</b>	<b>19%</b>	<b>24%</b>	<b>4%</b>	<b>12%</b>	<b>1%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>32%</b>	<b>18%</b>	<b>30%</b>	<b>17%</b>	<b>23%</b>	<b>4%</b>	<b>11%</b>	<b>1%</b>
<b>Brasil</b>	<b>30%</b>	<b>17%</b>	<b>29%</b>	<b>13%</b>	<b>21%</b>	<b>4%</b>	<b>11%</b>	<b>1%</b>

**Tabela 120: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ed. Infantil - Rede Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2A</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ed. Infantil - Rede Municipal</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	517	13703	3,77%
São Bernardo do Campo	2675	29494	9,07%
São Caetano do Sul	0	5151	0,00%
<b>ABC</b>	<b>3192</b>	<b>48348</b>	<b>6,60%</b>
Diadema	4	11411	0,04%
Mauá	0	11881	0,00%
Ribeirão Pires	43	4127	1,04%
Rio Grande da Serra	103	1314	7,84%
<b>GABC</b>	<b>3342</b>	<b>77081</b>	<b>4,34%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>106403</b>	<b>1296241</b>	<b>8,21%</b>
<b>Brasil</b>	<b>766140</b>	<b>5316464</b>	<b>14,41%</b>
FONTE	Censo Aluno	Censo Aluno	

**Tabela 121: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - GERAL - Rede Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2B</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - GERAL - Rede Municipal</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	931	18482	5,04%
São Bernardo do Campo	7085	40755	17,38%
São Caetano do Sul	0	11220	0,00%
<b>ABC</b>	<b>8016</b>	<b>70457</b>	<b>11,38%</b>
Diadema	16	12956	0,12%
Mauá	0	3214	0,00%
Ribeirão Pires	492	3420	14,39%
Rio Grande da Serra	9	176	5,11%
<b>GABC</b>	<b>8533</b>	<b>90223</b>	<b>9,46%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>330148</b>	<b>2296856</b>	<b>14,37%</b>
<b>Brasil</b>	<b>4128128</b>	<b>16154337</b>	<b>25,55%</b>

**Tabela 122: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - GERAL - Rede Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2C</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - GERAL - Rede Estadual</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2618	41990	6,23%
São Bernardo do Campo	6034	42515	14,19%
São Caetano do Sul	1	2783	0,04%
<b>ABC</b>	<b>8653</b>	<b>87288</b>	<b>9,91%</b>
Diadema	66	39302	0,17%
Mauá	1928	44389	4,34%
Ribeirão Pires	2932	9696	30,24%
Rio Grande da Serra	2373	5091	46,61%
<b>GABC</b>	<b>15952</b>	<b>185766</b>	<b>8,59%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>280216</b>	<b>2332719</b>	<b>12,01%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1384595</b>	<b>8516086</b>	<b>16,26%</b>

**Tabela 123: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Iniciais - Rede Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2D</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Iniciais - Rede Municipal</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	931	18482	5,04%
São Bernardo do Campo	7085	40755	17,38%
São Caetano do Sul	0	6463	0,00%
<b>ABC</b>	<b>8016</b>	<b>65700</b>	<b>12,20%</b>
Diadema	16	12956	0,12%
Mauá	0	2666	0,00%
Ribeirão Pires	361	2557	14,12%
Rio Grande da Serra	9	176	5,11%
<b>GABC</b>	<b>8402</b>	<b>84055</b>	<b>10,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>250720</b>	<b>1686347</b>	<b>14,87%</b>
<b>Brasil</b>	<b>2398728</b>	<b>10764674</b>	<b>22,28%</b>

**Tabela 124: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Iniciais - Rede Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2E</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Iniciais - Rede Estadual</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	605	11943	5,07%
São Bernardo do Campo	0	5	0,00%
São Caetano do Sul	0	0	#DIV/0!
<b>ABC</b>	<b>605</b>	<b>11948</b>	<b>5,06%</b>
Diadema	18	13427	0,13%
Mauá	322	20686	1,56%
Ribeirão Pires	1484	4117	36,05%
Rio Grande da Serra	1214	2303	52,71%
<b>GABC</b>	<b>3643</b>	<b>52481</b>	<b>6,94%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>47932</b>	<b>632891</b>	<b>7,57%</b>
<b>Brasil</b>	<b>241004</b>	<b>2416229</b>	<b>9,97%</b>

**Tabela 125: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Finais - Rede Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2F</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Finais - Rede Municipal</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	0	4757	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>4757</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	548	0,00%
Ribeirão Pires	131	863	15,18%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>131</b>	<b>6168</b>	<b>2,12%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>79428</b>	<b>610509</b>	<b>13,01%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1729400</b>	<b>5389663</b>	<b>32,09%</b>

**Tabela 126: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Finais - Rede Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2G</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Fundamental - Anos Finais - Rede Estadual</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2013	30047	6,70%
São Bernardo do Campo	6034	42510	14,19%
São Caetano do Sul	1	2783	0,04%
<b>ABC</b>	<b>8048</b>	<b>75340</b>	<b>10,68%</b>
Diadema	48	25875	0,19%
Mauá	1606	23703	6,78%
Ribeirão Pires	1448	5579	25,95%
Rio Grande da Serra	1159	2788	41,57%
<b>GABC</b>	<b>12309</b>	<b>133285</b>	<b>9,24%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>232284</b>	<b>1699828</b>	<b>13,67%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1143591</b>	<b>6099857</b>	<b>18,75%</b>

**Tabela 127: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Médio - Rede Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2H</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Médio - Rede Municipal</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	0	1945	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>1945</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>1945</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1767</b>	<b>24470</b>	<b>7,22%</b>
<b>Brasil</b>	<b>14571</b>	<b>62629</b>	<b>23,27%</b>

Tabela 128: Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Médio - Rede Estadual

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2I</b>
<b>Proporção de estudantes que utilizam o transporte escolar público - Ens. Médio - Rede Estadual</b>			
	<b>Estudantes utilizam Transp. Escolar Público</b>	<b>Total Estudantes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	823	23966	3,43%
São Bernardo do Campo	2996	31249	9,59%
São Caetano do Sul	1	4736	0,02%
<b>ABC</b>	<b>3820</b>	<b>59951</b>	<b>6,37%</b>
Diadema	10	18769	0,05%
Mauá	481	17832	2,70%
Ribeirão Pires	1041	4743	21,95%
Rio Grande da Serra	754	1975	38,18%
<b>GABC</b>	<b>6106</b>	<b>103270</b>	<b>5,91%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>186202</b>	<b>1588185</b>	<b>11,72%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1712654</b>	<b>7046953</b>	<b>24,30%</b>

Tabela 129: A. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Infantil - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3A</b>
<b>A. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	13703	2190	6,257077626
São Bernardo do Campo	29494	1885	15,64668435
São Caetano do Sul	5151	78	66,03846154
<b>ABC</b>	<b>48348</b>	<b>4153</b>	<b>11,64170479</b>
Diadema	11411	103	110,7864078
Mauá	11881	298	39,86912752
Ribeirão Pires	4127	188	21,95212766
Rio Grande da Serra	1314	29	45,31034483
<b>GABC</b>	<b>77081</b>	<b>4771</b>	<b>16,15615175</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1296241</b>	<b>41312</b>	<b>31,37686387</b>
<b>Brasil</b>	<b>5316464</b>	<b>265735</b>	<b>20,00663819</b>
<b>FONTE</b>	CENSO ESCOLA- 2013	CENSO ESCOLA	

Tabela 130: B. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Municipal

			<b>META</b>
			<b>7</b>
			<b>INDICADOR</b>
			<b>3B</b>
<b>B. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Municipal</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	18482	548	33,72627737
São Bernardo do Campo	40755	9342	4,362556198
São Caetano do Sul	11220	3306	3,393829401
<b>ABC</b>	<b>70457</b>	<b>13196</b>	<b>5,339269476</b>
Diadema	12956	243	53,31687243
Mauá	3214	174	18,47126437
Ribeirão Pires	3420	105	32,57142857
Rio Grande da Serra	176	1	176
<b>GABC</b>	<b>90223</b>	<b>13719</b>	<b>6,576499745</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2296856</b>	<b>99937</b>	<b>22,98303931</b>
<b>Brasil</b>	<b>16154337</b>	<b>502355</b>	<b>32,15721352</b>

Tabela 131: C. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Estadual

			<b>META</b>
			<b>7</b>
			<b>INDICADOR</b>
			<b>3C</b>
<b>C. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Estadual</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	41990	1208	34,75993377
São Bernardo do Campo	42515	1197	35,51796157
São Caetano do Sul	2783	83	33,53012048
<b>ABC</b>	<b>87288</b>	<b>2488</b>	<b>35,08360129</b>
Diadema	39302	722	54,43490305
Mauá	44389	800	55,48625
Ribeirão Pires	9696	330	29,38181818
Rio Grande da Serra	5091	108	47,13888889
<b>GABC</b>	<b>185766</b>	<b>4448</b>	<b>41,76393885</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2332719</b>	<b>63623</b>	<b>36,66471245</b>
<b>Brasil</b>	<b>8516086</b>	<b>367986</b>	<b>23,14241846</b>

Tabela 132: D. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Privada

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3D</b>
<b>D. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Privada</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	24793	1670	14,84610778
São Bernardo do Campo	19190	1935	9,917312661
São Caetano do Sul	5936	558	10,63799283
<b>ABC</b>	<b>49919</b>	<b>4163</b>	11,99111218
Diadema	7369	471	15,64543524
Mauá	6949	415	16,74457831
Ribeirão Pires	2314	117	19,77777778
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>66551</b>	<b>5166</b>	12,88250097
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1005399</b>	<b>85625</b>	11,74188613
<b>Brasil</b>	<b>4374841</b>	<b>260234</b>	16,81118148

Tabela 133: E. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3E</b>
<b>E. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	1945	100	19,45
<b>ABC</b>	<b>1945</b>	<b>100</b>	19,45
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>1945</b>	<b>100</b>	19,45
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>24470</b>	<b>1702</b>	14,37720329
<b>Brasil</b>	<b>62629</b>	<b>4529</b>	13,82843895

Tabela 134: F. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Estadual

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3F</b>
<b>F. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Estadual</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	23966	1097	21,84685506
São Bernardo do Campo	31249	1454	21,49174691
São Caetano do Sul	4736	198	23,91919192
<b>ABC</b>	<b>59951</b>	<b>2749</b>	21,80829393
Diadema	18769	644	29,14440994
Mauá	17832	458	38,93449782
Ribeirão Pires	4743	363	13,0661157
Rio Grande da Serra	1975	97	20,36082474
<b>GABC</b>	<b>103270</b>	<b>4311</b>	23,95499884
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1588185</b>	<b>75953</b>	20,9101023
<b>Brasil</b>	<b>7046953</b>	<b>331329</b>	21,26874798

Tabela 135: G. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Privada

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3G</b>
<b>G. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	7392	1164	6,350515464
São Bernardo do Campo	5899	1651	3,572986069
São Caetano do Sul	1913	478	4,00209205
<b>ABC</b>	<b>15204</b>	<b>3293</b>	4,617066505
Diadema	1392	364	3,824175824
Mauá	1686	323	5,219814241
Ribeirão Pires	609	112	5,4375
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>18891</b>	<b>4092</b>	4,616568915
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>275975</b>	<b>73607</b>	3,749303735
<b>Brasil</b>	<b>1065039</b>	<b>204172</b>	5,216381286

Tabela 136: A. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Infantil - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>4</b>
<b>A. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	79	82	96,34%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	37	38	97,37%
<b>ABC</b>	<b>226</b>	<b>230</b>	<b>98,26%</b>
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	24	29	82,76%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>342</b>	<b>352</b>	<b>97,16%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>6737</b>	<b>8352</b>	<b>80,66%</b>
<b>Brasil</b>	<b>31428</b>	<b>84800</b>	<b>37,06%</b>
<b>FONTE</b>	CENSO ESCOLA 2013	CENSO ESCOLA	

Tabela 137: B. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Municipal

<b>B. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	50	51	98,04%
São Bernardo do Campo	71	72	98,61%
São Caetano do Sul	18	20	90,00%
<b>ABC</b>	<b>139</b>	<b>143</b>	<b>97,20%</b>
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	8	9	88,89%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>193</b>	<b>198</b>	<b>97,47%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5190</b>	<b>5982</b>	<b>86,76%</b>
<b>Brasil</b>	<b>34754</b>	<b>93867</b>	<b>37,02%</b>

**Tabela 138: C. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Estadual**

<b>C. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	78	84	92,86%
São Bernardo do Campo	69	73	94,52%
São Caetano do Sul	7	10	70,00%
<b>ABC</b>	<b>154</b>	<b>167</b>	92,22%
Diadema	52	56	92,86%
Mauá	64	64	100,00%
Ribeirão Pires	28	29	96,55%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>308</b>	<b>327</b>	94,19%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4522</b>	<b>4869</b>	92,87%
<b>Brasil</b>	<b>21822</b>	<b>25003</b>	87,28%

**Tabela 139: D. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Privada**

<b>D. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	89	91	97,80%
São Bernardo do Campo	49	50	98,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>155</b>	<b>158</b>	98,10%
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	22	23	95,65%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>215</b>	<b>219</b>	98,17%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3947</b>	<b>4098</b>	96,32%
<b>Brasil</b>	<b>20836</b>	<b>22651</b>	91,99%

**Tabela 140: E. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio. - Municipal**

<b>E. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio. - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	2	3	66,67%
<b>ABC</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	66,67%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	66,67%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>50</b>	<b>54</b>	92,59%
<b>Brasil</b>	<b>206</b>	<b>271</b>	76,01%

**Tabela 141: F. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Estadual**

<b>F. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	50	55	90,91%
São Bernardo do Campo	62	66	93,94%
São Caetano do Sul	8	11	72,73%
<b>ABC</b>	<b>120</b>	<b>132</b>	90,91%
Diadema	32	35	91,43%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	15	16	93,75%
Rio Grande da Serra	8	9	88,89%
<b>GABC</b>	<b>207</b>	<b>224</b>	92,41%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3727</b>	<b>3949</b>	94,38%
<b>Brasil</b>	<b>17090</b>	<b>18300</b>	93,39%

Tabela 142: G. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Privada

<b>G. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	33	34	97,06%
São Bernardo do Campo	31	32	96,88%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>76</b>	<b>78</b>	97,44%
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	13	13	100,00%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>113</b>	<b>115</b>	98,26%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2213</b>	<b>2262</b>	97,83%
<b>Brasil</b>	<b>7807</b>	<b>7927</b>	98,49%

Tabela 143: A. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Infantil - Municipal

		<b>META</b>	<b>7</b>
		<b>INDICADOR</b>	<b>5A</b>
<b>A. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	72	82	87,80%
São Bernardo do Campo	100	110	90,91%
São Caetano do Sul	30	38	78,95%
<b>ABC</b>	<b>202</b>	<b>230</b>	87,83%
Diadema	42	45	93,33%
Mauá	33	37	89,19%
Ribeirão Pires	21	29	72,41%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>308</b>	<b>352</b>	87,50%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5945</b>	<b>8352</b>	71,18%
<b>Brasil</b>	<b>24239</b>	<b>84800</b>	28,58%
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESCOLA - 2013</b>	<b>CENSO ESCOLA</b>	

Tabela 144: B. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Municipal

<b>B. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	46	51	90,20%
São Bernardo do Campo	70	72	97,22%
São Caetano do Sul	18	20	90,00%
<b>ABC</b>	<b>134</b>	<b>143</b>	<b>93,71%</b>
Diadema	25	27	92,59%
Mauá	15	16	93,75%
Ribeirão Pires	6	9	66,67%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>183</b>	<b>198</b>	<b>92,42%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4728</b>	<b>5982</b>	<b>79,04%</b>
<b>Brasil</b>	<b>27597</b>	<b>93867</b>	<b>29,40%</b>

Tabela 145: C. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Estadual

<b>C. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	70	84	83,33%
São Bernardo do Campo	65	73	89,04%
São Caetano do Sul	7	10	70,00%
<b>ABC</b>	<b>142</b>	<b>167</b>	<b>85,03%</b>
Diadema	47	56	83,93%
Mauá	50	64	78,13%
Ribeirão Pires	22	29	75,86%
Rio Grande da Serra	7	11	63,64%
<b>GABC</b>	<b>268</b>	<b>327</b>	<b>81,96%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3879</b>	<b>4869</b>	<b>79,67%</b>
<b>Brasil</b>	<b>18376</b>	<b>25003</b>	<b>73,50%</b>

**Tabela 146: D. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Privada**

<b>D. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	89	91	97,80%
São Bernardo do Campo	49	50	98,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>155</b>	<b>158</b>	98,10%
Diadema	28	29	96,55%
Mauá	19	23	82,61%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>211</b>	<b>219</b>	96,35%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3846</b>	<b>4098</b>	93,85%
<b>Brasil</b>	<b>17994</b>	<b>22651</b>	79,44%

**Tabela 147: E. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Municipal**

<b>E. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	2	3	66,67%
<b>ABC</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	66,67%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	66,67%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>43</b>	<b>54</b>	79,63%
<b>Brasil</b>	<b>162</b>	<b>271</b>	59,78%

Tabela 148: F. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Estadual

<b>F. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	46	55	83,64%
São Bernardo do Campo	59	66	89,39%
São Caetano do Sul	8	11	72,73%
<b>ABC</b>	<b>113</b>	<b>132</b>	<b>85,61%</b>
Diadema	30	35	85,71%
Mauá	25	32	78,13%
Ribeirão Pires	12	16	75,00%
Rio Grande da Serra	6	9	66,67%
<b>GABC</b>	<b>186</b>	<b>224</b>	<b>83,04%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3177</b>	<b>3949</b>	<b>80,45%</b>
<b>Brasil</b>	<b>14518</b>	<b>18300</b>	<b>79,33%</b>

Tabela 149: G. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Privada

<b>G. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	33	34	97,06%
São Bernardo do Campo	31	32	96,88%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>76</b>	<b>78</b>	<b>97,44%</b>
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	11	13	84,62%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>111</b>	<b>115</b>	<b>96,52%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2165</b>	<b>2262</b>	<b>95,71%</b>
<b>Brasil</b>	<b>7217</b>	<b>7927</b>	<b>91,04%</b>

**Tabela 150: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Infantil - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6A</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	108	110	98,18%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>228</b>	<b>230</b>	<b>99,13%</b>
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>349</b>	<b>352</b>	<b>99,15%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8183</b>	<b>8352</b>	<b>97,98%</b>
<b>Brasil</b>	<b>74235</b>	<b>84800</b>	<b>87,54%</b>
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESCOLA: 2013</b>	<b>CENSO ESCOLA</b>	

**Tabela 151: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6B</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	51	51	100,00%
São Bernardo do Campo	72	72	100,00%
São Caetano do Sul	20	20	100,00%
<b>ABC</b>	<b>143</b>	<b>143</b>	<b>100,00%</b>
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	<b>100,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5846</b>	<b>5982</b>	<b>97,73%</b>
<b>Brasil</b>	<b>80191</b>	<b>93867</b>	<b>85,43%</b>

**Tabela 152: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6C</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	84	84	100,00%
São Bernardo do Campo	73	73	100,00%
São Caetano do Sul	10	10	100,00%
<b>ABC</b>	<b>167</b>	<b>167</b>	100,00%
Diadema	56	56	100,00%
Mauá	64	64	100,00%
Ribeirão Pires	28	29	96,55%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>325</b>	<b>327</b>	99,39%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4809</b>	<b>4869</b>	98,77%
<b>Brasil</b>	<b>21963</b>	<b>25003</b>	87,84%

**Tabela 153: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6D</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	91	91	100,00%
São Bernardo do Campo	50	50	100,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>158</b>	<b>158</b>	100,00%
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	23	23	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>219</b>	<b>219</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4083</b>	<b>4098</b>	99,63%
<b>Brasil</b>	<b>22452</b>	<b>22651</b>	99,12%

**Tabela 154: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6E</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	0
São Bernardo do Campo	0	0	0
São Caetano do Sul	3	3	100,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>100,00%</b>
Diadema	0	0	0
Mauá	0	0	0
Ribeirão Pires	0	0	0
Rio Grande da Serra	0	0	0
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>100,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>100,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>243</b>	<b>271</b>	<b>89,67%</b>

**Tabela 155: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6F</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	55	55	100,00%
São Bernardo do Campo	66	66	100,00%
São Caetano do Sul	11	11	100,00%
<b>ABC</b>	<b>132</b>	<b>132</b>	<b>100,00%</b>
Diadema	35	35	100,00%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	15	16	93,75%
Rio Grande da Serra	9	9	100,00%
<b>GABC</b>	<b>223</b>	<b>224</b>	<b>99,55%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3907</b>	<b>3949</b>	<b>98,94%</b>
<b>Brasil</b>	<b>16795</b>	<b>18300</b>	<b>91,78%</b>

**Tabela 156: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6G</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	34	34	100,00%
São Bernardo do Campo	32	32	100,00%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	100,00%
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	13	13	100,00%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2257</b>	<b>2262</b>	99,78%
<b>Brasil</b>	<b>7814</b>	<b>7927</b>	98,57%

**Tabela 157: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Infantil - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7A</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	81	82	98,78%
São Bernardo do Campo	104	110	94,55%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>223</b>	<b>230</b>	96,96%
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>344</b>	<b>352</b>	97,73%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7462</b>	<b>8352</b>	89,34%
<b>Brasil</b>	<b>25540</b>	<b>84800</b>	30,12%
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESCOLA: 2013</b>	<b>CENSO ESCOLA</b>	

**Tabela 158: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7B</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	50	51	98,04%
São Bernardo do Campo	66	72	91,67%
São Caetano do Sul	20	20	100,00%
<b>ABC</b>	<b>136</b>	<b>143</b>	<b>95,10%</b>
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>191</b>	<b>198</b>	<b>96,46%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4964</b>	<b>5982</b>	<b>82,98%</b>
<b>Brasil</b>	<b>21355</b>	<b>93867</b>	<b>22,75%</b>

**Tabela 159: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7C</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	83	84	98,81%
São Bernardo do Campo	67	73	91,78%
São Caetano do Sul	10	10	100,00%
<b>ABC</b>	<b>160</b>	<b>167</b>	<b>95,81%</b>
Diadema	55	56	98,21%
Mauá	63	64	98,44%
Ribeirão Pires	23	29	79,31%
Rio Grande da Serra	9	11	81,82%
<b>GABC</b>	<b>310</b>	<b>327</b>	<b>94,80%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4175</b>	<b>4869</b>	<b>85,75%</b>
<b>Brasil</b>	<b>13790</b>	<b>25003</b>	<b>55,15%</b>

**Tabela 160: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7D</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	91	91	100,00%
São Bernardo do Campo	49	50	98,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>157</b>	<b>158</b>	99,37%
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	23	23	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>218</b>	<b>219</b>	99,54%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4001</b>	<b>4098</b>	97,63%
<b>Brasil</b>	<b>18002</b>	<b>22651</b>	79,48%

**Tabela 161: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7E</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	3	3	100,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>38</b>	<b>54</b>	70,37%
<b>Brasil</b>	<b>127</b>	<b>271</b>	46,86%

**Tabela 162: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7F</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	54	55	98,18%
São Bernardo do Campo	62	66	93,94%
São Caetano do Sul	11	11	100,00%
<b>ABC</b>	<b>127</b>	<b>132</b>	<b>96,21%</b>
Diadema	34	35	97,14%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	11	16	68,75%
Rio Grande da Serra	8	9	88,89%
<b>GABC</b>	<b>212</b>	<b>224</b>	<b>94,64%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3417</b>	<b>3949</b>	<b>86,53%</b>
<b>Brasil</b>	<b>10777</b>	<b>18300</b>	<b>58,89%</b>

**Tabela 163: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7G</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	34	34	100,00%
São Bernardo do Campo	32	32	100,00%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	<b>100,00%</b>
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	13	13	100,00%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>100,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2211</b>	<b>2262</b>	<b>97,75%</b>
<b>Brasil</b>	<b>6786</b>	<b>7927</b>	<b>85,61%</b>

**Tabela 164: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Infantil - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8A</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	100,00%
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>352</b>	<b>352</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8343</b>	<b>8352</b>	99,89%
<b>Brasil</b>	<b>78164</b>	<b>84800</b>	92,17%
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESCOLA: 2013</b>	<b>CENSO ESCOLA</b>	

**Tabela 165: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8B</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	51	51	100,00%
São Bernardo do Campo	72	72	100,00%
São Caetano do Sul	20	20	100,00%
<b>ABC</b>	<b>143</b>	<b>143</b>	100,00%
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5965</b>	<b>5982</b>	99,72%
<b>Brasil</b>	<b>83169</b>	<b>93867</b>	88,60%

**Tabela 166: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8C</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	84	84	100,00%
São Bernardo do Campo	73	73	100,00%
São Caetano do Sul	10	10	100,00%
<b>ABC</b>	<b>167</b>	<b>167</b>	100,00%
Diadema	56	56	100,00%
Mauá	64	64	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>327</b>	<b>327</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4864</b>	<b>4869</b>	99,90%
<b>Brasil</b>	<b>24212</b>	<b>25003</b>	96,84%

**Tabela 167: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8D</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	91	91	100,00%
São Bernardo do Campo	50	50	100,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>158</b>	<b>158</b>	100,00%
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	23	23	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>219</b>	<b>219</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4097</b>	<b>4098</b>	99,98%
<b>Brasil</b>	<b>22610</b>	<b>22651</b>	99,82%

**Tabela 168: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8E</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	3	3	100,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	100,00%
<b>Brasil</b>	<b>267</b>	<b>271</b>	98,52%

**Tabela 169: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8F</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	55	55	100,00%
São Bernardo do Campo	66	66	100,00%
São Caetano do Sul	11	11	100,00%
<b>ABC</b>	<b>132</b>	<b>132</b>	100,00%
Diadema	35	35	100,00%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	16	16	100,00%
Rio Grande da Serra	9	9	100,00%
<b>GABC</b>	<b>224</b>	<b>224</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3947</b>	<b>3949</b>	99,95%
<b>Brasil</b>	<b>18187</b>	<b>18300</b>	99,38%

**Tabela 170: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8G</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	34	34	100,00%
São Bernardo do Campo	32	32	100,00%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	100,00%
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	13	13	100,00%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2262</b>	<b>2262</b>	100,00%
<b>Brasil</b>	<b>7922</b>	<b>7927</b>	99,94%

**Tabela 171: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Infantil - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9A</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	100,00%
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>352</b>	<b>352</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7550</b>	<b>8352</b>	90,40%
<b>Brasil</b>	<b>45648</b>	<b>84800</b>	53,83%
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESCOLA: 2013</b>	<b>CENSO ESCOLA</b>	

**Tabela 172: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9B</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	51	51	100,00%
São Bernardo do Campo	72	72	100,00%
São Caetano do Sul	20	20	100,00%
<b>ABC</b>	<b>143</b>	<b>143</b>	100,00%
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5524</b>	<b>5982</b>	92,34%
<b>Brasil</b>	<b>48704</b>	<b>93867</b>	51,89%

**Tabela 173: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9C</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	84	84	100,00%
São Bernardo do Campo	72	73	98,63%
São Caetano do Sul	10	10	100,00%
<b>ABC</b>	<b>166</b>	<b>167</b>	99,40%
Diadema	54	56	96,43%
Mauá	64	64	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>323</b>	<b>327</b>	98,78%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4725</b>	<b>4869</b>	97,04%
<b>Brasil</b>	<b>23162</b>	<b>25003</b>	92,64%

**Tabela 174: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9D</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	90	91	98,90%
São Bernardo do Campo	50	50	100,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>157</b>	<b>158</b>	99,37%
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	22	23	95,65%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>217</b>	<b>219</b>	99,09%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4036</b>	<b>4098</b>	98,49%
<b>Brasil</b>	<b>21596</b>	<b>22651</b>	95,34%

**Tabela 175: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9E</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	3	3	100,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	100,00%
<b>Brasil</b>	<b>256</b>	<b>271</b>	94,46%

**Tabela 176: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9F</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	55	55	100,00%
São Bernardo do Campo	65	66	98,48%
São Caetano do Sul	11	11	100,00%
<b>ABC</b>	<b>131</b>	<b>132</b>	<b>99,24%</b>
Diadema	33	35	94,29%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	16	16	100,00%
Rio Grande da Serra	8	9	88,89%
<b>GABC</b>	<b>220</b>	<b>224</b>	<b>98,21%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3899</b>	<b>3949</b>	<b>98,73%</b>
<b>Brasil</b>	<b>17788</b>	<b>18300</b>	<b>97,20%</b>

**Tabela 177: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9G</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	34	34	100,00%
São Bernardo do Campo	32	32	100,00%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	<b>100,00%</b>
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	12	13	92,31%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>114</b>	<b>115</b>	<b>99,13%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2247</b>	<b>2262</b>	<b>99,34%</b>
<b>Brasil</b>	<b>7859</b>	<b>7927</b>	<b>99,14%</b>

Tabela 178: A. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Infantil - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3A</b>
<b>A. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	13703	2190	6,257077626
São Bernardo do Campo	29494	1885	15,64668435
São Caetano do Sul	5151	78	66,03846154
<b>ABC</b>	<b>48348</b>	<b>4153</b>	11,64170479
Diadema	11411	103	110,7864078
Mauá	11881	298	39,86912752
Ribeirão Pires	4127	188	21,95212766
Rio Grande da Serra	1314	29	45,31034483
<b>GABC</b>	<b>77081</b>	<b>4771</b>	16,15615175
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1296241</b>	<b>41312</b>	31,37686387
<b>Brasil</b>	<b>5316464</b>	<b>265735</b>	20,00663819
<b>FONTE: CENSO ESCOLA, 2013</b>		CENSO ESCOLA	

Tabela 179: B. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3B</b>
<b>B. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Municipal</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	18482	548	33,72627737
São Bernardo do Campo	40755	9342	4,362556198
São Caetano do Sul	11220	3306	3,393829401
<b>ABC</b>	<b>70457</b>	<b>13196</b>	5,339269476
Diadema	12956	243	53,31687243
Mauá	3214	174	18,47126437
Ribeirão Pires	3420	105	32,57142857
Rio Grande da Serra	176	1	176
<b>GABC</b>	<b>90223</b>	<b>13719</b>	6,576499745
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2296856</b>	<b>99937</b>	22,98303931
<b>Brasil</b>	<b>16154337</b>	<b>502355</b>	32,15721352

Tabela 180: C. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Estadual

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3C</b>
<b>C. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Estadual</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	41990	1208	34,75993377
São Bernardo do Campo	42515	1197	35,51796157
São Caetano do Sul	2783	83	33,53012048
<b>ABC</b>	<b>87288</b>	<b>2488</b>	35,08360129
Diadema	39302	722	54,43490305
Mauá	44389	800	55,48625
Ribeirão Pires	9696	330	29,38181818
Rio Grande da Serra	5091	108	47,13888889
<b>GABC</b>	<b>185766</b>	<b>4448</b>	41,76393885
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2332719</b>	<b>63623</b>	36,66471245
<b>Brasil</b>	<b>8516086</b>	<b>367986</b>	23,14241846

Tabela 181: D. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Privada

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3D</b>
<b>D. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Fund - Privada</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	24793	1670	14,84610778
São Bernardo do Campo	19190	1935	9,917312661
São Caetano do Sul	5936	558	10,63799283
<b>ABC</b>	<b>49919</b>	<b>4163</b>	11,99111218
Diadema	7369	471	15,64543524
Mauá	6949	415	16,74457831
Ribeirão Pires	2314	117	19,77777778
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>66551</b>	<b>5166</b>	12,88250097
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1005399</b>	<b>85625</b>	11,74188613
<b>Brasil</b>	<b>4374841</b>	<b>260234</b>	16,81118148

Tabela 182: Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3E</b>
<b>E. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	1945	100	19,45
<b>ABC</b>	<b>1945</b>	<b>100</b>	19,45
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>1945</b>	<b>100</b>	19,45
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>24470</b>	<b>1702</b>	14,37720329
<b>Brasil</b>	<b>62629</b>	<b>4529</b>	13,82843895

Tabela 183: F. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Estadual

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3F</b>
<b>F. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Estadual</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	23966	1097	21,84685506
São Bernardo do Campo	31249	1454	21,49174691
São Caetano do Sul	4736	198	23,91919192
<b>ABC</b>	<b>59951</b>	<b>2749</b>	21,80829393
Diadema	18769	644	29,14440994
Mauá	17832	458	38,93449782
Ribeirão Pires	4743	363	13,0661157
Rio Grande da Serra	1975	97	20,36082474
<b>GABC</b>	<b>103270</b>	<b>4311</b>	23,95499884
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1588185</b>	<b>75953</b>	20,9101023
<b>Brasil</b>	<b>7046953</b>	<b>331329</b>	21,26874798

Tabela 184: G. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Privada

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3G</b>
<b>G. Razão computador com acesso à Internet-aluno - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Aluno</b>	<b>PC</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	7392	1164	6,350515464
São Bernardo do Campo	5899	1651	3,572986069
São Caetano do Sul	1913	478	4,00209205
<b>ABC</b>	<b>15204</b>	<b>3293</b>	4,617066505
Diadema	1392	364	3,824175824
Mauá	1686	323	5,219814241
Ribeirão Pires	609	112	5,4375
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>18891</b>	<b>4092</b>	4,616568915
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>275975</b>	<b>73607</b>	3,749303735
<b>Brasil</b>	<b>1065039</b>	<b>204172</b>	5,216381286

Tabela 185: A. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Infantil - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>4</b>
<b>A. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	79	82	96,34%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	37	38	97,37%
<b>ABC</b>	<b>226</b>	<b>230</b>	98,26%
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	24	29	82,76%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>342</b>	<b>352</b>	97,16%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>6737</b>	<b>8352</b>	80,66%
<b>Brasil</b>	<b>31428</b>	<b>84800</b>	37,06%
<b>FONTE</b>	CENSO ESCOLA- 2013		

Tabela 186: B. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Municipal

<b>B. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	50	51	98,04%
São Bernardo do Campo	71	72	98,61%
São Caetano do Sul	18	20	90,00%
<b>ABC</b>	<b>139</b>	<b>143</b>	<b>97,20%</b>
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	8	9	88,89%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>193</b>	<b>198</b>	<b>97,47%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5190</b>	<b>5982</b>	<b>86,76%</b>
<b>Brasil</b>	<b>34754</b>	<b>93867</b>	<b>37,02%</b>

Tabela 187: C. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Estadual

<b>C. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	78	84	92,86%
São Bernardo do Campo	69	73	94,52%
São Caetano do Sul	7	10	70,00%
<b>ABC</b>	<b>154</b>	<b>167</b>	<b>92,22%</b>
Diadema	52	56	92,86%
Mauá	64	64	100,00%
Ribeirão Pires	28	29	96,55%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>308</b>	<b>327</b>	<b>94,19%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4522</b>	<b>4869</b>	<b>92,87%</b>
<b>Brasil</b>	<b>21822</b>	<b>25003</b>	<b>87,28%</b>

**Tabela 188: D. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Privada**

<b>D. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Fund. - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	89	91	97,80%
São Bernardo do Campo	49	50	98,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>155</b>	<b>158</b>	<b>98,10%</b>
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	22	23	95,65%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>215</b>	<b>219</b>	<b>98,17%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3947</b>	<b>4098</b>	<b>96,32%</b>
<b>Brasil</b>	<b>20836</b>	<b>22651</b>	<b>91,99%</b>

**Tabela 189: E. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio. - Municipal**

<b>E. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio. - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	2	3	66,67%
<b>ABC</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>66,67%</b>
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>66,67%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>50</b>	<b>54</b>	<b>92,59%</b>
<b>Brasil</b>	<b>206</b>	<b>271</b>	<b>76,01%</b>

**Tabela 190: F. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Estadual**

<b>F. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	50	55	90,91%
São Bernardo do Campo	62	66	93,94%
São Caetano do Sul	8	11	72,73%
<b>ABC</b>	<b>120</b>	<b>132</b>	<b>90,91%</b>
Diadema	32	35	91,43%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	15	16	93,75%
Rio Grande da Serra	8	9	88,89%
<b>GABC</b>	<b>207</b>	<b>224</b>	<b>92,41%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3727</b>	<b>3949</b>	<b>94,38%</b>
<b>Brasil</b>	<b>17090</b>	<b>18300</b>	<b>93,39%</b>

**Tabela 191: G. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Privada**

<b>G. Proporção de escolas com acesso à Internet - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ acesso internet</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	33	34	97,06%
São Bernardo do Campo	31	32	96,88%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>76</b>	<b>78</b>	<b>97,44%</b>
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	13	13	100,00%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>113</b>	<b>115</b>	<b>98,26%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2213</b>	<b>2262</b>	<b>97,83%</b>
<b>Brasil</b>	<b>7807</b>	<b>7927</b>	<b>98,49%</b>

**Tabela 192: A. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Infantil - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>5A</b>
<b>A. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	72	82	87,80%
São Bernardo do Campo	100	110	90,91%
São Caetano do Sul	30	38	78,95%
<b>ABC</b>	<b>202</b>	<b>230</b>	<b>87,83%</b>
Diadema	42	45	93,33%
Mauá	33	37	89,19%
Ribeirão Pires	21	29	72,41%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>308</b>	<b>352</b>	<b>87,50%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5945</b>	<b>8352</b>	<b>71,18%</b>
<b>Brasil</b>	<b>24239</b>	<b>84800</b>	<b>28,58%</b>
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ESCOLA - 2013</b>		

**Tabela 193: B. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Municipal**

<b>B. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	46	51	90,20%
São Bernardo do Campo	70	72	97,22%
São Caetano do Sul	18	20	90,00%
<b>ABC</b>	<b>134</b>	<b>143</b>	<b>93,71%</b>
Diadema	25	27	92,59%
Mauá	15	16	93,75%
Ribeirão Pires	6	9	66,67%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>183</b>	<b>198</b>	<b>92,42%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4728</b>	<b>5982</b>	<b>79,04%</b>
<b>Brasil</b>	<b>27597</b>	<b>93867</b>	<b>29,40%</b>

Tabela 194: C. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Estadual

<b>C. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	Escolas c/ internet banda larga	Total Escolas - Estadual	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	70	84	83,33%
São Bernardo do Campo	65	73	89,04%
São Caetano do Sul	7	10	70,00%
<b>ABC</b>	<b>142</b>	<b>167</b>	<b>85,03%</b>
Diadema	47	56	83,93%
Mauá	50	64	78,13%
Ribeirão Pires	22	29	75,86%
Rio Grande da Serra	7	11	63,64%
<b>GABC</b>	<b>268</b>	<b>327</b>	<b>81,96%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3879</b>	<b>4869</b>	<b>79,67%</b>
<b>Brasil</b>	<b>18376</b>	<b>25003</b>	<b>73,50%</b>

Tabela 195: D. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Privada

<b>D. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Fund. - Privada</b>			
	Escolas c/ internet banda larga	Total Escolas - Privada	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	89	91	97,80%
São Bernardo do Campo	49	50	98,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>155</b>	<b>158</b>	<b>98,10%</b>
Diadema	28	29	96,55%
Mauá	19	23	82,61%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>211</b>	<b>219</b>	<b>96,35%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3846</b>	<b>4098</b>	<b>93,85%</b>
<b>Brasil</b>	<b>17994</b>	<b>22651</b>	<b>79,44%</b>

**Tabela 196: E. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Municipal**

<b>E. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	2	3	66,67%
<b>ABC</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	66,67%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	66,67%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>43</b>	<b>54</b>	79,63%
<b>Brasil</b>	<b>162</b>	<b>271</b>	59,78%

**Tabela 197: F. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Estadual**

<b>F. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	46	55	83,64%
São Bernardo do Campo	59	66	89,39%
São Caetano do Sul	8	11	72,73%
<b>ABC</b>	<b>113</b>	<b>132</b>	85,61%
Diadema	30	35	85,71%
Mauá	25	32	78,13%
Ribeirão Pires	12	16	75,00%
Rio Grande da Serra	6	9	66,67%
<b>GABC</b>	<b>186</b>	<b>224</b>	83,04%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3177</b>	<b>3949</b>	80,45%
<b>Brasil</b>	<b>14518</b>	<b>18300</b>	79,33%

**Tabela 198: G. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Privada**

<b>G. Proporção de escolas com acesso à Internet Banda Larga - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ internet banda larga</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	33	34	97,06%
São Bernardo do Campo	31	32	96,88%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>76</b>	<b>78</b>	97,44%
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	11	13	84,62%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>111</b>	<b>115</b>	96,52%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2165</b>	<b>2262</b>	95,71%
<b>Brasil</b>	<b>7217</b>	<b>7927</b>	91,04%

**Tabela 199: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Infantil - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6A</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	108	110	98,18%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>228</b>	<b>230</b>	99,13%
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>349</b>	<b>352</b>	99,15%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8183</b>	<b>8352</b>	97,98%
<b>Brasil</b>	<b>74235</b>	<b>84800</b>	87,54%
<b>FONTE- Censo Escola, 2013</b>			

**Tabela 200: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6B</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	51	51	100,00%
São Bernardo do Campo	72	72	100,00%
São Caetano do Sul	20	20	100,00%
<b>ABC</b>	<b>143</b>	<b>143</b>	100,00%
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5846</b>	<b>5982</b>	97,73%
<b>Brasil</b>	<b>80191</b>	<b>93867</b>	85,43%

**Tabela 201: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6C</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	84	84	100,00%
São Bernardo do Campo	73	73	100,00%
São Caetano do Sul	10	10	100,00%
<b>ABC</b>	<b>167</b>	<b>167</b>	100,00%
Diadema	56	56	100,00%
Mauá	64	64	100,00%
Ribeirão Pires	28	29	96,55%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>325</b>	<b>327</b>	99,39%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4809</b>	<b>4869</b>	98,77%
<b>Brasil</b>	<b>21963</b>	<b>25003</b>	87,84%

**Tabela 202: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6D</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Geral - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	91	91	100,00%
São Bernardo do Campo	50	50	100,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>158</b>	<b>158</b>	100,00%
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	23	23	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>219</b>	<b>219</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4083</b>	<b>4098</b>	99,63%
<b>Brasil</b>	<b>22452</b>	<b>22651</b>	99,12%

**Tabela 203: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6E</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	3	3	100,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	100,00%
<b>Brasil</b>	<b>243</b>	<b>271</b>	89,67%

**Tabela 204: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6F</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	55	55	100,00%
São Bernardo do Campo	66	66	100,00%
São Caetano do Sul	11	11	100,00%
<b>ABC</b>	<b>132</b>	<b>132</b>	100,00%
Diadema	35	35	100,00%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	15	16	93,75%
Rio Grande da Serra	9	9	100,00%
<b>GABC</b>	<b>223</b>	<b>224</b>	99,55%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3907</b>	<b>3949</b>	98,94%
<b>Brasil</b>	<b>16795</b>	<b>18300</b>	91,78%

**Tabela 205: Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>6G</b>
<b>Proporção de escolas com oferecimento de água filtrada aos estudantes - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ água filtrada aos estudantes</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	34	34	100,00%
São Bernardo do Campo	32	32	100,00%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	100,00%
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	13	13	100,00%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2257</b>	<b>2262</b>	99,78%
<b>Brasil</b>	<b>7814</b>	<b>7927</b>	98,57%

**Tabela 206: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Infantil - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7A</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	81	82	98,78%
São Bernardo do Campo	104	110	94,55%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>223</b>	<b>230</b>	<b>96,96%</b>
Diadema	44	45	97,78%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>344</b>	<b>352</b>	<b>97,73%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7462</b>	<b>8352</b>	<b>89,34%</b>
<b>Brasil</b>	<b>25540</b>	<b>84800</b>	<b>30,12%</b>
<b>FONTE: Censo Escola, 2013.</b>			

**Tabela 207: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7B</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	50	51	98,04%
São Bernardo do Campo	66	72	91,67%
São Caetano do Sul	20	20	100,00%
<b>ABC</b>	<b>136</b>	<b>143</b>	<b>95,10%</b>
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>191</b>	<b>198</b>	<b>96,46%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4964</b>	<b>5982</b>	<b>82,98%</b>
<b>Brasil</b>	<b>21355</b>	<b>93867</b>	<b>22,75%</b>

**Tabela 208: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7C</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	83	84	98,81%
São Bernardo do Campo	67	73	91,78%
São Caetano do Sul	10	10	100,00%
<b>ABC</b>	<b>160</b>	<b>167</b>	<b>95,81%</b>
Diadema	55	56	98,21%
Mauá	63	64	98,44%
Ribeirão Pires	23	29	79,31%
Rio Grande da Serra	9	11	81,82%
<b>GABC</b>	<b>310</b>	<b>327</b>	<b>94,80%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4175</b>	<b>4869</b>	<b>85,75%</b>
<b>Brasil</b>	<b>13790</b>	<b>25003</b>	<b>55,15%</b>

**Tabela 209: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7D</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Geral - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	91	91	100,00%
São Bernardo do Campo	49	50	98,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>157</b>	<b>158</b>	<b>99,37%</b>
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	23	23	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>218</b>	<b>219</b>	<b>99,54%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4001</b>	<b>4098</b>	<b>97,63%</b>
<b>Brasil</b>	<b>18002</b>	<b>22651</b>	<b>79,48%</b>

**Tabela 210: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7E</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	3	3	100,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>38</b>	<b>54</b>	70,37%
<b>Brasil</b>	<b>127</b>	<b>271</b>	46,86%

**Tabela 211: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7F</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	54	55	98,18%
São Bernardo do Campo	62	66	93,94%
São Caetano do Sul	11	11	100,00%
<b>ABC</b>	<b>127</b>	<b>132</b>	96,21%
Diadema	34	35	97,14%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	11	16	68,75%
Rio Grande da Serra	8	9	88,89%
<b>GABC</b>	<b>212</b>	<b>224</b>	94,64%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3417</b>	<b>3949</b>	86,53%
<b>Brasil</b>	<b>10777</b>	<b>18300</b>	58,89%

Tabela 212: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Privada

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>7G</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ esgoto rede pública</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	34	34	100,00%
São Bernardo do Campo	32	32	100,00%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	100,00%
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	13	13	100,00%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2211</b>	<b>2262</b>	97,75%
<b>Brasil</b>	<b>6786</b>	<b>7927</b>	85,61%

Tabela 213: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Infantil - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8A</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	100,00%
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>352</b>	<b>352</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8343</b>	<b>8352</b>	99,89%
<b>Brasil</b>	<b>78164</b>	<b>84800</b>	92,17%
<b>FONTE: Censo Escola, 2013</b>			

Tabela 214: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8B</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	51	51	100,00%
São Bernardo do Campo	72	72	100,00%
São Caetano do Sul	20	20	100,00%
<b>ABC</b>	<b>143</b>	<b>143</b>	100,00%
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5965</b>	<b>5982</b>	99,72%
<b>Brasil</b>	<b>83169</b>	<b>93867</b>	88,60%

Tabela 215: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Estadual

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8C</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	84	84	100,00%
São Bernardo do Campo	73	73	100,00%
São Caetano do Sul	10	10	100,00%
<b>ABC</b>	<b>167</b>	<b>167</b>	100,00%
Diadema	56	56	100,00%
Mauá	64	64	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>327</b>	<b>327</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4864</b>	<b>4869</b>	99,90%
<b>Brasil</b>	<b>24212</b>	<b>25003</b>	96,84%

**Tabela 216: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8D</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Geral - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	91	91	100,00%
São Bernardo do Campo	50	50	100,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>158</b>	<b>158</b>	100,00%
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	23	23	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>219</b>	<b>219</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4097</b>	<b>4098</b>	99,98%
<b>Brasil</b>	<b>22610</b>	<b>22651</b>	99,82%

**Tabela 217: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8E</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	3	3	100,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	100,00%
<b>Brasil</b>	<b>267</b>	<b>271</b>	98,52%

**Tabela 218: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Estadual**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8F</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	55	55	100,00%
São Bernardo do Campo	66	66	100,00%
São Caetano do Sul	11	11	100,00%
<b>ABC</b>	<b>132</b>	<b>132</b>	100,00%
Diadema	35	35	100,00%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	16	16	100,00%
Rio Grande da Serra	9	9	100,00%
<b>GABC</b>	<b>224</b>	<b>224</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3947</b>	<b>3949</b>	99,95%
<b>Brasil</b>	<b>18187</b>	<b>18300</b>	99,38%

**Tabela 219: Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Privada**

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>8G</b>
<b>Proporção de escolas atendidas pela rede pública de energia elétrica - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ energia rede pública</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	34	34	100,00%
São Bernardo do Campo	32	32	100,00%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	100,00%
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	13	13	100,00%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2262</b>	<b>2262</b>	100,00%
<b>Brasil</b>	<b>7922</b>	<b>7927</b>	99,94%

Tabela 220: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Infantil - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9A</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Infantil - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	82	82	100,00%
São Bernardo do Campo	110	110	100,00%
São Caetano do Sul	38	38	100,00%
<b>ABC</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	100,00%
Diadema	45	45	100,00%
Mauá	37	37	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	11	11	100,00%
<b>GABC</b>	<b>352</b>	<b>352</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7550</b>	<b>8352</b>	90,40%
<b>Brasil</b>	<b>45648</b>	<b>84800</b>	53,83%
<b>FONTE: Censo Escola, 2013</b>			

Tabela 221: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9B</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	51	51	100,00%
São Bernardo do Campo	72	72	100,00%
São Caetano do Sul	20	20	100,00%
<b>ABC</b>	<b>143</b>	<b>143</b>	100,00%
Diadema	27	27	100,00%
Mauá	16	16	100,00%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	3	3	100,00%
<b>GABC</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	100,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5524</b>	<b>5982</b>	92,34%
<b>Brasil</b>	<b>48704</b>	<b>93867</b>	51,89%

Tabela 222: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Estadual

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9C</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	84	84	100,00%
São Bernardo do Campo	72	73	98,63%
São Caetano do Sul	10	10	100,00%
<b>ABC</b>	<b>166</b>	<b>167</b>	<b>99,40%</b>
Diadema	54	56	96,43%
Mauá	64	64	100,00%
Ribeirão Pires	29	29	100,00%
Rio Grande da Serra	10	11	90,91%
<b>GABC</b>	<b>323</b>	<b>327</b>	<b>98,78%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4725</b>	<b>4869</b>	<b>97,04%</b>
<b>Brasil</b>	<b>23162</b>	<b>25003</b>	<b>92,64%</b>

Tabela 223: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Privada

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9D</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Geral - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	90	91	98,90%
São Bernardo do Campo	50	50	100,00%
São Caetano do Sul	17	17	100,00%
<b>ABC</b>	<b>157</b>	<b>158</b>	<b>99,37%</b>
Diadema	29	29	100,00%
Mauá	22	23	95,65%
Ribeirão Pires	9	9	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>217</b>	<b>219</b>	<b>99,09%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>4036</b>	<b>4098</b>	<b>98,49%</b>
<b>Brasil</b>	<b>21596</b>	<b>22651</b>	<b>95,34%</b>

Tabela 224: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Municipal

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9E</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Municipal</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Municipal</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	3	3	100,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>100,00%</b>
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>100,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>100,00%</b>
<b>Brasil</b>	<b>256</b>	<b>271</b>	<b>94,46%</b>

Tabela 225: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Estadual

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9F</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Fund. - Estadual</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Estadual</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	55	55	100,00%
São Bernardo do Campo	65	66	98,48%
São Caetano do Sul	11	11	100,00%
<b>ABC</b>	<b>131</b>	<b>132</b>	<b>99,24%</b>
Diadema	33	35	94,29%
Mauá	32	32	100,00%
Ribeirão Pires	16	16	100,00%
Rio Grande da Serra	8	9	88,89%
<b>GABC</b>	<b>220</b>	<b>224</b>	<b>98,21%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>3899</b>	<b>3949</b>	<b>98,73%</b>
<b>Brasil</b>	<b>17788</b>	<b>18300</b>	<b>97,20%</b>

Tabela 226: Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Privada

<b>META</b>			<b>7</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>9G</b>
<b>Proporção de escolas com computadores para uso administrativo - Ens. Médio - Privada</b>			
	<b>Escolas c/ PC p/ uso adm</b>	<b>Total Escolas - Privada</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	34	34	100,00%
São Bernardo do Campo	32	32	100,00%
São Caetano do Sul	12	12	100,00%
<b>ABC</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	100,00%
Diadema	17	17	100,00%
Mauá	12	13	92,31%
Ribeirão Pires	7	7	100,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>114</b>	<b>115</b>	99,13%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2247</b>	<b>2262</b>	99,34%
<b>Brasil</b>	<b>7859</b>	<b>7927</b>	99,14%

## **Elevação da Escolaridade da população de 18 a 29 anos**

### **Meta 8 – Plano Municipal de Educação**

**Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações da região de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).**

8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para a correção de fluxo, para o acompanhamento pedagógico individualizado e para a recuperação, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.

8.2) Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, em todos os períodos do dia (manhã, tarde e noite) enquanto houver demanda, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3) Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e/ou de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

8.4) Criar mecanismos específicos das áreas de saúde e assistência social para atender exclusivamente à demanda da educação, com equipe multiprofissional, promovendo o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado

de São Paulo para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses(as) estudantes na rede pública regular de ensino.

8.5) Promover a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

Tabela 227: Distribuição de indivíduos na faixa de 18 a 29 anos segundo os anos de estudo

<b>META</b>			<b>8</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1</b>
<b>Distribuição de indivíduos na faixa de 18 a 29 anos segundo os anos de estudo</b>			
<b>Cidades</b>	<b>Anos de Escolaridade</b>	<b>n</b>	<b>Distribuição</b>
Santo André	0-4	3	1,282051282
	5-8	12	5,128205128
	9-11	101	43,16239316
	12-15	102	43,58974359
	16 ou mais	16	6,837606838
	Total	234	100
São Bernardo do Campo	0-4		0
	5-8	12	4,838709677
	9-11	124	50
	12-15	102	41,12903226
	16 ou mais	10	4,032258065
	Total	248	100
São Caetano do Sul	0-4	2	1,257861635
	5-8	8	5,031446541
	9-11	47	29,55974843
	12-15	84	52,83018868
	16 ou mais	18	11,32075472
	Total	159	100
ABC	<b>0-4</b>	<b>5</b>	<b>0,780031201</b>
	<b>5-8</b>	<b>32</b>	<b>4,992199688</b>
	<b>9-11</b>	<b>272</b>	<b>42,43369735</b>
	<b>12-15</b>	<b>288</b>	<b>44,92979719</b>
	<b>16 ou mais</b>	<b>44</b>	<b>6,864274571</b>
	<b>Total</b>	<b>641</b>	<b>100</b>

Diadema	0-4	3	1,734104046
	5-8	21	12,13872832
	9-11	125	72,25433526
	12-15	23	13,29479769
	16 ou mais	1	0,578034682
	Total	173	100
Mauá	0-4	3	1,675977654
	5-8	25	13,96648045
	9-11	132	73,74301676
	12-15	17	9,497206704
	16 ou mais	2	1,117318436
	Total	179	100
Ribeirão Pires	0-4	2	1,481481481
	5-8	18	13,33333333
	9-11	87	64,44444444
	12-15	26	19,25925926
	16 ou mais	2	1,481481481
	Total	135	100
Rio Grande da Serra	0-4	7	4,093567251
	5-8	21	12,28070175
	9-11	122	71,34502924
	12-15	17	9,941520468
	16 ou mais	4	2,339181287
	Total	171	100
GABC	<b>0-4</b>	<b>20</b>	<b>1,539645881</b>
	<b>5-8</b>	<b>117</b>	<b>9,006928406</b>
	<b>9-11</b>	<b>738</b>	<b>56,81293303</b>
	<b>12-15</b>	<b>371</b>	<b>28,5604311</b>
	<b>16 ou mais</b>	<b>53</b>	<b>4,080061586</b>
	<b>Total</b>	<b>1299</b>	<b>100</b>
FONTE		Pesq Socioeconomica INPES - 2013	Pesq Socioeconomica INPES

Tabela 228: Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos (média, mediana, desvio-padrão, quartis)

<b>META</b>			<b>8</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2</b>
<b>Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos (média, mediana, desvio-padrão, quartis)</b>			
<b>Cidades</b>	<b>Anos de Escolaridade</b>	<b>N</b>	
Santo André	Média	12,1496	
	Mediana	12,0000	
	Desvio-Padrão	2,41754	
	25	11,0000	
	50	12,0000	
	75	14,0000	
São Bernardo do Campo	Média	12,0242	
	Mediana	11,0000	
	Desvio-Padrão	2,03795	
	25	11,0000	
	50	11,0000	
	75	13,0000	
São Caetano do Sul	Média	12,5220	
	Mediana	12,0000	
	Desvio-Padrão	2,65253	
	25	11,0000	
	50	12,0000	
	75	15,0000	

ABC	<b>Média</b>	<b>12,1934</b>	
	<b>Mediana</b>	<b>12,0000</b>	
	<b>Desvio-Padrão</b>	<b>2,34654</b>	
	<b>25</b>	<b>11,0000</b>	
	<b>50</b>	<b>12,0000</b>	
	<b>75</b>	<b>14,0000</b>	
Diadema	Média	10,5780	
	Mediana	11,0000	
	Desvio-Padrão	1,92323	
	25	10,0000	
	50	11,0000	
	75	11,0000	
Mauá	Média	10,3575	
	Mediana	11,0000	
	Desvio-Padrão	2,26492	
	25	10,0000	
	50	11,0000	
	75	11,0000	
Ribeirão Pires	Média	10,7111	
	Mediana	11,0000	
	Desvio-Padrão	2,49138	
	25	11,0000	
	50	11,0000	
	75	11,0000	
Rio Grande da Serra	Média	10,3333	
	Mediana	11,0000	

	Desvio- Padrão	2,59411	
	25	10,0000	
	50	11,0000	
	75	11,0000	
<b>GABC</b>	<b>Média</b>	<b>11,3264</b>	
	<b>Mediana</b>	<b>11,0000</b>	
	<b>Desvio- Padrão</b>	<b>2,48503</b>	
	<b>25</b>	<b>11,0000</b>	
	<b>50</b>	<b>11,0000</b>	
	<b>75</b>	<b>12,0000</b>	
FONTE		Pesq Socioeconomica INPES	
ANO		2013	

**Tabela 229: Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos - 25% mais pobres e 25% mais ricos (média, mediana, desvio-padrão, quartis)**

<b>META</b>		<b>8</b>	
<b>INDICADOR</b>		<b>3</b>	
<b>Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos - 25% mais pobres e 25% mais ricos (média, mediana, desvio-padrão, quartis)</b>			
Cidades	Anos de Escolaridade	25% mais Pobres	25% mais Ricos
Santo André	Média	11,0172	13,1034
	Mediana	11,0000	13,0000
	Desvio-Padrão	2,43866	2,27642
	25	10,7500	11,0000
	50	11,0000	13,0000
	75	12,0000	15,0000
São Bernardo do Campo	Média	11,3810	12,8730
	Mediana	11,0000	12,0000
	Desvio-Padrão	2,01149	1,97151
	25	11,0000	11,0000
	50	11,0000	12,0000
	75	12,0000	15,0000
São Caetano do Sul	Média	11,7805	13,7561
	Mediana	12,0000	15,0000
	Desvio-Padrão	2,81525	3,02308
	25	11,0000	12,0000
	50	12,0000	15,0000
	75	13,5000	16,0000

ABC	<b>Média</b>	<b>11,3519</b>	<b>13,1790</b>
	<b>Mediana</b>	<b>11,0000</b>	<b>13,0000</b>
	<b>Desvio-Padrão</b>	<b>2,39168</b>	<b>2,39281</b>
	<b>25</b>	<b>11,0000</b>	<b>11,0000</b>
	<b>50</b>	<b>11,0000</b>	<b>13,0000</b>
	<b>75</b>	<b>12,0000</b>	<b>15,0000</b>
Diadema	Média	9,7442	11,0233
	Mediana	11,0000	11,0000
	Desvio-Padrão	2,08273	1,79269
	25	9,0000	10,0000
	50	11,0000	11,0000
	75	11,0000	11,0000
Mauá	Média	10,0408	10,8478
	Mediana	11,0000	11,0000
	Desvio-Padrão	2,76103	2,63285
	25	9,0000	10,0000
	50	11,0000	11,0000
	75	11,0000	11,0000
Ribeirão Pires	Média	10,2941	10,5882
	Mediana	11,0000	11,0000
	Desvio-Padrão	2,45603	2,68687
	25	8,7500	11,0000
	50	11,0000	11,0000
	75	11,0000	11,0000
Rio Grande da Serra	Média	9,1395	11,2500

	Mediana	10,0000	11,0000
	Desvio- Padrão	2,24225	3,05092
	25	8,0000	11,0000
	50	10,0000	11,0000
	75	11,0000	12,0000
<b>GABC</b>	<b>Média</b>	<b>10,5529</b>	<b>12,0456</b>
	<b>Mediana</b>	<b>11,0000</b>	<b>11,0000</b>
	<b>Desvio- Padrão</b>	<b>2,52972</b>	<b>2,71980</b>
	<b>25</b>	<b>10,0000</b>	<b>11,0000</b>
	<b>50</b>	<b>11,0000</b>	<b>11,0000</b>
	<b>75</b>	<b>11,0000</b>	<b>14,0000</b>
<b>FONTE</b>		<b>Pesq Socioeconomica INPES</b>	<b>2013</b>

**Tabela 230: Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos - segundo raça (média, mediana, desvio-padrão, quartis)**

<b>META</b>						<b>8</b>
<b>INDICADOR</b>						<b>1</b>
<b>Estatísticas descritivas dos anos de estudo dos indivíduos na faixa de 18 a 29 anos - segundo raça (média, mediana, desvio-padrão, quartis)</b>						
		<b>Indígena</b>	<b>Branca</b>	<b>Preta</b>	<b>Parda</b>	<b>Amarela</b>
Santo André	Média	8.5	12.5	11,00	10,09	11,00
	Mediana	8.5	13,00	11,00	11,00	11,00
	Desvio-Padrão	0,71	2,78	0,00	2,78	
	25	8,00	11,00	11,00	8,00	11,00
	50	8.5	13,00	11,00	11,00	11,00
	75	-	15,00	11,00	11.25	11,00
São Bernardo do Campo	Média	-	11,87	12,17	11,29	11,00
	Mediana	-	11,00	11,00	11,00	11,00
	Desvio-Padrão	-	1,53	2,40	2,03	
	25	-	11,00	11,00	11,00	11,00
	50	-	11,00	11,00	11,00	11,00
	75	-	12.25	13.25	11.5	11,00
São Caetano do Sul	Média	-	12,41	12,00	10,00	-
	Mediana	-	12,00	13,00	10.5	-
	Desvio-Padrão	-	2,35	3,61	1,55	-
	25	-	11,00	8,00	9.25	-
	50	-	12,00	13,00	10.5	-
	75	-	14,00	-	11,00	-
<b>ABC</b>	<b>Média</b>	<b>8.5</b>	<b>12,24</b>	<b>11,91</b>	<b>10,59</b>	<b>11,00</b>

	<b>Mediana</b>	<b>8.5</b>	<b>12,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>
	<b>Desvio-Padrão</b>	<b>0,71</b>	<b>2,25</b>	<b>2,39</b>	<b>2,39</b>	<b>0,00</b>
	<b>25</b>	<b>8,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>10,00</b>	<b>11,00</b>
	<b>50</b>	<b>8.5</b>	<b>12,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>
	<b>75</b>	<b>-</b>	<b>14,00</b>	<b>13,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>
Diadema	Média	11,00	10,21	10,75	10,51	-
	Mediana	11,00	11,00	11,00	11,00	-
	Desvio-Padrão		1,85	0,5	1,79	-
	25	11,00	9,00	10,25	10,00	-
	50	11,00	11,00	11,00	11,00	-
	75	11,00	11,00	11,00	11,00	-
Mauá	Média	11,00	10,94	10,71	10,08	-
	Mediana	11,00	11,00	11,00	11,00	-
	Desvio-Padrão		2,29	0,76	1,80	-
	25	11,00	11,00	11,00	9,00	-
	50	11,00	11,00	11,00	11,00	-
	75	11,00	11,00	11,00	11,00	-
Ribeirão Pires	Média	-	11,04	10,6	10,5	-
	Mediana	-	11,00	11,00	11,00	-
	Desvio-Padrão	-	2,43	4,98	2,39	-
	25	-	11,00	7,00	9,5	-
	50	-	11,00	11,00	11,00	-
	75	-	12,00	14,00	11,00	-
Rio Grande da Serra	Média	-	10,19	10,63	10,51	-
	Mediana	-	11,00	11,00	11,00	-
	Desvio-Padrão	-	2,64	1,51	2,17	-

	25	-	11,00	9,5	10,00	-
	50	-	11,00	11,00	11,00	-
	75	-	11,00	11,00	11,00	-
<b>GABC</b>	<b>Média</b>	<b>9,75</b>	<b>11,41</b>	<b>11,06</b>	<b>10,44</b>	<b>11,00</b>
	<b>Mediana</b>	<b>10,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>
	<b>Desvio- Padrão</b>	<b>1,50</b>	<b>2,39</b>	<b>2,35</b>	<b>2,10</b>	<b>0,00</b>
	<b>25</b>	<b>8,25</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>10,00</b>	<b>11,00</b>
	<b>50</b>	<b>10,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>
	<b>75</b>	<b>11,00</b>	<b>13,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>	<b>11,00</b>
<b>FONTE</b>		<b>Pesq Socioeconomica INPES</b>	<b>Pesq Socioeconomica INPES</b>	<b>Pesq Socioeconomica INPES</b>	<b>Pesq Socioeconomica INPES</b>	<b>Pesq Socioeconomica INPES</b>
<b>ANO</b>		<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>

## **Elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos**

### **Meta 9 – Plano Municipal de Educação**

**Manter a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais acima de 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) a partir de 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**

9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.4) Realizar chamadas públicas regulares para a educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

9.6) Executar ações de atendimento ao(à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

9.7) Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores(as) e implementação de diretrizes municipais em regime de colaboração.

9.8) Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses(as) alunos(as).

9.9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos(as) empregados(as) com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.10) Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os(as) alunos(as) com deficiência, articulando a rede municipal de educação, a rede estadual e federal de educação profissional, científica e tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.

9.11) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

## **Educação de Jovens e Adultos**

Na história educacional brasileira, a educação básica de adultos começa a ter seu espaço mais definido a partir da década de 1930, quando o país está consolidando seu sistema público de educação elementar.

Tal ampliação da educação elementar, impulsionada pelo governo federal, indicou as diretrizes educacionais para o Brasil, incluindo as responsabilidades dos estados e municípios.

O fim da era da ditadura de Vargas (1945) e da Segunda Guerra Mundial fez com que a educação dos adultos ganhasse destaque, visando ao desenvolvimento de uma educação geral. Esse período foi decisivo, pois a educação de adultos estabelece sua identidade, criando a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947.

Nos primeiros anos, sob a direção do professor Lourenço Filho, a campanha conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-os às diversas regiões do país. Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir na década de 50; iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década. Ainda assim, sobreviveu a rede de ensino supletivo por meio dela implantada, assumida pelos estados e municípios. (p.20).

Discussões posteriores, baseadas em estudos sobre a aprendizagem dos adultos, sobretudo nos Estados Unidos, introduziram nesta modalidade de educação o método conhecido como Laubach de alfabetização (criado pelo missionário protestante norte-americano Frank Charles Laubach – 1884-1970). De acordo com a proposta curricular da Educação para jovens e adultos em Ensino Fundamental

A confiança na capacidade de aprendizagem dos adultos e a difusão de um método de ensino de leitura para adultos conhecido como Laubach inspiraram a iniciativa do Ministério da Educação de produzir pela primeira vez, por ocasião da Campanha de 47, material didático específico para o ensino da leitura e da escrita para os adultos. O primeiro guia de leitura, distribuído pelo ministério em larga escala para as escolas supletivas do

país, orientava o ensino pelo método silábico. As lições partiam de palavras-chave selecionadas e organizadas segundo suas características fonéticas. A função dessas palavras era remeter aos padrões silábicos, estes sim o foco do estudo. As sílabas deveriam ser memorizadas e remontadas para formar outras palavras. As primeiras lições também continham pequenas frases montadas com as mesmas sílabas. Nas lições finais, as frases compunham pequenos textos contendo orientações sobre preservação da saúde, técnicas simples de trabalho e mensagens de moral e civismo. (RIBEIRO, et al, p.21-22).

No final da década de 1950, no entanto, aconteciam muitas críticas à Campanha de Educação de Adultos, apontando seu caráter superficial de aprendizado, o curto tempo de alfabetização e a inadequação do método. Este cenário de críticas possibilitou que um novo paradigma pedagógico emergisse para a educação de adultos, baseado, sobretudo no pensamento de Paulo Freire. O pensamento pedagógico De Paulo Freire inspirou

[...] os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares. Desenvolvendo e aplicando essas novas diretrizes, atuaram os educadores do MEB — Movimento de Educação de Base, ligado à CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dos CPC — Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE — União Nacional dos Estudantes, dos Movimentos de Cultura Popular, que reuniam artistas e intelectuais e tinham apoio de administrações municipais (RIBEIRO, et al, p.22).

No cerne do pensamento, o modelo pedagógico enfatizava a relação entre a problemática educacional, a problemática social e o analfabetismo que, nesse contexto, era interpretado como efeito da situação de pobreza gerada pelas desigualdades sociais.

Sendo assim, tornava-se necessário que a educação atuasse nas desigualdades sociais, produtoras do analfabetismo. Alfabetizar os adultos deveria ter conexões com a realidade existencial dos alunos a partir de um olhar crítico que busca, nas origens dos problemas, as possibilidades de superá-los. Paulo Freire criou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, advogando que a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

O golpe militar de 1964, no entanto, desarticula as ideias e os ideais dos programas de alfabetização e de educação popular espalhados pelo país, que foram vistos pelo governo como uma ameaça à ordem pública. O governo só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, lançando, com tais objetivos, o Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Mais recentemente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é considerada uma modalidade de ensino que vem cumprindo um papel histórico no Brasil, qual seja, atender um grupo de alunos que, por vários motivos, se manteve à margem da educação e, em muitos casos, aqueles que foram excluídos da escola regular.

A ação da EJA está diretamente relacionada à ideia de amortizar, reduzir uma defasagem de estudo, ou melhor, uma dívida social que o Brasil tem em relação ao cidadão comum, que foi alijado dos estudos na idade correta.

Tal defasagem educacional no Brasil reforça a exclusão social que deixa parte da população sem o direito de compreender sobre os bens culturais, de se apropriar e participar do mundo do trabalho e, sobretudo, de desempenhar sua cidadania.

Esse resgate não pode ser tratado emergencialmente, mas sim de forma sistemática e continuada, uma vez que jovens e adultos continuam alimentando o contingente com defasagem escolar, seja por não ingressarem na escola, seja por se evadirem dela por múltiplas razões. Tal situação demonstra e reforça um quadro de desigualdades sociais que ainda necessita ser superado.

A EJA está assegurada na Constituição Federal de 1988 (Art. 208), que mostra que o Estado deve garantir o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os cidadãos que a ele não tiverem acesso na idade adequada.

A LDBEN/96 mostra que a Educação de Jovens e Adultos (Art. 37)

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a

permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, as características curriculares, pedagógicas e metodológicas da EJA têm de apresentar flexibilidade no sentido de que:

I – rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos; II – provido suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas; III – valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes; IV – desenvolvida a agregação de competências para o trabalho; V – promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando à maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho; VI – realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos. (DCNEB, 2013, p. 22).

A LDBEN/96 também prevê que os sistemas e as redes de ensino devem oferecer cursos e exames supletivos, a partir da base nacional comum do currículo. Tal situação deve habilitar o aluno para o prosseguimento de estudos. No entanto, tal legislação indica, preferencialmente, que os estudantes desta modalidade de ensino, os jovens e adultos, tenham a oportunidade de desenvolver a Educação Profissional articulada com a Educação Básica (§ 3º do artigo 37 da LDB, incluído pela Lei nº 11.741/2008).

Para participar da EJA, o aluno tem de ter a idade mínima de 15 (quinze) anos completos para a inscrição e realização de exames de conclusão do Ensino Fundamental. Já para o Ensino Médio, a idade é de 18 (dezoito) anos completos.

### **Evolução das matrículas em EJA: Ensino Fundamental e Médio**

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2001	2.636.888	987.376
2002	2.788.113	874.001
2003	3.315.887	980.743
2004	3.419.675	1.157.593
2005	3.395.550	1.223.859
2006	3.516.225	1.345.165
2007	3.084.718	1.278.690
2008	3.001.834	1.276.241
2009	2.810.738	1.239.804

Fonte: Censo Escolar MEC/INEP (2009).

A EJA esteve prevista no primeiro PNE (Lei n. 10.172/01). No capítulo dedicado a esta modalidade de ensino, foi reconhecida a extensão do analfabetismo, absoluto e funcional e, ao mesmo tempo, sua desigual distribuição entre as zonas rural e urbana, as regiões, a idade e o sexo. Tal capítulo trouxe 26 metas, objetivando alfabetizar, em cinco anos, 10 milhões de pessoas; garantir, em cinco anos, a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental a 50% da população jovem e adulta que não tenha alcançado tal escolaridade; oferecer, até o final da década, prosseguimento de estudos nas séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 (quinze) anos ou mais; dobrar, em cinco anos, e quadruplicar, em 10, a capacidade de atendimento nos cursos de EJA de nível médio; e implantar ensino básico e profissionalizante em todas as unidades prisionais e escolas que realizam o atendimento de adolescentes infratores.

O PNE (2011-2020) também trará da EJA, induzindo sua realização, em pelo menos três metas:

**Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE.)

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

Trata-se de, na próxima década, a EJA articular de atuar na elevação da escolaridade, na taxa de analfabetismo e que uma parte de suas matrículas seja articulada com a educação profissional.

#### **Meta 10 – Plano Municipal de Educação**

**Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**

10.1) Manter programa municipal de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

10.2) Expandir, conforme a demanda municipal, as matrículas para o período diurno, na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do(a) trabalhador(a).

10.3) Promover, no município, a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, considerando as especificidades das populações itinerantes.

10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.5) Promover, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, um programa municipal de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6) Diversificar a matriz curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses(as) alunos(as).

10.7) Produzir e/ou adotar material didático, desenvolver currículos e metodologias específicas e instrumentos de avaliação, disponibilizando o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores(as) articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.9) Promover, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, um programa municipal de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.10) Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos

penais, assegurando-se formação específica dos(as) professores(as) e implementação de diretrizes municipais em regime de colaboração.

Tabela 231: Proporção das matrículas no EJA na forma integrada à educação profissional sobre o total de matrículas

<b>META</b>		<b>10</b>	
<b>INDICADOR</b>		<b>1</b>	
<b>Proporção das matrículas no EJA na forma integrada à educação profissional sobre o total de matrículas</b>			
	<b>Alunos EJA c/ ed. Profissional</b>	<b>Total Alunos EJA</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	5889	0,00%
São Bernardo do Campo	0	7929	0,00%
São Caetano do Sul	0	1228	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>15046</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	5985	0,00%
Mauá	0	5525	0,00%
Ribeirão Pires	0	1772	0,00%
Rio Grande da Serra	0	341	0,00%
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>28669</b>	<b>0,00%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>2423</b>	<b>468063</b>	<b>0,52%</b>
<b>Brasil</b>	<b>106008</b>	<b>3830207</b>	<b>2,77%</b>
<b>FONTE</b>	<b>CENSO ALUNO</b>	<b>CENSO ALUNO</b>	
<b>ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	

## **Educação Profissional Técnica**

A Educação Profissional Técnica (EPT), nas últimas três décadas, está baseada na LDBEN/96, expressa nas regulamentações do § 2º do art. 36 e dos Art. 39 a 42. Tal legislação trata, entre outras coisas, dos vínculos do prosseguimento nos estudos e a preparação para o trabalho.

Um pouco depois foi lançado o Decreto n. 2.208, 17 de abril de 1997, que regulamentou a LDBEN/96. Este foi substituído pelo Decreto n. 5.154, 23 de julho de 2004, instituído no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, onde a EPT se manteve como etapa formativa própria, abrindo a possibilidade de sua oferta de forma integrada com o ensino médio.

Em 2008, a Lei n. 11.741 trouxe mudanças para a EPT. Ela alterou os dispositivos da LDBEN/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

A EPT de nível médio, segundo a LDBEN/96 (Art. 36-B), tem de ser desenvolvida, articulada com o Ensino Médio, integrada, na mesma instituição, concomitante, na mesma ou em distintas instituições; subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

As escolas que oferecem EPT podem fazer cursos especiais, abertos à comunidade, com matrícula condicionada à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. Os cursos podem ser de formação inicial e contínua, de qualificação profissional ou livres.

A articulação com o Ensino Médio na organização integrada relaciona-se a um curso único (matrícula única), no qual os diversos componentes curriculares são abordados, levando o aluno à conquista de uma habilitação profissional técnica de nível médio, ao mesmo tempo em que concluem a última etapa da Educação Básica.

### **Segundo as Diretrizes da Educação Básica**

Os cursos técnicos articulados com o Ensino Médio, ofertados na forma concomitante, com dupla matrícula e dupla certificação, podem ocorrer na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou em instituições de ensino distintas, mediante

convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. São admitidas, nos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio, a organização e a estruturação em etapas que possibilitem uma qualificação profissional intermediária. (p.44).

A EPT prevê também: a organização de etapas que possibilitem uma qualificação profissional intermediária; cursos articulados com outras modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e a Educação a Distância), por meio da utilização de diferentes estratégias de educação continuada, podendo ser realizadas na escola ou no trabalho.

Esta modalidade de ensino atrela-se, então, à qualificação, à capacitação, atualização e especialização do trabalhador, em cursos livres e outros, com articulação com o Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância, podendo acontecer na escola ou no trabalho.

De acordo com as Diretrizes da Educação Básica, a EPT

Inclui, nesse sentido, os programas e cursos de Aprendizagem, previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, desenvolvidos por entidades qualificadas e no ambiente de trabalho, através de contrato especial de trabalho. (p.44).

A organização curricular da EPT, segundo as mesmas Diretrizes, define-se

[...] por eixo tecnológico, fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos. Por considerar os conhecimentos tecnológicos pertinentes a cada proposta de formação profissional, os eixos tecnológicos facilitam a organização de itinerários formativos, apontando possibilidades de percursos tanto dentro de um mesmo nível educacional quanto na passagem do nível básico para o superior. (p.44).

A EPT, com sua organização, assegura que as competências e conhecimentos adquiridos no mundo do trabalho sejam objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. O trabalhador tem a possibilidade de ter reconhecido tais conhecimentos e competências que foram construídos profissionalmente.

O currículo da EPT deve ser específico, constar na proposta pedagógica da escola e

[...] considerar os saberes e as experiências incorporados pelo trabalhador, o qual tem o seu próprio saber sobre a tecnologia e seu processo de produção, contemplando as demandas atuais de trabalhadores que estão retornando à escola em busca da Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, é essencial superar a tradicional e ultrapassada redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto meramente operacional, simplificado e linear, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua

apropriação histórico-social e cultural. Como elemento essencial da formação humana do cidadão, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação plena, que possibilite o aprimoramento da sua leitura do mundo, fornecendo-lhes a ferramenta adequada para aperfeiçoar a sua atuação como cidadão de direitos. (DCNEB, 2013, p. 227-228).

Os currículos devem ser organizados com base nos fundamentos norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- relação orgânica com formação geral do ensino médio na preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, na perspectiva do desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva;
- integração entre educação e trabalho, ciência, tecnologia e cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular;
- indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- integração de conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva da articulação entre saberes específicos, tendo a pesquisa como eixo nucleador da prática pedagógica;
- trabalho e pesquisa, respectivamente, como princípios educativo e pedagógico;
- indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- interdisciplinaridade que supere a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular disciplinar;
- contextualização que assegure estratégias favoráveis à compreensão de significados e integrem a teoria à vivência da prática profissional;
- articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos produtivos locais;
- reconhecimento das diversidades dos sujeitos, inclusive de suas realidades étnico-culturais, como a dos negros, quilombolas, povos indígenas e populações do campo;
- reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, que estabelecem novos paradigmas;
- autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade educacional;
- flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais;
- identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem competências profissionais, objetivando desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas socioeconômico-ambientais, configurando o técnico a ser formado;
- atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados com base em ampla e confiável base de dados. (DCNEB, 2013, p. 230).

Assim, os currículos devem ser norteados a partir do fundamento para o trabalho, como princípio educativo, e a pesquisa, como princípio pedagógico. Estes dois princípios norteiam a EPT de Nível Médio em sua organização geral.

## **Meta 11 – Plano Municipal de Educação**

**Aumentar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**

11.1) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública de ensino.

11.2) Promover a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, de forma parcial, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade.

11.3) Em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho, estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do(a) aluno(a), visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.4) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

11.5) Promover e disponibilizar infraestrutura para elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Municipal de Educação para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos(as) por professor para 35 (trinta e cinco).

11.6) Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

11.7) Apoiar a estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho regional e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

11.8) Promover, de 2 (dois) em 2 (dois) anos, atualização dos recursos tecnológicos para o desenvolvimento da prática profissional, em âmbito escolar, assegurando o padrão da qualidade na preparação para o mercado de trabalho.

**Tabela 232: Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>11</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1A</b>
<b>Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal</b>			
	<b>Alunos Ens. Médio prof</b>	<b>Total Alunos Ens. Médio</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André			
São Bernardo do Campo			
São Caetano do Sul			
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	0
Diadema			
Mauá			
Ribeirão Pires			
Rio Grande da Serra			
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	0
<b>Estado de São Paulo</b>			
<b>Brasil</b>			
<b>FONTE</b>	CENSO ALUNO: 2013	CENSO ALUNO	

**Tabela 233: Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal**

<b>META</b>			<b>11</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1B</b>
<b>Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal</b>			
	<b>Alunos Ens. Médio prof</b>	<b>Total Alunos Ens. Médio</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André			
São Bernardo do Campo			
São Caetano do Sul			
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Diadema			
Mauá			
Ribeirão Pires			
Rio Grande da Serra			
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Estado de São Paulo</b>			

Tabela 234: Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal

<b>META</b>			<b>11</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1C</b>
<b>Proporção das matrículas da educação profissional técnica de ensino médio no total de matrículas no Ensino Médio - Municipal</b>			
	<b>Alunos Ens. Médio prof</b>	<b>Total Alunos Ens. Médio</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André			
São Bernardo do Campo			
São Caetano do Sul			
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Diadema			
Mauá			
Ribeirão Pires			
Rio Grande da Serra			
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Estado de São Paulo</b>			
<b>Brasil</b>			

## Educação Superior

### Meta 12 – Plano Municipal de Educação

**Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.**

12.1) Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2) Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão da rede municipal de educação superior.

12.3) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor(a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.4) Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.5) Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

12.6) Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

12.7) Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.8) Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação.

12.9) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.

12.10) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

12.11) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.12) Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.13) Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública.

12.14) Fortalecer as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

## Educação Superior – Pós- graduação

### Meta 13 - Plano Municipal de Educação

**Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.**

13.1) Induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, promovendo e fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, nas quais deverão estar presentes representantes de diversos setores da sociedade (sociedade civil, associações de classe, empresas, outros), bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente, a relação universidade–empresa, a relação universidade–educação básica, a relação universidade–saúde, a relação universidade–comunidade.

13.2) Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulando as necessidades do município aos programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

13.3) Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.4) Criar programas de parcerias entre as IES e as Instituições Municipais de Ensino Médio para atuar com programas de tutoria e nivelamento acadêmico dos estudantes ingressantes no ensino superior, como uma das formas de elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas IES.

13.5) Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais técnico-administrativos da educação superior, a partir de convênios com IES do município.

## **Ampliação de matrículas na pós-graduação**

### **Meta 14 - Plano Municipal de Educação**

**Ampliar o número de matrículas na pós-graduação, *stricto sensu*, de modo a elevar em 20% o número de mestres e doutores.**

14.1) Expandir o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio de programas de fomento do município, com contrapartida social do(a) estudante no âmbito municipal.

14.2) Manter e expandir programa de acervo digital municipal de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.3) Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular daqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências.

14.4) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa, mediante convênios do município com instituições de ensino e pesquisa internacionais.

14.5) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão, a partir da organização de eventos.

14.6) Ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica, a partir de ações articuladas pelo município, incluindo a criação de agência de inovação e incubadoras de empresas.

14.7) Ampliar o investimento na formação de mestres e doutores de modo a atingir a proporção de 10 (dez) mestres e/ou doutores por 1.000 (mil) habitantes do município.

14.8) Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do município e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs, por meio de parcerias e eventos.

14.9) Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorizem a diversidade regional e sua biodiversidade, bem como a geração de emprego e renda na região.

14.10) Estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes, incentivados por uma estrutura de governança do município.

## **Formação dos profissionais da educação**

### **Meta 15 - Plano Municipal de Educação**

**Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art.61 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando-lhes que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtido em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

15.1) Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes no Estado de São Paulo e Município, e definir obrigações recíprocas entre os partícipes.

15.2) Consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

15.3) Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.

15.4) Consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.

15.5) Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para a educação especial.

15.6) Contribuir para a promoção da reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do(a) aluno(a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PME.

15.7) Garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares.

15.8) Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.

15.9) Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da atuação docente, em efetivo exercício.

15.10) Fomentar a oferta e a divulgação de cursos tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.

15.11) Implantar, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para os(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

15.12) Desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, na rede municipal de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

## **Pós-graduação**

### **Meta 16 - Plano Municipal de Educação**

**Formar, em nível de pós-graduação em *lato sensu* e/ou *strictu sensu*, 60% (sessenta por cento) dos professores(as) da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais de educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações da Rede Municipal de Ensino.**

16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado de São Paulo.

16.2) Elaborar um cronograma de forma a atingir o percentual de 60% (sessenta por cento) de formação dos profissionais do magistério em nível de pós-graduação até o final de 2024, com percentual mínimo de implantação, a partir de 2016, de 6% (seis por cento), de forma progressiva até atingir a meta e com continuidade para manutenção da mesma.

16.3) Criar e consolidar política municipal de formação de professores(as) da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.

16.4) Criar, garantir e expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os(as) professores(as) da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.5) Garantir portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores(as) da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

16.6) Criar e ofertar um programa de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores(as) e demais profissionais da educação básica e modalidades de ensino, escolas complementares e autarquias da Rede Municipal de Ensino, para cursos oferecidos por faculdades/universidades dentro do município ou em outras localidades brasileiras.

16.7) Fortalecer a formação dos(as) professores(as) das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Tabela 235: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1A</b>
<b>Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	348	730	47,67%
São Bernardo do Campo	553	1514	36,53%
São Caetano do Sul	73	270	27,04%
<b>ABC</b>	<b>974</b>	<b>2487</b>	<b>39,16%</b>
Diadema	380	915	41,53%
Mauá	308	847	36,36%
Ribeirão Pires	90	506	17,79%
Rio Grande da Serra	20	73	27,40%
<b>GABC</b>	<b>1772</b>	<b>4727</b>	<b>37,49%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>23206</b>	<b>76796</b>	<b>30,22%</b>
<b>Brasil</b>	<b>90302</b>	<b>343707</b>	<b>26,27%</b>
<b>FONTE: Censo Docente, 2013</b>			

Tabela 236: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1B</b>
<b>Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	91	977	9,31%
São Bernardo do Campo	116	578	20,07%
São Caetano do Sul	29	114	25,44%
<b>ABC</b>	<b>236</b>	<b>1667</b>	<b>14,16%</b>
Diadema	39	345	11,30%
Mauá	40	229	17,47%
Ribeirão Pires	7	66	10,61%
Rio Grande da Serra	1	4	25,00%
<b>GABC</b>	<b>323</b>	<b>2309</b>	<b>13,99%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>5035</b>	<b>47430</b>	<b>10,62%</b>
<b>Brasil</b>	<b>16414</b>	<b>153139</b>	<b>10,72%</b>

**Tabela 237: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1C</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	430	860	50,00%
São Bernardo do Campo	503	1563	32,18%
São Caetano do Sul	97	393	24,68%
<b>ABC</b>	<b>1040</b>	<b>2817</b>	36,92%
Diadema	185	503	36,78%
Mauá	56	115	48,70%
Ribeirão Pires	42	131	32,06%
Rio Grande da Serra	2	11	18,18%
<b>GABC</b>	<b>1311</b>	<b>3545</b>	36,98%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>29626</b>	<b>79429</b>	37,30%
<b>Brasil</b>	<b>146556</b>	<b>456022</b>	32,14%

**Tabela 238: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1D</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	126	670	18,81%
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	0	0	#DIV/0!
<b>ABC</b>	<b>126</b>	<b>670</b>	18,81%
Diadema	169	569	29,70%
Mauá	264	986	26,77%
Ribeirão Pires	51	240	21,25%
Rio Grande da Serra	50	131	38,17%
<b>GABC</b>	<b>659</b>	<b>2585</b>	25,49%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7094</b>	<b>31886</b>	22,25%
<b>Brasil</b>	<b>37839</b>	<b>113259</b>	33,41%

**Tabela 239: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1E</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	145	894	16,22%
São Bernardo do Campo	263	654	40,21%
São Caetano do Sul	81	244	33,20%
<b>ABC</b>	<b>476</b>	<b>1766</b>	26,95%
Diadema	50	266	18,80%
Mauá	62	235	26,38%
Ribeirão Pires	21	108	19,44%
Rio Grande da Serra	4	8	50,00%
<b>GABC</b>	<b>611</b>	<b>2369</b>	25,79%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>9380</b>	<b>39032</b>	24,03%
<b>Brasil</b>	<b>31312</b>	<b>165583</b>	18,91%

**Tabela 240: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1F</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	5	13	38,46%
São Caetano do Sul	75	294	25,51%
<b>ABC</b>	<b>80</b>	<b>307</b>	26,06%
Diadema	4	5	80,00%
Mauá	17	31	54,84%
Ribeirão Pires	19	42	45,24%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>119</b>	<b>384</b>	30,99%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>9138</b>	<b>30047</b>	30,41%
<b>Brasil</b>	<b>94448</b>	<b>294228</b>	32,10%

**Tabela 241: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1G</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	455	1677	27,13%
São Bernardo do Campo	574	1968	29,17%
São Caetano do Sul	69	227	30,40%
<b>ABC</b>	<b>1095</b>	<b>3857</b>	28,39%
Diadema	332	1091	30,43%
Mauá	257	1172	21,93%
Ribeirão Pires	100	363	27,55%
Rio Grande da Serra	69	189	36,51%
<b>GABC</b>	<b>1840</b>	<b>6631</b>	27,75%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>21506</b>	<b>91659</b>	23,46%
<b>Brasil</b>	<b>128453</b>	<b>346103</b>	37,11%

**Tabela 242: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1H</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	180	779	23,11%
São Bernardo do Campo	248	676	36,69%
São Caetano do Sul	80	204	39,22%
<b>ABC</b>	<b>478</b>	<b>1595</b>	29,97%
Diadema	57	244	23,36%
Mauá	75	233	32,19%
Ribeirão Pires	24	91	26,37%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>623</b>	<b>2139</b>	29,13%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>9877</b>	<b>37638</b>	26,24%
<b>Brasil</b>	<b>37673</b>	<b>144222</b>	26,12%

**Tabela 243: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>11</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	39	117	33,33%
<b>ABC</b>	<b>39</b>	<b>117</b>	33,33%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>39</b>	<b>117</b>	33,33%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>521</b>	<b>1451</b>	35,91%
<b>Brasil</b>	<b>1851</b>	<b>5384</b>	34,38%

**Tabela 244: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1J</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	393	1418	27,72%
São Bernardo do Campo	477	1690	28,22%
São Caetano do Sul	113	317	35,65%
<b>ABC</b>	<b>978</b>	<b>3404</b>	28,73%
Diadema	263	867	30,33%
Mauá	231	922	25,05%
Ribeirão Pires	72	324	22,22%
Rio Grande da Serra	50	158	31,65%
<b>GABC</b>	<b>1584</b>	<b>5616</b>	28,21%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>21403</b>	<b>91356</b>	23,43%
<b>Brasil</b>	<b>147589</b>	<b>404846</b>	36,46%

**Tabela 245: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>1K</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de pós-graduação - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	152	609	24,96%
São Bernardo do Campo	197	575	34,26%
São Caetano do Sul	65	188	34,57%
<b>ABC</b>	<b>383</b>	<b>1273</b>	<b>30,09%</b>
Diadema	49	192	25,52%
Mauá	55	174	31,61%
Ribeirão Pires	31	94	32,98%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>499</b>	<b>1685</b>	<b>29,61%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>7870</b>	<b>28786</b>	<b>27,34%</b>
<b>Brasil</b>	<b>29518</b>	<b>101627</b>	<b>29,05%</b>

**Tabela 246: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2A</b>
<b>Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	5	730	0,68%
São Bernardo do Campo	3	1514	0,20%
São Caetano do Sul	2	270	0,74%
<b>ABC</b>	<b>10</b>	<b>2487</b>	<b>0,40%</b>
Diadema	3	915	0,33%
Mauá	2	847	0,24%
Ribeirão Pires	2	506	0,40%
Rio Grande da Serra	0	73	0,00%
<b>GABC</b>	<b>17</b>	<b>4727</b>	<b>0,36%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>262</b>	<b>76796</b>	<b>0,34%</b>
<b>Brasil</b>	<b>924</b>	<b>343707</b>	<b>0,27%</b>
<b>FONTE: Censo docente, 2013.</b>			

**Tabela 247: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Mestrado - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2B</b>
<b>Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Mestrado - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	1	977	0,10%
São Bernardo do Campo	2	578	0,35%
São Caetano do Sul	0	114	0,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>1667</b>	<b>0,18%</b>
Diadema	1	345	0,29%
Mauá	0	229	0,00%
Ribeirão Pires	0	66	0,00%
Rio Grande da Serra	0	4	0,00%
<b>GABC</b>	<b>4</b>	<b>2309</b>	<b>0,17%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>107</b>	<b>47430</b>	<b>0,23%</b>
<b>Brasil</b>	<b>384</b>	<b>153139</b>	<b>0,25%</b>

**Tabela 248: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2C</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	7	860	0,81%
São Bernardo do Campo	5	1563	0,32%
São Caetano do Sul	0	393	0,00%
<b>ABC</b>	<b>13</b>	<b>2817</b>	<b>0,46%</b>
Diadema	3	503	0,60%
Mauá	1	115	0,87%
Ribeirão Pires	0	131	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>16</b>	<b>3545</b>	<b>0,45%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>504</b>	<b>79429</b>	<b>0,63%</b>
<b>Brasil</b>	<b>2238</b>	<b>456022</b>	<b>0,49%</b>

**Tabela 249: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - ESTADUAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2D</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	3	670	0,45%
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	0	0	#DIV/0!
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>670</b>	<b>0,45%</b>
Diadema	3	569	0,53%
Mauá	3	986	0,30%
Ribeirão Pires	0	240	0,00%
Rio Grande da Serra	0	131	0,00%
<b>GABC</b>	<b>9</b>	<b>2585</b>	<b>0,35%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>119</b>	<b>31886</b>	<b>0,37%</b>
<b>Brasil</b>	<b>450</b>	<b>113259</b>	<b>0,40%</b>

**Tabela 250: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2E</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Mestrado - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	3	894	0,34%
São Bernardo do Campo	2	654	0,31%
São Caetano do Sul	1	244	0,41%
<b>ABC</b>	<b>6</b>	<b>1766</b>	<b>0,34%</b>
Diadema	1	266	0,38%
Mauá	0	235	0,00%
Ribeirão Pires	1	108	0,93%
Rio Grande da Serra	0	8	0,00%
<b>GABC</b>	<b>8</b>	<b>2369</b>	<b>0,34%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>304</b>	<b>39032</b>	<b>0,78%</b>
<b>Brasil</b>	<b>1111</b>	<b>165583</b>	<b>0,67%</b>

**Tabela 251: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2F</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	1	13	7,69%
São Caetano do Sul	8	294	2,72%
<b>ABC</b>	<b>9</b>	<b>307</b>	<b>2,93%</b>
Diadema	0	5	0,00%
Mauá	1	31	3,23%
Ribeirão Pires	0	42	0,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>10</b>	<b>384</b>	<b>2,60%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>743</b>	<b>30047</b>	<b>2,47%</b>
<b>Brasil</b>	<b>4959</b>	<b>294228</b>	<b>1,69%</b>

**Tabela 252: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - ESTADUAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2G</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	9	1677	0,54%
São Bernardo do Campo	19	1968	0,97%
São Caetano do Sul	3	227	1,32%
<b>ABC</b>	<b>31</b>	<b>3857</b>	<b>0,80%</b>
Diadema	10	1091	0,92%
Mauá	19	1172	1,62%
Ribeirão Pires	3	363	0,83%
Rio Grande da Serra	3	189	1,59%
<b>GABC</b>	<b>65</b>	<b>6631</b>	<b>0,98%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1175</b>	<b>91659</b>	<b>1,28%</b>
<b>Brasil</b>	<b>4980</b>	<b>346103</b>	<b>1,44%</b>

**Tabela 253: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2H</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Mestrado - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	13	779	1,67%
São Bernardo do Campo	13	676	1,92%
São Caetano do Sul	4	204	1,96%
<b>ABC</b>	<b>28</b>	<b>1595</b>	<b>1,76%</b>
Diadema	3	244	1,23%
Mauá	2	233	0,86%
Ribeirão Pires	4	91	4,40%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>37</b>	<b>2139</b>	<b>1,73%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1220</b>	<b>37638</b>	<b>3,24%</b>
<b>Brasil</b>	<b>4034</b>	<b>144222</b>	<b>2,80%</b>

**Tabela 254: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2I</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	8	117	6,84%
<b>ABC</b>	<b>8</b>	<b>117</b>	<b>6,84%</b>
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>8</b>	<b>117</b>	<b>6,84%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>88</b>	<b>1451</b>	<b>6,06%</b>
<b>Brasil</b>	<b>226</b>	<b>5384</b>	<b>4,20%</b>

Tabela 255: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado - ESTADUAL

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2J</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	28	1418	1,97%
São Bernardo do Campo	22	1690	1,30%
São Caetano do Sul	11	317	3,47%
<b>ABC</b>	<b>61</b>	<b>3404</b>	1,79%
Diadema	18	867	2,08%
Mauá	13	922	1,41%
Ribeirão Pires	3	324	0,93%
Rio Grande da Serra	1	158	0,63%
<b>GABC</b>	<b>95</b>	<b>5616</b>	1,69%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1780</b>	<b>91356</b>	1,95%
<b>Brasil</b>	<b>8706</b>	<b>404846</b>	2,15%

Tabela 256: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado - PRIVADA

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>2K</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Mestrado - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	15	609	2,46%
São Bernardo do Campo	17	575	2,96%
São Caetano do Sul	9	188	4,79%
<b>ABC</b>	<b>38</b>	<b>1273</b>	2,99%
Diadema	2	192	1,04%
Mauá	3	174	1,72%
Ribeirão Pires	2	94	2,13%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>45</b>	<b>1685</b>	2,67%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1630</b>	<b>28786</b>	5,66%
<b>Brasil</b>	<b>5329</b>	<b>101627</b>	5,24%

**Tabela 257: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3A</b>
<b>Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	1	730	0,14%
São Bernardo do Campo	0	1514	0,00%
São Caetano do Sul	0	270	0,00%
<b>ABC</b>	<b>1</b>	<b>2487</b>	<b>0,04%</b>
Diadema	0	915	0,00%
Mauá	1	847	0,12%
Ribeirão Pires	0	506	0,00%
Rio Grande da Serra	0	73	0,00%
<b>GABC</b>	<b>2</b>	<b>4727</b>	<b>0,04%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>24</b>	<b>76796</b>	<b>0,03%</b>
<b>Brasil</b>	<b>84</b>	<b>343707</b>	<b>0,02%</b>
<b>FONTE: Censo Docente, 2013.</b>			

**Tabela 258: Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Doutorado - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3B</b>
<b>Proporção de docentes da Educação Infantil com formação em nível de Doutorado - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	1	977	0,10%
São Bernardo do Campo	2	578	0,35%
São Caetano do Sul	0	114	0,00%
<b>ABC</b>	<b>3</b>	<b>1667</b>	<b>0,18%</b>
Diadema	0	345	0,00%
Mauá	0	229	0,00%
Ribeirão Pires	0	66	0,00%
Rio Grande da Serra	0	4	0,00%
<b>GABC</b>	<b>3</b>	<b>2309</b>	<b>0,13%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>19</b>	<b>47430</b>	<b>0,04%</b>
<b>Brasil</b>	<b>42</b>	<b>153139</b>	<b>0,03%</b>

**Tabela 259: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3C</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	860	0,00%
São Bernardo do Campo	0	1563	0,00%
São Caetano do Sul	1	393	0,25%
<b>ABC</b>	<b>1</b>	<b>2817</b>	<b>0,04%</b>
Diadema	0	503	0,00%
Mauá	0	115	0,00%
Ribeirão Pires	0	131	0,00%
Rio Grande da Serra	0	11	0,00%
<b>GABC</b>	<b>1</b>	<b>3545</b>	<b>0,03%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>45</b>	<b>79429</b>	<b>0,06%</b>
<b>Brasil</b>	<b>174</b>	<b>456022</b>	<b>0,04%</b>

**Tabela 260: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - ESTADUAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3D</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	670	0,00%
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	0	0	#DIV/0!
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>670</b>	<b>0,00%</b>
Diadema	0	569	0,00%
Mauá	1	986	0,10%
Ribeirão Pires	0	240	0,00%
Rio Grande da Serra	0	131	0,00%
<b>GABC</b>	<b>1</b>	<b>2585</b>	<b>0,04%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>12</b>	<b>31886</b>	<b>0,04%</b>
<b>Brasil</b>	<b>38</b>	<b>113259</b>	<b>0,03%</b>

**Tabela 261: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3E</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Iniciais) com formação em nível de Doutorado - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	1	894	0,11%
São Bernardo do Campo	0	654	0,00%
São Caetano do Sul	0	244	0,00%
<b>ABC</b>	<b>1</b>	<b>1766</b>	0,06%
Diadema	0	266	0,00%
Mauá	0	235	0,00%
Ribeirão Pires	0	108	0,00%
Rio Grande da Serra	0	8	0,00%
<b>GABC</b>	<b>1</b>	<b>2369</b>	0,04%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>32</b>	<b>39032</b>	0,08%
<b>Brasil</b>	<b>86</b>	<b>165583</b>	0,05%

**Tabela 262: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3F</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	13	0,00%
São Caetano do Sul	1	294	0,34%
<b>ABC</b>	<b>1</b>	<b>307</b>	0,33%
Diadema	0	5	0,00%
Mauá	1	31	3,23%
Ribeirão Pires	0	42	0,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>2</b>	<b>384</b>	0,52%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>90</b>	<b>30047</b>	0,30%
<b>Brasil</b>	<b>499</b>	<b>294228</b>	0,17%

**Tabela 263: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado - ESTADUAL**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3G</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	1677	0,00%
São Bernardo do Campo	1	1968	0,05%
São Caetano do Sul	0	227	0,00%
<b>ABC</b>	<b>1</b>	<b>3857</b>	<b>0,03%</b>
Diadema	1	1091	0,09%
Mauá	2	1172	0,17%
Ribeirão Pires	0	363	0,00%
Rio Grande da Serra	0	189	0,00%
<b>GABC</b>	<b>4</b>	<b>6631</b>	<b>0,06%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>121</b>	<b>91659</b>	<b>0,13%</b>
<b>Brasil</b>	<b>402</b>	<b>346103</b>	<b>0,12%</b>

**Tabela 264: Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3H</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Fundamental - (Anos Finais) com formação em nível de Doutorado - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	3	779	0,39%
São Bernardo do Campo	2	676	0,30%
São Caetano do Sul	2	204	0,98%
<b>ABC</b>	<b>6</b>	<b>1595</b>	<b>0,38%</b>
Diadema	0	244	0,00%
Mauá	0	233	0,00%
Ribeirão Pires	0	91	0,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>6</b>	<b>2139</b>	<b>0,28%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>138</b>	<b>37638</b>	<b>0,37%</b>
<b>Brasil</b>	<b>337</b>	<b>144222</b>	<b>0,23%</b>

Tabela 265: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3I</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado - MUNICIPAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	0	0	#DIV/0!
São Bernardo do Campo	0	0	#DIV/0!
São Caetano do Sul	0	117	0,00%
<b>ABC</b>	<b>0</b>	<b>117</b>	0,00%
Diadema	0	0	#DIV/0!
Mauá	0	0	#DIV/0!
Ribeirão Pires	0	0	#DIV/0!
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>0</b>	<b>117</b>	0,00%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>14</b>	<b>1451</b>	0,96%
<b>Brasil</b>	<b>27</b>	<b>5384</b>	0,50%

Tabela 266: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado - ESTADUAL

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3J</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado - ESTADUAL</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	5	1418	0,35%
São Bernardo do Campo	1	1690	0,06%
São Caetano do Sul	4	317	1,26%
<b>ABC</b>	<b>10</b>	<b>3404</b>	0,29%
Diadema	2	867	0,23%
Mauá	2	922	0,22%
Ribeirão Pires	0	324	0,00%
Rio Grande da Serra	0	158	0,00%
<b>GABC</b>	<b>14</b>	<b>5616</b>	0,25%
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>259</b>	<b>91356</b>	0,28%
<b>Brasil</b>	<b>841</b>	<b>404846</b>	0,21%

**Tabela 267: Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado - PRIVADA**

<b>META</b>			<b>16</b>
<b>INDICADOR</b>			<b>3K</b>
<b>Proporção de docentes do Ens. Médio com formação em nível de Doutorado - PRIVADA</b>			
	<b>Docentes formação pós-graduação</b>	<b>Total Docentes</b>	
	<b>Numerador</b>	<b>Denominador</b>	<b>Indicador</b>
Santo André	2	609	0,33%
São Bernardo do Campo	3	575	0,52%
São Caetano do Sul	2	188	1,06%
<b>ABC</b>	<b>7</b>	<b>1273</b>	<b>0,55%</b>
Diadema	0	192	0,00%
Mauá	0	174	0,00%
Ribeirão Pires	0	94	0,00%
Rio Grande da Serra	0	0	#DIV/0!
<b>GABC</b>	<b>7</b>	<b>1685</b>	<b>0,42%</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>260</b>	<b>28786</b>	<b>0,90%</b>
<b>Brasil</b>	<b>582</b>	<b>101627</b>	<b>0,57%</b>

## **Valorização dos profissionais do magistério**

### **Meta 17 – Plano Municipal de Educação**

**Valorizar os (as) profissionais do magistério da Rede Municipal de Educação Pública de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (das) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.**

17.1) Constituir, por iniciativa da Secretaria Municipal da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação da SEEDUC e dos trabalhadores(as) da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

17.2) Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial dos profissionais da educação por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

17.3) Implementar, no âmbito municipal, plano de carreira para os(as) profissionais da educação em até 2 (dois) anos, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual a partir do 2º (segundo) ano de vigência deste PME do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

17.4) Viabilizar, por meio de projetos e programas matriciais, assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

## **Meta 18 - Plano Municipal de Educação**

**Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de um plano de carreira para os (as) profissionais da Educação Pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art.206 da Constituição Federal.**

18.1) Estruturar a rede pública de educação básica de modo que, até o início do 3º (terceiro) ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes, sendo ocupantes de cargos de provimento efetivo e estando em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

18.2) Implantar, na rede pública de educação municipal, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do(a) professor(a) com critério de aprovação ou não, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.3) Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa da Secretaria Municipal da Educação, em regime de colaboração, o censo dos(as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.

18.4) Assegurar a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino do município, através de representantes eleitos pelos devidos segmentos em todas as instâncias do município, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de carreira.

## **Gestão Democrática**

A gestão democrática (GD) se tornou uma das razões mais comuns, na área educacional, de debates, reflexões e iniciativas públicas, a fim de colocar em prática um princípio adotado constitucionalmente e estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96).

Tal princípio, a gestão democrática, traz elementos importantes para a compreensão e para a transformação das escolas:

- Conselho escolar, com representação de diferentes segmentos sociais (em nível de sistema e de escola, do poder público, da sociedade civil, de aluno, de pais de estudantes e da comunidade escolar) com caráter deliberativo e fiscalizador de recursos;
- Plano Político Pedagógico. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um desses instrumentos sinalizados pelos artigos 12 e 14, inciso I, da LDBEN/96. Trata-se de um instrumento para estabelecer uma visão de conjunto e um norte para a escola, contando para tal com a contribuição de todos da escola e da comunidade. Este documento baliza todas as práticas e os projetos educacionais, demonstrando a missão e os valores da escola e o tipo de formação em que se acredita. Mostra-se, neste sentido, a identidade da instituição. Sua construção baseia-se na realidade da escola e sua elaboração acontece de forma participativa e colaborativa. Ele expressa também o compromisso com a formação do cidadão, situa as formas de realização desta formação, foca a aprendizagem do aluno e sua formação, englobando o planejamento curricular;
- Órgãos de fiscalização da verba pela comunidade escolar;
- Associação de Pais e Mestres;
- Conselho de Classe;
- Divulgação e transparência na prestação de contas;
- Avaliação Institucional da escola;
- Grêmios estudantis;

- Eleição direta para diretor.

A gestão democrática implica na participação efetiva dos vários segmentos da escola e da comunidade escolar (diretores, pais, professores, estudantes e funcionários) em todos os componentes de organização da escola. Tal participação está relacionada com as fases da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação).

A gestão democrática tem amparo legal no Brasil. A Constituição Federal de 1988 mostrou que a GD é um dos princípios da educação brasileira. Ela está regulamentada pela legislação (LDBEN/96 e PNE, Art. 22).

A GD é condição estruturante para a qualidade da educação, pois possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está localizada, dirija currículo voltado para a realidade local. Neste sentido, a GD envolve vários agentes, de forma compartilhada e responsável, tudo isto com o intuito de facilitar a aprendizagem do aluno. O processo de GD não deixa os alunos de fora. Ao contrário, envolve-os na participação de seu próprio desenvolvimento.

Para a viabilização da GD, é preciso que processos e instâncias deliberativas sejam criados e estabelecidos, baseados na descentralização das decisões e ações, na participação de todos na escola e na transparência, fazendo com que cada decisão e ação tomada ou implantada na escola seja de conhecimento de todos.

A GD, grosso modo, organiza o funcionamento da escola pública em relação aos componentes administrativos, financeiros, políticos, culturais, sociais, artísticos e pedagógicos. Tal organização tem a finalidade de tratar com transparência todas as ações, possibilitando a comunidade escolar compreender os processos por meio da discussão e do diálogo. Sua missão se relaciona à melhoria da qualidade da escola pública, a partir da participação dos agentes.

A GD traz novos processos de organização que são eminentemente participativos, coletivos e de responsabilidade compartilhada. Neste sentido, o governo federal tem investido em políticas públicas na formação de gestores, utilizando programas de formação continuada (Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares - Progestão).

No Plano Nacional de Educação, a gestão democrática está prevista na meta 19, qual seja: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da promulgação deste PME, para efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das Escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

### **Meta 19 - Plano Municipal de Educação**

**Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da promulgação deste PME, para efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade e escolar, no âmbito das Escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.**

19.1) Priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, para a nomeação dos diretores(as) de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho.

19.1.1) Ao final de 2 (dois) anos de vigência deste PME, o município deverá ter aprovado legislação que defina os critérios para indicação dos diretores(as) das escolas. Para tanto, deverá ser criada comissão de representantes dos segmentos da educação para organizar o documento norteador para essa finalidade.

19.2) Ampliar os programas de apoio e formação aos(às) conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.3) O Município deve incentivar e constituir Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução do seu plano de educação.

19.4) Estimular, na rede municipal de educação, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais.

19.5) Fortalecer os conselhos escolares e o conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

19.6) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. Para tanto, será criada, no prazo de 2(dois) anos da aprovação deste PME, Comissão Própria de Avaliação com regimento específico.

19.7) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

19.8) Criar e financiar programas de formação presencial e/ou à distância, de gestores escolares, em instituições nacionais e internacionais, com a condição do profissional permanecer na rede por pelo menos 2 (dois) anos.

## **Investimento público em educação**

### **Meta 20 – Plano Municipal de Educação**

**Manter o investimento público em educação de forma a garantir as exigências da legislação vigente, ou seja, o patamar mínimo de 25% (vinte e cinco por cento).**

20.1) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.2) Criar um grupo de trabalho no COMED para acompanhamento das verbas do salário-educação.

20.3) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

20.4) O município deverá acompanhar o Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi, que será implantado pelo MEC e a progressão dos reajustes até a efetivação desse processo.

20.5) Implementar o Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de

instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar, criar um grupo de trabalho no COMED que acompanhe a discussão do CAQi e do CAQ.

20.6) Regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste.

20.7) Aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica do município, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.

20.8) Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei.

20.9) Estabelecer fórum intersetorial composto por gestores, governantes e sociedade civil para a busca de investimentos, visando ao fortalecimento do financiamento da educação.

20.10) Criar um portal de identificação dos gastos específicos da educação até o prazo de 2 (dois) anos, a partir da vigência deste PME.

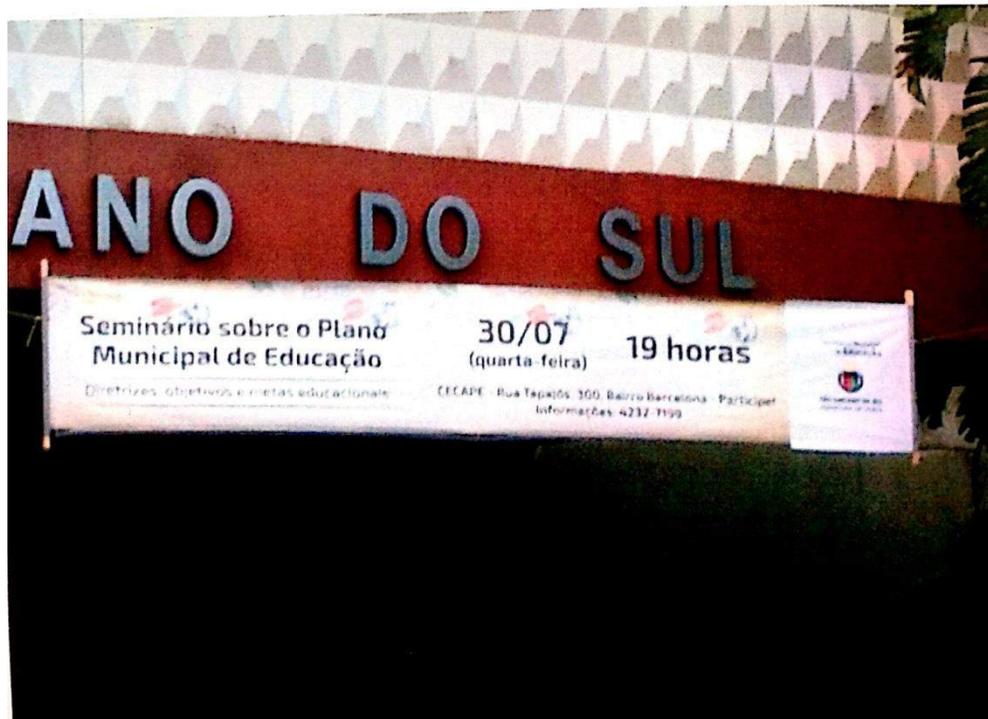
20.11) Criar um programa de audiência pública (semestral) para divulgação dos atos do COMED e da execução orçamentária da educação.

# **ANEXOS**

## FOTOS



Fotos tiradas em frente à SEEDUC EM 29/07/2014





1ª Reunião do Plano Municipal de Educação – Dia 30/07/2014, às 19h – Auditório do CECAPE





## PREFEITURA TRABALHA NA FORMULAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Escrito por A. Costa em 31/07/2014



(/media/k2/items/cache/32430c47bdf8d0fa01028dff96f080d\_XL.jpg)



Tradução  
para Libras



Serviço desatemporal  
para este :



hand

São Caetano promove seminário para discutir Plano Municipal de Educação

Eric Romero/PMSCS

A Prefeitura de São Caetano do Sul realizou na noite desta quarta-feira (30/7), no Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação (Cecape) Dra. Zilda Arns, o Seminário sobre o Plano Municipal de Educação. Com a participação de educadores da rede municipal, pais de alunos e moradores interessados no tema, o evento abriu as discussões que vão permear a formulação do documento que definirá as 20 metas educacionais sancaetanenses.

A secretária municipal de Educação, Ivone Braido Voltarelli, lembrou que a formulação do Plano Municipal de Educação consta do plano de governo do prefeito. "Nós estamos cumprindo o que foi prometido à população. O Plano Municipal de Educação vai definir os objetivos de nossa rede municipal a curto, médio e longo prazo, por isso, a participação da comunidade é fundamental".

Na abertura do seminário, Paulo Sérgio Garcia, responsável pela Coordenação Pedagógica do Cecape, destacou a importância do momento e explicou que a formulação do Plano Municipal faz parte de um contexto maior – as metas e estratégias norteadoras do documento sancaetanense devem se alinhar ao Plano Nacional de Educação, sancionado pela presidente Dilma Rousseff em junho deste ano.

	26

**Cronograma** – O diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Sylvio Romero, Fabiano Augusto João, está à frente do processo de formulação do Plano Municipal de Educação de São Caetano. Ele informou as próximas etapas da confecção do documento: nos dias 4, 6, 11 e 13 de agosto, das 19 às 22 horas, serão realizadas oficinas temáticas para a discussão de metas e estratégias no Cecape (Rua Tapajós, 300, Bairro Barcelona), e dia 23 de agosto, das 8 às 12 horas, será realizada uma assembleia geral para análise do documento.

Após a formulação do Plano Municipal de Educação pelos participantes da assembleia, o documento segue para análise técnica da Secretaria de Educação, para posterior análise e votação na Câmara Municipal. A previsão é que todo o processo democrático de discussão das metas educacionais de São Caetano seja concluído em 2015.

Compartilhe:

Tweetar 0

Curte 0

g+1

## **Bibliografia**

- ALBERNAZ, A; FERREIRA, F. H. G.; FRANCO, C. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. **Texto para Discussão nº 455**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.
- BARBOSA, M. E. F.; FERNANDES, C.. A escola brasileira faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4ª série. In: FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 121-153.
- BIONDI, R. L.; FELÍCIO, F. **Atributos Escolares e o Desempenho dos Estudantes: uma Análise em Painel dos Dados do SAEB**. Brasília: INEP, 2007.
- BIONDI, R. L.; FELÍCIO, F. **Atributos Escolares e o Desempenho dos Estudantes: uma Análise em Painel dos Dados do SAEB**. Brasília: INEP, 2007.
- BOSCO, E. B. La desigualdad de resultados educativos: aportes a la teoría desde la investigación sobre eficacia escolar. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, México, v.14, n.43, 2009, p.1019-1049.
- BROOKE, N. SOARES, J. F. (org). **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- CAMPOS, M. M. (Org.). **Consulta sobre qualidade da educação na escola: relatório técnico final**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Fundação Carlos Chagas, 2002.
- CASTRO, C. M.; FLETCHER, P. **A escola que os brasileiros frequentaram em 1985**. Rio de Janeiro: Ipea, Iplan, 1986.
- CASTRO, C. M.; SANGUINETTY J. A.; MARQUES, E. A.; LACERDA, E. R.; FRANCO, M. A. C.; SILVA, M. A. **Determinantes de la educación en América Latina: acceso, desempeño y equidad**. ECIEL. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. (1984).
- CASASSUS, J. **A escola e a desigualdade**. Brasília, DF: Plano, 2002.
- CÉSAR, C.; SOARES, J. Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 18, n. 1/2, p. 97-110, 2001.
- COLEMAN, J. S. **Equality of educational opportunity**. Washington, DC: US Government Printing Office. 1966.

- CREEMERS B., KYRIAKIDES L.; SAMMONS, P. **Methodological advances in educational effectiveness research**. London: Taylor & Francis, Ltd. 2010.
- CRESAS. **Le handicap socioculturel en question**. Paris: ESF. 1978.
- CRAHAY, M. **Poderá a escola ser justa e eficaz? Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos**. Tradução de Vasco Farinha. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- CRAHAY, M; BAYE, A. Existem escolas justas e eficazes? **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 150, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742013000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jun. 2014.
- DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. **A l'école. Sociologie de l'expérience scolaire**. Paris: Éditions Seuil, 1996.
- ESPÓSITO, Y.L.; DAVIS, C.; NUNES, M. M. R. 2000. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar – O modelo adotado pelo estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, pp.25-53.
- FELICIO, F.; FERNANDES, R. O Efeito Da Qualidade Da Escola Sobre O Desempenho Escolar: Uma Avaliação Do Ensino Fundamental No Estado De São Paulo. **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia** – Natal-RN, 2005.
- FERNANDES, N. S.; SOARES, T. M.; PENNA, A.C.; CUNHA, I. C. O conhecimento do professor em avaliação educacional e a proficiência do aluno. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 569-590, set./dez. 2010.
- FERRÃO, M. E.; BELTRÃO, K.; SANTOS, D. Políticas de não-repetência e qualidade da educação: evidências obtidas a partir da modelagem dos dados da 4ª série do SAEB-99. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 26, 2002.
- FERRÃO, M. E.; BELTRÃO, K. I.; FERNANDES, C. **Aprendendo sobre Escola Eficaz – evidências do Saeb-99**. INEP/MEC, 2002.
- FLETCHER, P. **À procura do ensino eficaz**. Relatório de pesquisa, PNUD/MEC/SAEB. 1997.
- FRANCO, C.; BONAMINO, A. A pesquisa sobre características de escolas eficazes no Brasil: breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. **Revista Educação On-line**, Rio de Janeiro: PUC-Rio, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- FRANCO, C.; SZTAJN, P.; ORTIGÃO, M. I. Mathematics teachers, reform, and equity: results from the Brazilian National Assessment. **Journal for Research in Mathematics Education**, Reston, Virginia, v. 38, n. 4, 393-419. 2007.

- FULLAN, M.; HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente: buscando uma qualidade para a Educação.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- FULLAN, M. **The principal: three Keys to maximizing impact.** San Francisco: Jossey-Bass. 2013.
- FULLER, B. What school factors raise achievement in the Third World? **Review of Educational Research**, Washington, DC, v. 57, n. 3, p. 255-292, 1987.
- GARCIA, P. S. **Formação contínua de professores a partir de um projeto da escola: explorando ideias.** 1ª. Ed. São Caetano do Sul: Editora CCP, 2013. v. 1. 90p .
- GARCIA, P. S.; PREARO, L. L. C.; ROMERO, M. C.; BASSI, M. S. A Infraestrutura das Escolas de Ensino Fundamental da Região do Grande ABC Paulista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 1, p. 602-619, 2015.
- GARCIA, P. S.; XAVIER, F.; PANIZZON, D. Formação Inicial de professores de ciências na Austrália, Brasil e Canadá: uma análise exploratória. **Ciência e Educação** (UNESP. Impresso), v. 17, p. 1-19, 2011.
- GOMES, C. A. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, n. 13, jul. - set./2005, p. 281 - 306.
- KLEIN, R.; FONTANIVE, N. S. **Gestão de resultados e de aprendizagem.** Apresentação no XIV Encontro Nacional de Diretores da Fundação Bradesco - Gestão escolar: as articulações do diretor, São Paulo. 2010.
- LEE, V. E.; BRYK, A. S.; SMITH, J. *The Organization of Effective Secondary Schools.* In: DARLING-HAMMOND, L. **Review of Research in Education**. Washington, DC: American Educational Research Association, p. 171-267, 1993.
- LEE, V.; FRANCO, C.; ALBERNAZ, A. Quality and equality in Brazilian secondary schools: a multilevel cross-national school effects study. **Annual Meeting of the American Educational Research Association**, San Diego. 2004.
- MACHADO SOARES, T. **Influência do Professor e do Ambiente em Sala de Aula sobre a Proficiência Alcançada pelos Alunos Avaliados no Simave-2002.** 2004.
- MELLA, O. (Org.) **Qualitative study of schools with outstanding results in seven Latin American countries.** Santiago, Chile: UNESCO, Latin American Laboratory for Assessment of the Quality of Education, 2002.
- MENEZES FILHO, N. **Os Determinantes do desempenho escolar do Brasil.** São Paulo: Instituto Futuro Brasil/IBMEC, 2007.
- MEURET, D. **Établissement scolaires: ce qui fait la différence.** *L'Année Sociologique*, Paris, v. 50, n. 2, p. 545-556, 2000.

- MORTIMORE, P. The nature and findings of school effectiveness research in primary sector. In: RIDDELL, S.; PECK, E. (Org.). **School effectiveness research: its message for school improvement**. Londres: HMSO, 1991.
- MURILLO, F. J. Um Panorama da Pesquisa Ibero-Americana Sobre a Eficácia Escolar. In N. Brooke e J.F. Soares (orgs.), [Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias](#). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 466-481.
- NOGUEIRA, M. A. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural. **Revista Brasileira de Educação**, 7, p. 42-56. 1998.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento *Econômico* (OCDE). **Résultats du Pisa 2009**. Surmonter le milieu social: l'égalité des chances et l'équité du rendement de l'apprentissage, 2. Paris: OCDE. 2011.
- PAUL, J. J.; BARBOSA, M. L. A qualidade dos professores como fator de eficácia escolar. REICE - **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, V. 5, No. 5e, 2007.
- RACZYNSKI, D.; MUNÓZ, G. Reforma educacional Chilena: el difícil equilibrio entre la macro y micro-política. **REICE – Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calid, Eficacia y Cambio em Educacional**, v.5, n. 3, 2007.
- REYNOLDS, D.; SAMMONS, P. FRAINE, B. DE; DAMME, J. V.; TOWNSEND, T.; TEDDLIE, C; STRINGFIELD, S. A state-of-the-art review – educational effectiveness, teacher effectiveness and professional learning, and school and system improvement. **School Effectiveness and School Improvement: An International Journal of Research, Policy and Practice**. V. 25, p. 197-230, 2014.
- RIORDAN, C. **Equality and achievement**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2004.
- ROCHA, A. D. C. Contribuição das revisões de pesquisa internacional ao tema evasão e repetência no 1º grau. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 45, p. 57-65, 1984.
- RUTTER, M. **Fifteen thousand hours: secondary schools and their effects on children**. Cambridge: Harvard University Press. 1979.
- SAMMONS, P.; HILLMAN, J.; MORTIMORE, P. **Key Characteristics of Effective Schools: A Review of School Effectiveness Research**. London: Office for Standards in Education [OFSTED], 1995.
- SAMMONS, P. & LUYTEN, H. Editorial article for special issue on alternative methods for assessing school effects and schooling effects, **School Effectiveness and School Improvement**, Vol. 20, No. 2, pp 133-143, 2009.

- STRAND, S. Do some schools narrow the gap? Differential school effectiveness by ethnicity, gender, poverty, and prior achievement. **School Effectiveness and School Improvement**, 21, 289 – 314, 2010.
- SÁTYRO, N.; SOARES, S.. A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. **Textos para Discussão n. 1267**. Brasília: Ipea, 2007.
- SAUVY, A.; GIRARD, A. **Les diverses classes sociales devant l'enseignement**. *Population*, 2. Reprisin INED (1970), *Population et l'enseignement* . Paris: PUF. 1965, p. 233-260.
- SCHEERENS, J. **Improving school effectiveness**. Paris: UNESCO, International Institute for Educational Planning, 2000.
- SCHEERENS, J.; BOSKER, R. **The foundations of educational effectiveness**. Oxford: Pergamon, 1997.
- SCHIEFELBEIN, E.; SIMMONS, J. Os determinantes do desempenho escolar: uma revisão de pesquisas nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 35, p. 53-72, nov. 1980.
- SLAVIN, R. E. **Salas de aula eficazes, escolas eficazes: uma base de pesquisa para reforma da Educação na América Latina**. PREAL. 1996.
- SOARES, J. F. Qualidade e equidade na educação básica brasileira: a evidência do SAEB-2001. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v.12, n. 38, 2004. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/epaa/v12n38>>. Acesso em: 21 maio 2012.
- SOARES, J. F. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, pp. 135-160, jan./abr. 2007.
- SOARES, S.; RAZO, R.; FARIÑAS, M. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis. In: BOF, Alvana Maria (Org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 47-68.
- SOARES, J. F.; ALVES, M. T. Desigualdades Raciais no Sistema Brasileiro de Educação Básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, p.147-165, 2003.
- SOARES, J. F., CÉSAR, C. C. & MAMBRINI, J. Determinantes de desempenho dos alunos do ensino básico brasileiro: evidências do SAEB de 1997. IN: C. Franco (Org.), **Avaliação, ciclos e promoção na educação**, p. 121-153, 2001. Porto Alegre: Artmed.

SOARES NETO, J. J. JESUS, G. R.; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F.. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

SOARES, J. F.; MAMBRINI, J.; PEREIRA, L. R.; ALVES, M. T. G. **Fatores associados ao desempenho em Língua portuguesa e matemática: evidencia do SAEB – 2001**. Minas Gerais, UFMG, 2001.

VAN LANDEGHEM, G.; VAN DAMME, J.; OPDENAKKER, M.-C.; DE FRAINE, B.; ONGHENA, P. The effect of schools and classes on noncognitive outcomes. **School Effectiveness and School Improvement**, 13 , 429-451, 2002.

VAN DE GAER, E.; DE FRAINE, B.; VAN DAMME, J.; DE MUNTER, A.; ONGHENA, P. School effects on the development of motivation toward learning tasks and the development of academic self-concept in secondary school. **School Effectiveness and School Improvement**, 20, 235 – 253, 2009.

WILLMS, J. D. **Monitoring School Performance**. Washington, D.C.: The Falmer Press, 1992.

### Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 e dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivill\\_03/leis/19394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivill_03/leis/19394.htm). Acesso em: 21 abr. 2012.

FUNDAÇÃO ITAÚ. Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade / [coordenação editorial e textos Beatriz Penteado Lomonaco, Letícia Araújo Moreira da Silva]. -- São Paulo : CENPEC : Fundação Itaú Social - Unicef, 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal do Brasil, 1988**. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional 14**, de 12 de setembro de 1996. Instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm). Acesso em: 13 março 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm). Acesso em: 14 março 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Disponível em:

- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm). Acesso em: 15 de fev. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional 59**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm). Acesso em: 23 de abril 2011.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**, de 25 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 23 set. 2014m.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Gestão da educação escolar**. Brasília: UnB/CEAD, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica). Acesso em: 25 de fev. 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **DECRETO n. 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 14 de março de 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n. 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 14 de março de 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.626**, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 14 de março de 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundação Pró-memória de São Caetano do Sul. **Dados históricos**. Disponível em: <http://www.fpm.org.br/>. Acesso em: 18 de fev. 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Série Mais Educação Educação Integral**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal\\_educ\\_integral.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf). Acesso em: 13 de abril de 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em. 13 de abril de 2015.

\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Lei n. 10.639**, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em 13 de abril de 2015.

\_\_\_\_ **Lei 8069**. 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em 13 de abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=354880&search=sao-paulo|sao-caetano-do-sul|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>. Acesso em: 23 de abril 2013.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/ifdm/>. Acesso em 23 de abril 2013.

Instituto Nacional de Pesquisas (Inep). **Censo da Educação Básica**, 2012.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul. **Dados dos municípios da Região do Grande ABC Paulista**. Disponível em: <http://www.uscs.edu.br/>. Acesso em 04 de março de 2015.

SÁ, E. D.; CCAMPOS, I. ME; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional especializado –Deficiência Visual**. São Paulo, 2007.

RIBERIO, M. M.; VÓVIO, C. L.; SILVA, D.; AYRA, M. A.; MANSUTTI, M. M. A.; DI PIERRO, M. C.; ALMEIDA, M. I.; JOIA, O. **Educação para jovens e adultos Ensino Fundamental Proposta curricular - 1º segmento**. 2001.